

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

FRANCIELE DA SILVA PESSOA

JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO: um estudo sobre a trajetória de
trabalho dos jovens das cooperativas de materiais recicláveis em Campos dos
Goytacazes/RJ.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2026

JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO: um estudo sobre a trajetória de trabalho dos jovens cooperados de resíduos sólidos de Campos dos Goytacazes/RJ.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

Orientador: Prof. Dr. Valter Martins

Campos dos Goytacazes, RJ

2026

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P475j Pessoa, Franciele da Silva
Juventude e Mercado de Trabalho : um estudo sobre a trajetória de trabalho dos jovens das cooperativas de materiais recicláveis em Campos dos Goytacazes/RJ. / Franciele da Silva Pessoa. - 2026.
127 f. : il.

Orientador: Valter Martins.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, 2026.

1. Juventude. 2. Mercado de Trabalho. 3. Cooperativismo. 4. Produção intelectual. I. Martins, Valter, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

FRANCIELE DA SILVA PESSOA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valter Martins (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dra. Érica Terezinha Vieira de Almeida – Examinadora
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dr^ª. Marinez Gil Nogueira– Examinadora
Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª. Dr^ª. Evelyn Secco Faquin – Suplente
Universidade Estadual de Londrina

Campos dos Goytacazes, RJ

2026

Dedico esse trabalho a todos os(as)
catadores(as) de materiais recicláveis do
Brasil que estão entre lutas e resistências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal Fluminense, especialmente ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF, pela oportunidade de realizar o curso de mestrado em Política Social e aos seus docentes que tiveram enorme contribuição na construção do conhecimento.

Agradeço à minha família, sobretudo aos meus pais: Sueleidi Silva e Carlos Eduardo, que sempre me orientaram que a educação é o melhor caminho e me apoiou desde pequena a ser quem eu sou.

Expresso minha sincera gratidão ao professor Valter Martins, que se dedicou com enorme experiência, sabedoria e paciência à minha orientação ao longo deste processo de escrita e docência no mestrado. Agradeço-lhe pelo constante incentivo e por acreditar em meu potencial. A concretização desta etapa, certamente, não seria possível sem o seu inestimável empenho e dedicação.

Quero agradecer também a minha querida professora e examinadora Érica Terezinha Vieira de Almeida, por me abraçar com sua pesquisa e como sua orientanda na graduação e por continuar a incentivar seus ex-alunos (as) aos melhores percursos acadêmicos.

Agradeço à professora Marinez Gil Nogueira por fazer parte desse momento e pelos conselhos ditos na qualificação, é um privilégio tê-la em minha banca de defesa.

Agradeço à CAPES, que dispôs a vaga para a Bolsa de Mestrado, a qual me resultou a base desse trabalho.¹

Por fim, agradeço aos cooperados e cooperadas por dispor do seu tempo e espaço para a pesquisa de campo e para além disso, a troca de saberes durante as idas ao campo, reuniões e por abrirem as portas das suas casas.

¹O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 001 e Código do Processo: 88887.990931/2024-00

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as trajetórias de trabalho dos jovens cooperados das cooperativas de materiais recicláveis situadas no território da Codin, em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, com vistas a compreender as relações entre o trabalho, a educação, o território e as condições de vida. O estudo partiu da compreensão de que as transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo a partir da reestruturação produtiva e da consolidação das políticas neoliberais, impactaram significativamente a entrada da juventude no mercado de trabalho, ampliando os processos de precarização e de vulnerabilidade social no país, o estudo procurou compreender como estas transformações afetam a inserção da juventude no mercado de trabalho. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, com base no método crítico-dialético. A construção dos dados foi realizada por meio de revisão de literatura e da realização de entrevistas semiestruturadas com os jovens cooperados, possibilitando compreender as suas experiências e trajetórias a partir de diferentes marcadores sociais, como a classe, a raça/cor, o gênero, a escolarização, o território e os arranjos familiares. Os resultados evidenciaram que os jovens entrevistados partilham trajetórias marcadas por condições de vulnerabilidade social, baixa escolaridade, entrada precoce no mercado de trabalho, e experiências profissionais predominantemente informais antes do ingresso nas cooperativas. Verificou-se que o trabalho nas cooperativas constitui uma estratégia importante na geração de renda e de permanência no mercado de trabalho, apesar de permanecerem elementos relacionados com a precarização do trabalho, como a instabilidade econômica, o desgaste físico e a proteção social limitada. Conclui-se que as cooperativas de materiais recicláveis são espaços contraditórios que permitem formas de inserção produtiva e a criação de laços coletivos, mas que não eliminam as desigualdades estruturais que afetam os percursos dos jovens. Além disso, os resultados obtidos reforçam a necessidade de políticas públicas direcionadas para a juventude trabalhadora, para a valorização das cooperativas e para a ampliação do acesso a direitos sociais e educacionais.

Palavras-chave: Juventude; Mercado de Trabalho; Cooperativismo.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the work trajectories of young cooperative members in recyclable material cooperatives located in the Codin territory, in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, with a view to understanding the relationships between work, education, territory, and living conditions. The study was based on the understanding that the changes in the world of work, especially following productive restructuring and the consolidation of neoliberal policies, significantly impacted the entry of youth into the labor market, increasing precariousness and social vulnerability in the country; thus, the study sought to understand how these transformations affect youth labor insertion. To this end, a qualitative research study was conducted based on the critical-dialectical method. Data construction was carried out through a literature review and semi-structured interviews with the young cooperative members, making it possible to understand their experiences and trajectories based on different social markers such as class, race/color, gender, schooling, territory, and family arrangements. The results showed that the interviewed youth share trajectories marked by conditions of social vulnerability, low education levels, early entry into the labor market, and predominantly informal professional experiences prior to joining the cooperatives. It was found that working in cooperatives constitutes an important strategy for income generation and remaining in the labor market, despite the persistence of elements related to the precariousness of work, such as economic instability, physical exhaustion, and limited social protection. The study concludes that recyclable material cooperatives are contradictory spaces that allow for forms of productive insertion and the creation of collective bonds, but do not eliminate the structural inequalities that affect the paths of young people. Furthermore, the results reinforce the need for public policies directed at working youth, the valorization of cooperatives, and the expansion of access to social and educational rights.

Keywords: Youth; Labor Market; Cooperativism.

LISTAS DE TABELA

Tabela 1- Perfil dos jovens que não estudam e nem trabalham no Brasil – Pnad 2018	40
Tabela 2- Relação entre a quantidade de horas trabalhadas, número de entregadores e média dos rendimentos mensais	44
Tabela 3- Dados Sociais dos Jovens Cooperados em 2026	54
Tabela 4- Evolução Semestral de Estoque, Admissões, Desligamentos e Saldo em Campos dos Goytacazes - Série com ajustes pelo Caged e novo Caged	79

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1- Linha histórica da Política de Resíduos Sólidos	88
Figura 2- Foto do ambiente de trabalho da cooperativa Renascer	94
Figura 3- Capacitação das Cooperativas com MNCR e Reunião com à representante da Defensoria Pública do município (2025)	100
Figura 4- Audiência Pública na Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes (2023)	101
Figura 5- Cartaz com convite para a passeata pública em defesa ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes (2024)	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Taxa de desemprego por faixa etária (%)	32
Gráfico 2- Taxa de Participação por faixa etária (%)	33
Gráfico 3- Frequência da escola para os jovens fora da PEA e ocupados no Brasil em 2006 (%)	36
Gráfico 4- Taxa de desocupação por faixa etária – Brasil – trimestres terminados em dezembro (2012 – 2025)	38
Gráfico 5- Taxa de Participação no mercado de trabalho por faixa etária no Brasil (4º trimestre), 2019 – 2023	45
Gráfico 6- Perfil dos jovens de 15 a 29 anos que nem-nem e que estão fora da força de trabalho (mil pessoas):	48
Gráfico 7- Taxa de rotatividade do trabalho em Campos dos Goytacazes entre os anos de 2017 e 2021:	80
Gráfico 8- Posição na ocupação e categoria do emprego de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência em Campos dos Goytacazes - Percentual do total geral (100)	81

LISTAS DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Gesta	Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Netrad	Dinâmica Capitalista e Ação Política
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RF	Responsável Familiar
RJ	Rio de Janeiro
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: BREVE ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL NO SÉCULO XXI	23
2.1 REFLEXÕES ACERCA DAS DINÂMICAS DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	23
2.2 PANORAMA DO EMPREGO JUVENIL BRASILEIRO APÓS 1990	27
2.3 HEGEMONIA NEOLIBERAL E A FINANCEIRIZAÇÃO	31
2.3.1 <i>Taxa de Desocupação</i>	32
2.3.2 <i>Taxa de Participação</i>	33
2.3.3 <i>Taxa de nem-nem</i>	35
2.3.4 <i>Neoliberalismo pós-crise 2008 e o capitalismo de plataformas</i>	37
2.4 NEOLIBERALISMO PANDÊMICO E A JUVENTUDE NO CENÁRIO ATUAL	45
2.5 ENTRE O DESEMPREGO E A INFORMALIDADE: INSERÇÃO DOS JOVENS À ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COOPERATIVISMO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	50
3 PERFIL SOCIAL DOS JOVENS DAS COOPERATIVAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO TERRITÓRIO DA CODIN	53
3.1 POR QUE JOVENS NEGROS E NÃO BRANCOS?	55
3.2 DE MÃES CATADORAS A JOVENS COOPERADOS: TRABALHO REPRODUTIVO, POBREZA INTERGERACIONAL E MOBILIDADE SOCIAL	60
3.2.1 <i>O trabalho reprodutivo das jovens catadoras</i>	60
3.2.2 <i>Pobreza intergeracional e mobilidade social</i>	64
3.3 O TERRITÓRIO REFLETE A SUA VIVÊNCIA? DIÁLOGOS SOBRE A CODIN	68
3.3.1 <i>Mobilidade Urbana e Violência no território da Codin</i>	69
3.4 EDUCAÇÃO VERSUS TRABALHO: DOIS PESOS E UMA BALANÇA.	74
4 ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE TRABALHO DOS JOVENS COOPERADOS DA CODIN EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	79
4.1 DADOS DO MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES ENTRE 2017 - 2023:	79
4.2 RELATOS E EXPERIÊNCIAS LABORAIS ANTERIOR AS COOPERATIVAS	83
4.3 TRAJETÓRIA DAS COOPERATIVAS NO BRASIL	88
4.3.1 <i>Trabalho e Gestão das Cooperativas da Codin</i>	90
4.4 DESAFIOS E EXPECTATIVAS: QUAIS SÃO OS DESEJOS DOS JOVENS COOPERADOS ENQUANTO CLASSE TRABALHADORA?	98

1 INTRODUÇÃO

O estudo em questão é oriundo da minha trajetória acadêmica, na qual, ao longo do percurso de formação na graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes, tive a oportunidade de me aproximar de um aglomerado de temas que me despertaram um interesse particular no estudo sobre o mundo do trabalho, bem como de participar no projeto de pesquisa de iniciação científica: “Conflitos e Resistências na Periferia Urbana: um olhar sobre a Cidade de Campos dos Goytacazes”, realizado em 2020 pelo Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política (Netrad/UFF). O projeto foi desenvolvido com os catadores de materiais recicláveis do antigo depósito de resíduos de Campos dos Goytacazes e, posteriormente, com os cooperados das cooperativas de catadores.

A pesquisa realizada pelo Netrad teve como objetivo examinar as transformações e as alterações societárias observadas na região Norte Fluminense, com especial enfoque em Campos dos Goytacazes, sob a perspectiva das metamorfoses do mundo do trabalho, dos direitos sociais e dos espaços urbanos. O objetivo consistiu em aprofundar a compreensão sobre a forma como este processo se desenvolve no contexto das cooperativas de materiais recicláveis. (Almeida, 2020).

No decurso da pesquisa, no âmbito da experiência de iniciação científica, surgiu o interesse em estudar o percurso dos jovens cooperados no mundo do trabalho, com o propósito de compreender as suas trajetórias de vida e os seus desdobramentos. Esta inquietação impulsionou a escolha do tema para a elaboração da monografia de conclusão de curso em Serviço Social: Juventudes e Mundo do Trabalho: um debate sobre os jovens das cooperativas de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes.

O estudo para a elaboração da monografia trouxe dados relevantes sobre os jovens cooperados, o primeiro fator está relacionado às duas faces do mundo do trabalho contemporâneo: o desemprego estrutural, tensionando principalmente aos jovens e a intensa precarização do trabalho.

O fator mais apontado pelos jovens cooperados para estarem trabalhando nas cooperativas no ano de 2022 foi o desemprego, apontado por 71% dos entrevistados, seguido de “auxiliar a família” com 14% de apontamento. (Pessoa, 2023). Esse dado não está isolado da realidade do mundo do trabalho no Brasil, mas é resultado de uma intensificação advinda dos ciclos de implementação do neoliberal e as consequências do capitalismo pandêmico.

Para Antunes (2020), a pandemia da Covid-19 e outras crises sanitárias são consequência de um capitalismo destrutivo, que deteriora o meio ambiente, destrói

ecossistemas, expande fronteiras de desmatamento, etc. Além disso, a pandemia agravou antigas tendências do trabalho: informalidade, *uberização*, jornadas exaustivas, vínculos frágeis ou intermitentes, falta de direitos e o desemprego estrutural.

Antunes (2018) argumenta ainda que as parcelas da classe trabalhadora que se encontram em situação de superexploração, informalidade, precariedade e desemprego estrutural compõem as frações “sobrantes para o capital”, sendo que esta dinâmica destrutiva do processo produtivo capitalista determina que centenas de milhares de pessoas fiquem à margem do direito de cidadania nas cidades orientadas pelo “pensamento único”, que legitima a exclusão social e a mercantilização da cidade (Maricato; Vainer; Arantes, 2013).

Destaca-se, que os jovens cooperados entrevistados para a monografia de conclusão de curso de graduação, residem em áreas periféricas no subdistrito de Guarus, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. O local é evidenciado por uma forte estigmatização e segregação espacial histórica, ocorridas desde o processo de ampliação da urbanização no município entre as décadas de 1960 e 1970, onde o subdistrito acolheu parte dos trabalhadores expulsos do campo, majoritariamente negros, com pouca escolaridade e de menores rendas. Além disso, “foi um território marcado pela precariedade e/ou inexistência dos bens e serviços públicos, sobretudo, aqueles referentes à moradia e serviços de infraestrutura urbana.” (Pessoa, 2023, p. 51 *apud* Siqueira, 2016).

De acordo com o estudo realizado no âmbito do Netrad (2022), 61% dos jovens cooperados entrevistados informaram a Codin como o bairro de moradia. Destaca-se que a Codin é um dos bairros mais segregados de Guarus, distanciado dos centros comerciais, imobiliários e serviços públicos, afirmando a segregação socioespacial do subdistrito, fomentando a dificuldade de adentrar ao mercado de trabalho e a conciliação do trabalho com os estudos. (Pessoa, 2023).

No Brasil, de acordo com Tommasi e Corrochano (2020) as estatísticas não seguem diferente dos dados apresentados, onde o índice de desemprego é maior entre os jovens em comparação a população em geral. Além disso, a dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho e a vida familiar devido à intensificação e exploração da força de trabalho, caracterizada principalmente pela má remuneração e a baixa qualificação.

Outro fator importante, discorrido na monografia supracitada, é a dimensão étnico-racial dos jovens cooperados, onde 71% dos jovens cooperados entrevistados se autodeclararam pretos e 24% pardos, sinalizando recorte de acesso e condições jovens trabalhadores negros e pardos no país. (Pessoa, 2023).

As condições de trabalho precarizadas e o desemprego entre os jovens negros não está isolada com o fato do Brasil ser um país colonizado pelos portugueses. Desde o processo de pós-abolição da escravização, os negros “são excluídos do trabalho capitalista urbano, empurrando-os para atividades de baixa produtividade ou mesmo de subsistência [...]”. O que é perceptível nos setores de trabalho mais marginalizados coma forte presença da reprodução da força de trabalho dos negros. (Sousa, 2022, p. 123).

De acordo com estudo de Almeida (2021), essa condição de trabalho precário entre os jovens cooperados das cooperativas de Campos dos Goytacazes é perpassada intergeracionalmente, pois majoritariamente, seus familiares que já foram catadores do lixo da Codin, marcados com a forte presença de mulheres negras.

Vale ressaltar, que o trabalho que os cooperados exercem sofrem uma dupla precarização referente aos demais trabalhos, por ser caracterizado como informal, insalubre e de baixa e variável remuneração, como será apresentado abaixo. (Almeida, 2021).

A primeira diferença percebida é a não vinculação ao regime CLT, pois a cooperativa é “uma sociedade de pessoas sem fins lucrativos, ou seja, não tem lucro. Seu principal objetivo é gerar trabalho e renda para os associados.” (Rodrigues, 2012, p. 5). Logo, os cooperados não estão sob as leis que regem os empregados e empregadores, elaborada e sancionada em 1º de maio de 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.452 e, com última reformulação em dezembro de 2017. Dessa relação laboral, por exemplo, não há um conjunto de direitos trabalhistas, como Abono Salarial, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Fgts), auxílio-doença, etc.

Convém destacar que a interação entre os cooperados não se estrutura de forma verticalizada e hierárquica, mesmo com a definição de funções específicas como presidente, empacotador e separador. Em razão do baixo percentual de coleta seletiva realizada pela empresa de limpeza pública (Vital), cujo serviço é distribuído entre as quatro cooperativas do município, o aproveitamento de materiais também é reduzido. Tal cenário culmina em trabalho ocioso devido à escassez de materiais, principalmente na pandemia da Covid-19, o que revela mais um modo precário de trabalho.

Nesse contexto, apenas duas cooperativas fizeram coleta seletiva, a Cata Sol que tem caminhão próprio e a Nova Esperança que contava com o apoio de um vereador para o aluguel e o combustível do seu caminhão. Além disso, a situação foi agravada com a multiplicação de catadores nas ruas, pressionados pelo desespero diante do desemprego e da fome, situação que será agravada pela pandemia, a partir de março de 2020. Aliás, com a pandemia e diminuição da coleta seletiva, algumas cooperativas não têm comercializado mais do que 10t/mês, chegando a retirar entre R\$250,00 e R\$400,00 por mês. Em uma matéria recente, publicada no Jornal Folha da Manhã (2021), as representantes das cooperativas expressam as suas preocupações e dificuldades. (Almeida, 2021, p. 15).

Uma observação realizada durante o campo, no caso das cooperativas de resíduos sólidos urbanos da cidade Campos dos Goytacazes/RJ, é a não colaboração do poder público municipal em seguir os critérios estabelecidos pela Lei nº 12.305/2010, a qual destaca:

[...] a integração dos catadores nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (art. 7º, inciso XII) e indica que os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos devem conter programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver (art. 19, inciso XI). (Plano Nacional de Resíduos Sólidos, 2022, p. 33).

Conforme a pesquisa elaborada por Almeida (2021), o município informou não haver previsão para a contratação direta das cooperativas. Essa contratação demandaria um processo licitatório, embora a própria Política Nacional de Resíduos Sólidos preveja a possibilidade de dispensa de licitação para a coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos. (Brasil, 2010).

Convém ressaltar que a análise da inefetividade da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) em âmbito municipal evidencia um notável distanciamento entre a política pública e a realidade socioeconômica. A recusa em contratar cooperativas de catadores não somente prejudica diretamente esses trabalhadores, mas também desestimula o incentivo à gestão ambientalmente adequada dos resíduos e o desenvolvimento da economia solidária, elementos fundamentais para um país que enfrenta profundas desigualdades sociais.

Com a instabilidade do mercado de reciclagem e a não contratação dos cooperados pelo poder público municipal, a renda dos catadores não é garantida a médio prazo, impactando diretamente na sua sobrevivência. Além disso, as quatro cooperativas vivenciam situações de estagnação, como a falta de EPIs, construção inacabada dos galpões e a falta de equipamentos (Renascer), em que em períodos de chuvas, fica inviável trabalhar, afirmando mais uma vez que os catadores têm dificuldades de superar situação de vulnerabilidade social. (Almeida, 2021).

Por último, é importante frisar a precarização do trabalho imerso nas próprias cooperativas, entre elas, a ocorrência da comercialização dos materiais recicláveis. Os principais fatores são as nuances não favoráveis dos preços da compra e venda de materiais e a disputa da quantidade de coleta dos materiais com as empresas privadas e os demais catadores que trabalham de maneira individual, acarretando variação de renda mensal dos cooperados.

Quando não são contratados formalmente como prestadores de serviços de coleta seletiva pelo município, a remuneração é frequentemente inferior ao salário mínimo brasileiro, devido ao pequeno valor de mercado dos recicláveis. A partir dos dados obtidos pelo ATLAS, foi encontrado um valor de cerca de R\$1.200,00 de renda média de catadores vinculados a ACs que têm contrato com o poder público e R\$ 941,28 como renda média de catadores vinculados a ACs que não têm contrato com o poder público. Entretanto, dos 1256 municípios que declararam realizar a coleta seletiva de RSU no SNIS em 2017, apenas 169 (13, 4%) declararam fazer algum pagamento aos catadores pelo serviço. Em outros 379 (30%) municípios, o Poder público remunera empresas para a realização da coleta seletiva e nos demais 708 municípios não há informações. (ANCAT, 2022, p.37).

Verifica-se que a inserção dos jovens cooperados de resíduos sólidos em Campos dos Goytacazes/RJ no mercado de trabalho ocorre de forma precária e marcada por vulnerabilidades sociais, sendo compensada, em parte, por estratégias coletivas de organização e pela construção de sentidos positivos relacionados à autonomia, à solidariedade e à contribuição socioambiental.

Por conseguinte, as vivências dos jovens cooperados são frequentemente marcadas pela intersecção entre trabalho, pobreza, baixa escolaridade e pertencimento a territórios periféricos. Tais elementos podem influenciar não apenas as formas de inserção ocupacional, mas também os projetos de vida desses sujeitos. Dessa forma, a análise das trajetórias de trabalho destes jovens requer uma abordagem que considere simultaneamente as dimensões econômicas, sociais, culturais e territoriais que conformam suas vivências.

A presente pesquisa tem como lócus empírico os jovens entre 18 e 30 anos, que realizam o cooperativismo nas cooperativas de materiais recicláveis localizada na Codin, situada no município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. Vale destacar, que Campos dos Goytacazes constitui o maior município da região em expansão populacional e possui uma trajetória econômica marcada pela atividade sucroalcooleira, pelo comércio e, essencialmente, pela forte dependência de recursos provenientes dos royalties do petróleo. Apesar de sua relevância econômica regional, o município apresenta expressivas desigualdades sociais, refletidas em indicadores relacionados à renda, ao emprego, à escolarização e ao acesso a serviços públicos.

Nesse contexto, a presença de jovens atuando em cooperativas de materiais recicláveis revela uma realidade que demanda uma pesquisa científica. Embora exista uma produção acadêmica significativa sobre catadores de materiais recicláveis, cooperativismo e economia solidária, ainda são limitados os estudos que se atentam especificamente às experiências juvenis nesse espaço de trabalho. Tal lacuna justifica a relevância da presente pesquisa, que busca compreender as trajetórias, experiências e expectativas dos jovens cooperados,

contribuindo para ampliar o conhecimento sobre a relação entre juventude e trabalho no contexto da reciclagem.

A escolha do objeto relaciona-se à compreensão de que a realidade vivenciada pelos jovens cooperados constitui uma expressão contemporânea da questão social. Observa-se algumas hipóteses relevantes acerca desse tema, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, os processos de precarização do trabalho, as limitações educacionais e as desigualdades territoriais presentes em pesquisas anteriores. Nesse sentido, investigar as experiências desses jovens significa analisar como as transformações do capitalismo contemporâneo incidem sobre suas condições de vida e suas possibilidades de participação social.

À luz dessas reflexões, a pesquisa foi orientada pela seguinte questão central: como os jovens cooperados da Codin constroem suas trajetórias de trabalho e de vida em um contexto marcado pela precarização das relações de trabalho, pelas desigualdades sociais e pelas transformações contemporâneas do mundo do trabalho?

Com o intuito de responder a essa questão, definiu-se como objetivo geral analisar a trajetória de trabalho de jovens cooperados de resíduos sólidos urbanos em cooperativas localizadas no bairro da Codin, em Campos dos Goytacazes considerando suas condições de trabalho, estratégias de reprodução social e a interface com políticas públicas de inclusão produtiva e gestão de resíduos. Para alcançar tal objetivo, torna-se necessário caracterizar o perfil socioeconômico, educacional e racial dos jovens cooperados, situando-os no contexto de segregação socioespacial, como também investigar as trajetórias de inserção e permanência no trabalho com resíduos sólidos, a fim de compreender os sentidos atribuídos ao trabalho e as percepções sobre mobilidade social, a partir dos marcadores classe, raça e gênero.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa fundamenta-se em contribuições advindas de estudos sobre juventude, trabalho e cooperativismo. O debate sobre juventude dialoga com autores que compreendem a condição juvenil como construção histórica e social, marcada por desigualdades e múltiplas experiências. No campo do trabalho, a pesquisa baseia-se em análises críticas sobre a reestruturação produtiva e a precarização do trabalho. Além disso, discussões acerca das atividades da economia solidária, especialmente, o cooperativismo, buscando compreender suas potencialidades e limites em uma sociedade orientada pela lógica da acumulação capitalista.

Ao examinar as condições concretas de inserção sob regimes não celetistas, marcos de precarização e os rearranjos contemporâneos do trabalho, o estudo contribuirá para o debate acerca de formas “alternativas” de ocupação, suas potencialidades e limites, e das

metamorfoses do mundo do trabalho e da (des)proteção social. Nesse percurso, busca-se compreender estratégias de sobrevivência e reprodução social mobilizadas por frações da classe trabalhadora juvenil, bem como os nexos entre economia solidária, institucionalidade pública e desigualdades estruturais (particularmente raciais e territoriais).

A realidade brasileira enfrenta um cenário de transformação, no qual as garantias conquistadas em 1988 começam, significativamente, a se enfraquecer. No final do século XX, a flexibilização, terceirização e precarização do trabalho surgem como tendências marcantes, levando a classe trabalhadora a buscar alternativas para sua subsistência, seja por meio do emprego informal ou do empreendedorismo, o que vai se constituindo as metamorfoses do mundo do trabalho. (Antunes, 2000).

Sousa (2022) discute como as mudanças do mundo do trabalho decorreram, principalmente, por meio do avanço da tecnologia e a consolidação do capitalismo financeirizado, evidenciando um cenário de desproteção, com forte expansão do setor de serviços oferecem salários insuficientes para a reprodução da força de trabalho. Essa dinâmica afeta expressivamente os jovens, evidencialmente em países periféricos. Em face ao desemprego e a forte inconstância entre um trabalho e outro, esses jovens são compelidos a uma luta constante por ocupação remunerada, como, por exemplo, os jovens cooperados que em situação de desemprego, a qual se inseriram às cooperativas como fonte principal de renda. (Pessoa, 2023).

Compreender a trajetória de trabalho de jovens periféricos em Campos dos Goytacazes, contribui para a abordagem que articula classe, raça e juventude, a qual se alinha com debates contemporâneos nos estudos sobre as expressões da questão social. A notável presença de jovens negros (71% pretos, 24% pardos) permite verificar para uma estrutura racializada do trabalho informal e precarizado no país.

Em países periféricos, convém ressaltar que a juventude frequentemente se dedica a atividades laborais mais intensas e que demandam maior esforço físico. Tal cenário decorre não apenas da precarização do trabalho, mas também da capacidade física inerente a essa faixa etária. Em face das transformações observadas no panorama laboral contemporâneo, os jovens tendem a inserir-se em ocupações caracterizadas por maior flexibilidade, a exemplo das modalidades de serviços e tarefas. (Sousa, 2022, p. 41).

Para Calvete (2022), a reconfiguração do trabalho é uma das estratégias do capital para burlar as leis trabalhistas e em torno disso, aumentar a precarização do trabalho por meio dos cortes dos direitos trabalhistas e o avanço sobre o tempo livre do trabalhador. O objetivo central dessas ações é o aumento da extração de mais-valia absoluta, ou seja, incrementar o

valor produzido pelo trabalhador para além do necessário para sua própria reprodução, simplesmente prolongando seu tempo de trabalho.

Na periferia, os salários são pressionados para baixo em decorrência da incapacidade de a economia heterogênea gerar empregos e da abundância de oferta de trabalho, possibilitando um processo de superexploração do trabalho, sem que parte dos ganhos de produtividade seja transferida aos trabalhadores. (Sousa, 2022, p. 88).

Nesse contexto, onde a sociedade vivencia as reconfigurações do trabalho, as cooperativas sofrem diretamente com o aumento da precarização. Ao olhar para a juventude, compreendem-se as mutações do trabalho a partir dos vínculos empregatícios que esses sujeitos estão estabelecendo no século XXI, o que distingue dos adultos que tendem a ter vínculos mais formais e menos transitórios. (Sousa, 2022).

Assim, proponho investigar, por meio desta pesquisa, as condições, os desafios e os sentidos atribuídos pelos jovens cooperados de resíduos sólidos em Campos dos Goytacazes/RJ à sua trajetória laboral, considerando o contexto de sua inserção no mercado de trabalho.

Ao estudar seus percursos de trabalho, foi possível identificar como se desenvolvem as estratégias de sobrevivência, sociabilidade e construção de projetos de vida em meio à precarização laboral dos jovens. Sendo assim, construir espaços para o debate acadêmico e político, revelando as estratégias de sobrevivência, resistência e construção de identidade dos jovens trabalhadores.

Por fim, a relevância acadêmica deste estudo reside em produzir conhecimento empírico sobre as alternativas de inserção laboral e geração de renda dos jovens, sendo a mais atual as cooperativas de resíduos sólidos. Além disso, contribui para pensarmos sobre como esses espaços são permeados por contradições, desafios organizativos e limites diante do mercado capitalista.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, orientada pelo método crítico-dialético, que busca apreender a realidade em sua totalidade e em suas múltiplas determinações. A investigação foi desenvolvida por meio de revisão de literatura, e, posteriormente, pesquisa de campo² junto aos jovens cooperados das cooperativas Renascer e Nova Esperança localizadas na Codin. A utilização dessas estratégias possibilitou

² O projeto submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) no dia 28/11/2025, sob registro **CAAE:94317825.5.0000.8160**. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme as Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi aprovado no dia 07/08/2026 sob número de comprovante: 156561/2025.

compreender as experiências dos participantes a partir de suas próprias narrativas, articulando os dados empíricos ao referencial teórico adotado. (Mynaio, 2002).

A opção pelo método crítico-dialético decorre da compreensão de que as trajetórias juvenis não podem ser analisadas de forma isolada das condições históricas e estruturais que as produzem. Assim, a realidade dos jovens cooperados é entendida como resultado de processos sociais mais amplos, relacionados às transformações do mundo do trabalho, às desigualdades sociais e às formas contemporâneas de organização da produção. (Richardson, 2012).

Para a realização da pesquisa com os sujeitos da ação indicada, foi necessário aplicar o método de amostragem bola de neve — *snowballsampling* —, a qual a pesquisa destina-se a uma rede de amizades existentes na amostra, técnica utilizada principalmente para a pesquisa de difícil acesso à população. (Dewes, 2013). Além disso, com o propósito de estabelecer uma relação direta entre os jovens cooperados e o poder público nas instâncias decisórias de gestão e manutenção das cooperativas, optou-se a aplicação do método de observação participante, utilizando-se o diário de pesquisa como instrumento para descrever as informações e diálogos retratados nas reuniões.

A partir de uma rede de contatos já formalizada, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os jovens participantes que atuam como cooperados com idade entre 18 e 30 anos de idade, moradores do bairro da Codin, subdistrito de Guarus, localizados em Campos dos Goytacazes/RJ.

Os dados fornecidos pelas entrevistas e observações foram transcritos e categorizados, e, posteriormente, realizou-se a análise temática, com o objetivo de reduzir e analisar os dados qualitativos, a qual foram “segmentados, categorizados, resumidos e reconstruídos de forma a capturar os conceitos importantes dentro do conjunto de dados.” (Ayres, 2008, p. 867).

Esta dissertação³ está organizada em quatro capítulos com a introdução, os demais capítulos buscam articular a discussão teórica e a análise empírica do objeto investigado. O segundo capítulo apresenta uma discussão teórica sobre a categoria trabalho, tomando como referência central as contribuições de Marx (1867) acerca do trabalho enquanto dimensão fundante do ser social e elemento constitutivo das relações sociais. A partir desse referencial, são analisadas as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas,

³ Conforme a Portaria CNPq, de 6 de março de 2026, que institui e regulamenta a Política de Integridade na Atividade Científica, uma de suas diretrizes exige a declaração do uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG). Portanto, declaro a utilização das seguintes ferramentas de IAG: Google Gemini, para correção gramatical, ortográfica e sugestão de substituição de termos visando evitar repetições; e Chat GPT, para busca de artigos relacionados ao tema da tese.

especialmente em decorrência da reestruturação produtiva e da consolidação das políticas neoliberais.

O capítulo também aborda a inserção da juventude no mercado de trabalho brasileiro, apresentando um panorama histórico entre os anos de 1990 e 2022. Para essa análise, recorre-se às contribuições teóricas de autores como David Harvey, Ricardo Antunes, Marcio Pochmann, Célia Calvete, entre outros, que discutem os impactos da flexibilização produtiva, da acumulação flexível e das reformas neoliberais sobre as condições de trabalho da classe trabalhadora. Destaca-se, nesse contexto, a intensificação da precarização do trabalho, o crescimento da informalidade, a ampliação do desemprego estrutural e os desafios enfrentados pelos jovens em sua inserção ocupacional.

O terceiro capítulo dedica-se à caracterização dos participantes da pesquisa, buscando compreender as condições sociais que permeiam suas trajetórias. Neste capítulo, é apresentado o perfil socioeconômico dos jovens entrevistados, reunindo marcadores sociais fundamentais para a análise da realidade investigada, tais como idade, raça/cor, classe social, escolarização, território de moradia e arranjos familiares. A análise desses elementos possibilita compreender tanto as particularidades quanto às semelhanças existentes entre os jovens cooperados, evidenciando como diferentes expressões da desigualdade social influenciam suas experiências de vida e de trabalho. Além disso, o capítulo permite identificar as condições objetivas de existência desses sujeitos, bem como os fatores que contribuíram para sua inserção nas cooperativas de materiais recicláveis.

O quarto capítulo concentra-se na discussão dos resultados da pesquisa de campo referentes às experiências de trabalho dos jovens entrevistados. Inicialmente, são analisadas as trajetórias de trabalho anteriores ao ingresso nas cooperativas, destacando as formas de inserção ocupacional vivenciadas pelos participantes, frequentemente marcadas pela informalidade, instabilidade e precarização. Em seguida, o capítulo examina as experiências construídas no interior das cooperativas de materiais recicláveis da Codin, abordando os significados atribuídos ao trabalho, as condições laborais encontradas, os desafios enfrentados e as estratégias de permanência desenvolvidas pelos jovens. Também são discutidas questões relacionadas à escolarização, às perspectivas de futuro, às expectativas profissionais e aos limites e potencialidades do cooperativismo enquanto alternativa de geração de renda e inserção social. Por fim, o capítulo evidencia as contradições presentes nas experiências dos jovens cooperados, revelando como suas trajetórias são atravessadas por desigualdades de classe, raça, território e acesso a direitos sociais.

2 TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: BREVE ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL NO SÉCULO XXI

2.1 Reflexões acerca das dinâmicas do trabalho no modo de produção capitalista

Marx (1988) define o trabalho como um processo realizado entre o ser humano e a natureza, no qual o homem consegue utilizar as suas capacidades físicas e intelectuais a partir dos recursos naturais para construir bens úteis, como aponta abaixo:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele, e ao modificá-la, ele modifica a sua própria natureza (Marx, 1988, p.148).

Sendo assim, o trabalho é uma atividade vital humana, concebida por um processo teleológico, que implica em dois fatores: “o primeiro está relacionado ao meio de sobrevivência do homem e outro se relaciona ao tempo que o ser humano se dedica ao trabalho”, o último sendo um determinante na construção das relações sociais. (Medeiros; Macêdo, 2006, p. 63)

Destaca-se que, ao criar bens úteis, o ser humano lhes incorpora o valor de uso, definido como a propriedade de satisfazer uma necessidade qualquer. Tratando-se de uma mercadoria destinada à troca e ao consumo, a esse valor será acrescido o valor de troca. (Braz; Netto, 2012, p. 74).

A principal crítica de Marx (1988) ao sistema capitalista é relacionada a propriedade dos meios de produção, a qual é baseado na exploração da força de trabalho e na propriedade privada, não sendo desfrutados de modo coletivo, dividindo a sociedade em classe sociais, como destaca Braz e Netto (2012, p. 71-72):

Se a propriedade dos meios de produção fundamentais é coletiva (como na comunidade primitiva), tais relações são de cooperação e ajuda mútua, porque os produtos do trabalho são desfrutados coletivamente e nenhum membro do grupo humano se apropria do fruto do trabalho alheio; se tal propriedade é privada, particular (de um membro do grupo, de um conjunto de membros), as relações decorrentes são de antagonismo, posto que os proprietários dos meios de produção fundamentais apropriam-se dos frutos do trabalho dos produtores diretos, ou seja, estes são explorados por aqueles (tal como ocorreu, como logo veremos, a partir da dissolução da comunidade primitiva). Nas sociedades onde existe a propriedade

privada dos meios de produção fundamentais, a situação dos membros da sociedade depende da sua posição diante desses meios; a propriedade privada dos meios de produção fundamentais divide-os em dois grupos, com interesses antagônicos: os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção fundamentais – em síntese, na propriedade privada está a raiz das classes sociais.

Os não-proprietários dos meios de produção, chamados esses de trabalhadores (proletários), vendem sua força de trabalho ao capital, tornando-se assim “um mero vendedor de mercadorias”, sendo a mercadoria “o caráter predominante e dominante do produto”. Logo, o trabalhador se torna “livre” para vender a sua força de trabalho. (Iamamoto, 2014, p. 58).

Entretanto, o trabalhador não retém o valor total daquilo que produz. Acontece, em vez disso, uma convergência entre o tempo necessário para a produção da mercadoria e a remuneração recebida: o valor excedente é apropriado pelos detentores dos meios de produção. Sendo assim, como é determinada a parcela paga ao trabalhador?

Do mesmo modo como se determina o valor das outras mercadorias: levando em conta o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, o que significa dizer que o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que permitem sua manutenção (ou reprodução). Entre esses bens, devemos distinguir aqueles que atendem a necessidades fisiológicas (garantindo aos vendedores de força de trabalho a sua reprodução física: um mínimo de alimentação, vestuário, habitação) e aqueles que atendem a necessidades de natureza histórico-social, resultantes do desenvolvimento da sociedade (assegurando aos vendedores da força de trabalho educação, lazer etc.) (Braz; Netto, 2012, p. 113).

O trabalhador, mesmo sendo a fonte da força de trabalho no capitalismo, ele não domina os meios de produção, o processo produtivo e o seu resultado. Iamamoto (2014), reflete sobre como o modo de produção produz a invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, tratando-o como mero reproduzidor das relações sociais, potencializando as desigualdades sociais entre a classe trabalhadora na medida que intensifica a exploração do trabalho.

Em suma, no trabalho assalariado “o capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso”, retirando-o o excedente (a mais-valia) sem nenhum custo. (Braz; Netto, 2014, p. 113).

Braz e Netto (2014, p. 121) à luz de Marx (1984) refletem sobre as duas formas que o capital amplia o tempo de trabalho excedente, sendo elas: 1) a mais-valia absoluta e a 2) mais-valia relativa. A primeira ocorre por meio do aumento da jornada de trabalho sem alterar o valor do salário, conseqüentemente, o tempo jornada de trabalho é ampliado.

O modo de produção capitalista atualizou-se as novas formas de absorver a mais-valia absoluta sem aumentar o tempo de trabalho estabelecido, com isso, intensificou o ritmo de trabalho: criam-se controles impostos aos empregados, aumenta-se o número de funções a um

mesmo trabalhador, restringe-o a qualquer tempo ocioso e cronometra cada tarefa, a fim de produzir mais em menos tempo. (Braz; Netto, 2012).

Em relação a mais-valia relativa, ocorre por meio do aumento do lucro do capitalista sem implicar na extensão da jornada de trabalho, reduzindo o tempo necessário para produzir o valor do seu salário, como explica Braz e Netto (2012, p. 122):

Quando não dispõem de condições políticas que lhes permitam a ampliação da jornada de trabalho, os capitalistas tratam de encontrar meios e modos de reduzir, no seu interior, a parte relativa ao trabalho necessário: se se mantém um limite para a jornada (por exemplo: oito horas), o que se reduz no tempo de trabalho necessário se acresce no tempo de trabalho excedente. Com essa alternativa, tem-se a produção de mais-valia relativa. A redução do tempo de trabalho necessário implica que se reduza o valor da força de trabalho, ou seja, que caia o valor dos bens necessários à sua reprodução (alimentação, vestuário, habitação etc); esse resultado se obtém com a redução do tempo de trabalho necessário à produção dos bens consumidos pelos trabalhadores, mediante a introdução de inovações tecnológicas e o aproveitamento das conquistas científicas na sua elaboração.

Longe de ser linear, o modo de produção capitalista constitui um processo histórico, condicionado por sucessivas metamorfoses. Além disso, sua evolução não se manifesta de forma homogênea entre os países, mas sim por meio de distintas etapas e crises invariáveis, sendo regulada por vários modelos de produção, como, por exemplo, o fordismo.

Criado por Henry Ford, no início do século XX, o modelo de produção fordista tem um objetivo central: o aumento da produção em massa. É importante frisar que esse modelo de produção se utilizou do método científico do engenheiro Frederick Winslow Taylor: o *taylorismo*⁴, o qual criou uma forma de administração científica do trabalho através de alguns princípios: planejamento, seleção, controle, execução e a divisão de tarefas.

O fordismo, já na era da produção industrial, inovou o sistema com a implementação da esteira rolante e das linhas de montagem, o que levou o aumento da produção significativamente sem ter grandes gastos. Calvete (2022), relata que a capacidade física do trabalhador era altamente explorada, enquanto a intelectual era raramente utilizada.

Em relação à remuneração, houve um aumento significativo dos salários da classe trabalhadora, devido ao constante crescimento da intensidade do trabalho nas indústrias, e, que por consequência, a elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores, incentivando diretamente no consumo dos assalariados, como discute Calvete (2022, p. 53) à luz de Sennett (2000):

Como um elo ligando as duas dimensões, as pessoas, que por um lado, participam do processo de produção em massa como trabalhadores que se submetem a uma jornada

⁴ O Taylorismo, também conhecido como Administração Científica, é um sistema de organização do trabalho desenvolvido por Frederick Winslow Taylor no final do século XIX e início do século XX. (Calvete, 2022).

rígida de trabalho e se beneficiam do compromisso keynesiano/social-democrata/fordista de distribuição dos ganhos de produtividade. Por outro lado, com o aumento das suas remunerações passam a participar ativamente do mercado consumidor adquirindo bens padronizados, satisfazendo uma demanda criada por mercadorias novas que vão facilitar a vida no cotidiano das residências. Essa sociedade fordista se estrutura no crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados e na formação da classe média, nas suas ânsias pelo consumo de bens duráveis padronizados, que vão aparelhar os domicílios, e nos valores moldados sob a égide da hegemonia do setor produtivo industrial que opera no longo prazo e, portanto, difunde os valores intrínsecos a ele: a confiança, a lealdade, o senso objetivo e o compromisso mútuo.

A metodologia proposta por Taylor, a Administração Científica, estabelece uma relação intrínseca com a lógica de acumulação capitalista, ao preconizar a intensificação das atividades laborais como vetor para a otimização da produção. Não obstante um potencial redução da carga horária nominal, o cerne do taylorismo reside na maximização da produtividade do trabalho vivo por meio da racionalização e fragmentação das tarefas. (Dal Rosso, 2008).

Devido à crise estrutural do capitalismo no início da década de 1970, permeado pelas lutas das classes operárias e os movimentos estudantis, o modelo fordista taylorista chega ao seu fim na mesma década, juntamente com o declínio do *Welfare State*. Nesse contexto de crise, inicia-se processo de reestruturação produtiva, marcado pelo toyotismo e os sistemas baseados em acumulação flexível (Harvey, 1992).

Para Calvete (2022), a entrada do novo modelo de produção, o toyotismo, demarca o início da Terceira Revolução Industrial, conhecida principalmente pelo sistema de acumulação flexível. As principais características da acumulação flexível foram: “novos setores de produção, criou-se novos setores de serviços financeiros e também novos mercados, aumentando as taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.” (Antunes, 2000, p. 29). O capitalismo avança na busca da extração de mais-valia, porém os resultados positivos desse processo são aglutinados por uma pequena parte da sociedade.

As técnicas organizacionais fordistas são substituídas pela utilização de células de produção, *just-in-time* interno e externo, controle de qualidade total, círculo de controle de qualidade, estoque zero e produção em escopo. As máquinas nesse período são de base microeletrônica programáveis e flexíveis e a relação inter empresas também pode comportar a cooperação, mesmo entre concorrentes. (Calvete, 2022, p. 54).

Essas mutações são aglutinadas e incorporadas pelas indústrias, se desdobrando negativamente na *classe que vive do trabalho*, com a elevação dos juros, o elevado índice de desemprego, enxugamento dos trabalhadores e vínculos precários, como, por exemplo, “o trabalho parcial, temporário, terceirizado ou o próprio empreendedorismo”. (Calvete, 2022, p. 54).

Segundo Antunes (2006, p. 125), “o trabalho mostra-se como um momento fundante do ser social, remetendo uma condição na sociedade para esse ser, que Marx pontuaria ser o motor decisivo do processo de humanização do homem”. Se o trabalho tem uma “dimensão ineliminável da vida humana” (Oliveira, 2010, p. 75), ao retirar a possibilidade do homem de trabalhar ou expropriar através do capital, remete a uma relação de hierarquia e desvalorização do ser social.

Nesse contexto, emerge a questão central: como um ser social, cuja existência está intrinsecamente ligada ao trabalho, pode subsistir em uma sociedade capitalista que progressivamente reduz a demanda por trabalho vivo, diminuindo os postos de ocupação, ao mesmo tempo, em que precariza a força de trabalho, impulsiona o Estado mínimo, com a fragmentação e enxugamento dos direitos sociais.

2.2 Panorama do emprego juvenil brasileiro após 1990

A categoria sociológica “juventude” não é compreendida por uma única definição, isenta de ser somente um dado biológico ou natural, mas uma construção de “identidades” e de “definições de projetos futuros”, vivenciadas de acordo com seu contexto histórico e, sendo assim, “estaria inevitavelmente marcada por ambivalências”. (Rizzini; Caldeira; Barros, 2013, p. 3).

Cumprir notar que a juventude constitui como uma categoria sócio-histórica de natureza heterogênea, cuja definição depende de contextos culturais, políticos e econômicos em que é vivenciada. (Dayrell, 2003).

Outro fator marcante na condição juvenil é a transitoriedade entre a infância, perpassando pela adolescência, até a fase adulta, marcada por um desenvolvimento físico, mas também sociológico, como aponta Abramo (2005, p. 40-41):

A noção de condição juvenil remete, em primeiro lugar, a uma etapa do ciclo de vida, de ligação (transição, diz a noção clássica) entre a infância, tempo da primeira fase de desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese a do ápice do desenvolvimento e de plena cidadania, que diz respeito, principalmente, a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade).

Esse processo de transitoriedade foi tradicionalmente definido por marcos sociais, como: terminar os estudos; integrar-se ao mundo do trabalho; construir uma nova família,

casar e formar um novo lar, e em sua maioria, ter filhos. Entretanto, estudos recentes indicam que estes percursos têm se mudado significativamente, ocasionadas, principalmente, “pelas mudanças no mundo do trabalho e nas possibilidades e padrões de inserção no “mundo adulto”. (Abramo, 2005, p. 43).

Além do processo de transição não linear, existem diversos fatores, como classe social, gênero, território, acesso à educação e o contexto cultural que vai corroborar em diferentes experiências para cada jovem, e esses processos tendem a moldar a sua estrutura, sendo assim, alguns autores, dentre eles: Dayrell (2003), Abramo (2005), e Esteves e Abramovay (2008) vão trabalhar com o conceito de juventudes, no plural, como forma de abarcar as multiplicidades dessa categoria, como apontado abaixo:

A realidade demonstra, no entanto, que não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Assim, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção está na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. Por essa linha, torna-se cada vez mais corriqueiro o emprego do termo “juventudes”, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas sim de apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria (Pais, 1993, *apud* Esteves; Abramovay, 2008, p. 4).

Conforme a análise dos autores, a discussão sobre a juventude tem que estar ponderada nas diferenciações do contexto histórico, social e econômico, como também observar as particularidades que atravessam esses jovens em seu cotidiano, como a sua formação familiar, escolaridade, etnia, território, gênero e cultura. Tais elementos vão delimitar qual juventude estamos nos referindo, pois, essas diferenças geram trajetórias de vidas muito distintas. (Barcelos, 2022, p. 22).

Abramo (2005), pontua em seu estudo sobre as desigualdades sociais que atravessam esta condição juvenil, o que é bem reflexivo no Brasil, um país dotado de desigualdades: classe social, gênero, etnia, etc. Na fase da juventude, essas desigualdades são visibilizadas, principalmente, entre as classes sociais, jovens de classe média podem prolongar os estudos enquanto uma parte significativa dos jovens pobres precisam antecipar o mundo do trabalho e vivenciar situações precárias.

A distinção de velocidade e força no aperto do parafuso entre os jovens das diferentes classes e frações de classes é, contudo, solenemente ignorado nas análises dos problemas da juventude pela grande imprensa e em muitos textos acadêmicos. Os jovens das classes altas, amparados pela mistificação do mérito e da competição reproduzem a retórica da propaganda capitalista de que só não se “dá bem” quem não se prepara. Reivindicam para si (a julgar sua própria autoimagem fotografada nos espaços opinativos da internet) as qualidades ou virtudes próprias do espírito

capitalista e resumidas na definição em moda de empreendedor: ousadia e inteligência acima da média. Um ser treinado para antever os movimentos complexos do mercado e, corajosa mente, por mérito, ocupar o lugar certo na hora certa. Coleção de virtudes – como fica bastante óbvio ao observar o perfil dos grandes empreendedores – diretamente relacionadas ao poder de apoio econômico das famílias e das relações estabelecidas na própria classe. (Saney, 2011, p. 268).

Destaca-se que ao longo da formação da ordem burguesa e a dinâmica capitalista, a juventude tem sido marcada por diversas transformações sociais e históricas. A partir da modernidade industrial, a juventude tornou-se um grupo estratégico, tanto como força de trabalho em formação quanto como público consumidor.

O avanço do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1990, redefiniu profundamente as relações de trabalho, educação e políticas públicas voltadas à juventude. No contexto de globalização e flexibilização produtiva, a juventude brasileira passou a enfrentar condições de trabalho mais precárias, maior incerteza quanto ao futuro e uma crescente responsabilização individual por sua trajetória social e econômica. Essas transformações não apenas impactam o campo material, renda e oportunidades, mas também as dimensões simbólicas e subjetivas da vida juvenil.

No final da década de 1970, o modelo do Estado de Bem-Estar Social experimentou um declínio, ocasionado por uma crise político-econômica decorrente do aumento do desemprego e da inflação (Harvey, 2008). Ademais, “as políticas keynesianas já não funcionavam” (Harvey, 2008, p. 22), sendo necessária uma nova política econômica.

Entretanto, a partir de 1973, quando o primeiro choque do petróleo ensejou uma crescente elevação do preço desse produto, decretada pelos países integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), passou-se a dizer que o modelo econômico keynesiano entrara em crise, com base nas seguintes evidências: desaceleração do crescimento econômico, desemprego, estagflação (combinação da inflação com recessão), diminuição dos investimentos e problemas na balança de pagamentos e na acumulação de capital (Pereira, 2010, p. 4).

A partir dessas mudanças, “o neoliberalismo ganha forças nas duas décadas seguintes e busca mudar a natureza do Estado enquanto instituição constitucional-legal” (Bresser-Pereira, 2010, p. 113). Dessa forma, o Estado é subjugado pela lógica neoliberal, intensificando as políticas econômicas e sociais que privilegiam o mercado financeiro.

No Brasil, o neoliberalismo se consolida a partir da década de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o seu objetivo era “aproveitar as ondas de crédito internacional” através da abertura comercial e as privatizações das empresas estatais, uma tentativa de modernizar o Estado “adotando uma política sobre dinheiro que manteve elevado nível das taxas de juros praticados no país”. (Baltar, 2006, p. 23).

Com a nova “ofensiva burguesa” instaurada no Brasil, intensificou-se o processo de reestruturação produtiva do capital, caracterizado pela flexibilização das leis trabalhistas, aumento do desemprego estrutural e o retrocesso da luta sindical, influenciado assim, uma lógica individualista, culpabilizadora e fragmentada na classe trabalhadora.

Na realidade, maneira precipitada e desordenada com que o Brasil entrou na chamada globalização desfavoreceu a geração de emprego e renda e provocou sérios problemas de absorção da população ativa. A composição da PEA, entretanto, modificou-se sensivelmente, diminuindo o peso dos jovens e aumentando a participação das mulheres adultas. Essas mudanças ocorreram com a manutenção de intenso ritmo de crescimento dessa parcela da população. Diante da queda no ritmo de crescimento do número de pessoas ocupadas, uma passa expressiva do aumento da PEA não foi absorvida, tendo aumentado substancialmente a taxa de desemprego aberto. (Baltar, 2006, p. 25).

A classe trabalhadora foi penalizada, sobretudo, os jovens entre 15 e 24 anos que adentraram ao mercado de trabalho, especialmente, pelo aumento do desemprego expressivo nesta faixa etária que nas demais idades entre 1990 a 2005. Segundo Pochmann (2007, p. 3), o quantitativo de jovens desempregados em 2005 era quase “107% superior à de 1995”, diferentemente de outras faixas etárias da População Economicamente Ativa (PEA) do país.

Em resumo, observa-se que a cada 100 jovens que ingressaram no mercado de trabalho no período de tempo em referência, somente 45 encontraram algum tipo de ocupação, enquanto 55 ficaram desempregados. Quando se trata da situação por gênero, observa-se que a cada 10 jovens do sexo feminino que entraram no mercado de trabalho, somente 40 conseguiram uma ocupação e 60 ficaram desempregadas, enquanto a cada 100 jovens do sexo masculino que também ingressaram no mercado de trabalho, 50 tornaram-se desempregados e 50 arrumaram algum tipo de ocupação. (Pochmann, 2007, p. 4).

Um dos fatores que contribuem para o elevado índice de desemprego juvenil no Brasil é a alta rotatividade nessa faixa etária. Devido à reduzida ou inexistente experiência profissional, os jovens tendem a transitar frequentemente entre postos de trabalho, majoritariamente em ocupações mais precárias. Para o setor empresarial, tal rotatividade é, muitas vezes, vantajosa, uma vez que os custos associados a indenizações e encargos rescisórios são inferiores e considerados menos “essenciais” em comparação aos trabalhadores adultos com maior tempo de permanência na empresa. (Castro; Aquino, 2008).

A instabilidade nas relações de trabalho, somada ao desemprego estrutural, acarreta consequências significativas, sobretudo para as famílias de baixa renda. Nesses contextos, a inserção laboral dos filhos mais jovens visa primordialmente o complemento da renda do núcleo familiar, transferindo a função de mera fonte de autonomia e subsistência individual do sujeito, conforme será discutido adiante:

No entanto, o que acontece para a maioria dos jovens oriundos de famílias trabalhadoras e de baixa renda é que eles ficam circulando entre ocupações de curta duração e baixa remuneração, muitas vezes no mercado informal. Além de não favorecer a conclusão da educação básica, esta experiência é, na maior parte das vezes, avaliada negativamente pelos empregadores. Segue que este processo tende a reproduzir, na trajetória destes jovens no mundo do trabalho, as desigualdades sociais herdadas da geração anterior. (Ipea, 2008, p. 49).

Além disso, o rendimento familiar é um indicador social importante para avaliar a inserção laboral dos jovens de famílias de baixa renda. Pois, quanto menor rendimento familiar, maior era a chance da inserção precoce no mercado de trabalho em 2005, como demonstra os dados: “entre as famílias de baixa renda (menos de meio salário mínimo mensal por membro), observa-se que a cada 100 jovens havia, em 2005, 74 ativos no interior do mercado de trabalho, sendo quase 20 destes desempregados.” (Pochmann, 2007, p. 6).

Os dados acima não estão dissociados ao processo advindo da reestruturação produtiva e a mínima intervenção estatal, sendo o último, que deveria ser um instrumento de ação coletiva, com políticas públicas de geração de emprego para os jovens, o que não ocorre no Brasil de forma democrática. (Castro; Aquino, 2008).

Além das variáveis do desemprego, baixa escolaridade e nível de renda familiar, é importante evidenciar a baixa capacidade da economia brasileira em gerar postos de trabalho para o segmento juvenil. A título de exemplo, no período compreendido entre 1995 e 2005, o Brasil gerou um total de 17,5 milhões de novas ocupações. No entanto, apenas 1,8 milhão dessas vagas foram preenchidas por indivíduos na faixa etária de 15 e 24 anos, ao passo que quase 4,2 milhões de jovens ingressaram no mercado de trabalho no mesmo intervalo. (Pochmann, 2007, p. 6).

2.3 Hegemonia neoliberal e a financeirização

Com o avanço da hegemonia neoliberal e a intensificação da financeirização da economia, houve um redesenho das relações de trabalho na busca de garantir os altos lucros da empresa, marcado pelo enxugamento dos trabalhadores, flexibilização da força de trabalho e as exigências de produtividade em menor tempo. (Antunes, 2018).

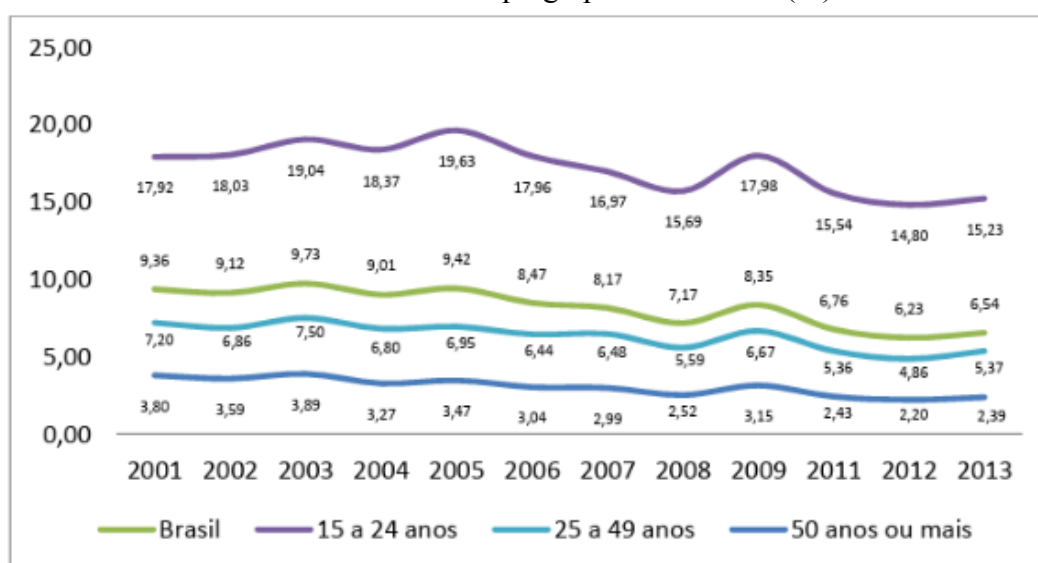
A juventude, seja durante o período escolar ou após a conclusão do processo de escolarização, depara-se com um mercado de trabalho desfavorável, elitista e desigual, marcado pela precarização e por profundas limitações. Conforme discutido por Braga e

Rodarte (2006, p. 104), tais limitações são ligadas, abrangendo fatores como “idade, sexo, cor, condição econômica da família, bem como a região de domicílio”.

Deste modo, é necessário analisar o mercado de trabalho juvenil por meio dos indicadores sociais, a fim de compreender as dimensões do trabalho, relacionando-os com o perfil da juventude brasileira.

2.3.1 Taxa de Desocupação

Gráfico 1- Taxa de desemprego por faixa etária (%)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea. *apud* Foguel; Costa (2014).

Ao analisar o Gráfico 1, observa-se um aumento no índice de desemprego dos jovens na faixa etária de 15 e 24 anos durante o período de 2001 a 2005. Notavelmente, essa taxa superou a registrada para os adultos (25 e 49 anos), refletindo as consequências das contrarreformas e dos ajustes neoliberais implementados na década de 1990.

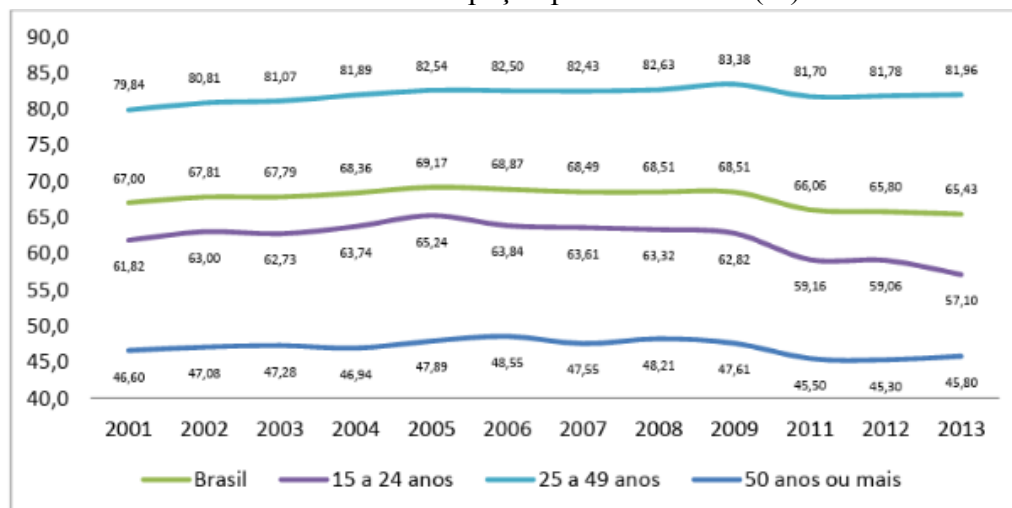
A partir de 2006, no fim do segundo mandato de Lula e o início do segundo mandato, houve-se uma queda de 3,94% do índice de desempregos entre os jovens (15 e 24 anos) até o ano de 2008, devido o maior índice de geração de emprego, não só entre os jovens, mas também, entre os adultos, e consequentemente, o aumento de renda entre os brasileiros. Esse fator está correlacionado ao incentivo às políticas educacionais e a criação de uma política de transferência de renda, o Bolsa Família, entretanto, o governo supracitado preservou os interesses do capital financeiro:

Ao mesmo tempo que criou inúmeras medidas que beneficiavam amplamente os capitais financeiro, industrial, do agronegócio e dos serviços, o governo Lula implementou uma política social assistencialista (Bolsa Família) e possibilitou uma relativa valorização do salário mínimo nacional, quando comparado ao governo FHC. Assim, tanto diminuiu os níveis de pauperismo social como fortaleceu os grandes capitais, preservando desse modo uma desigualdade que está entre as mais altas do mundo. Conciliando interesses claramente opostos, o governo Lula não confrontou em nenhum aspecto essencial os pilares estruturantes da desigual sociedade brasileira: a riqueza continuou concentrada, os níveis mais agudos de miserabilidade foram apenas parcialmente minimizados. (Antunes, 2018, p.138).

A partir da crise econômica mundial em 2008, o país passou por retrocessos, predominantemente no mercado de trabalho, advindo de um processo lógico da dinâmica interna do capitalismo neoliberal (Harvey, 2011). Sendo assim, a taxa de desocupação sofreu um grande aumento entre 2008 a 2009, principalmente na faixa etária dos jovens, como demonstrado no gráfico 1, conseguindo diminuir a partir de 2011.

2.3.2 Taxa de Participação

Gráfico 2- Taxa de Participação por faixa etária (%)



Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração: Ipea *apud* Foguel; Costa (2014)

Conforme o Gráfico 2, a taxa de participação dos jovens (15–24 anos) em 2001 apresentou uma diferença de 12,84% a menos em relação à dos adultos (25–49 anos). Esta discrepância corrobora a explicação para a taxa de desemprego ser mais elevada na faixa etária juvenil. Outrossim, é possível observar que a crise financeira de 2008 afetou o segmento jovem de maneira mais aguda, com uma queda na participação de aproximadamente

6,22% entre 2008 e 2013, enquanto para a faixa etária de 25 e 49 anos, a redução foi de cerca de 0,67%.

Discutir a taxa de participação dos jovens é algo complexo, considerando não haver um parâmetro explícito para isso, pois tanto valores muito baixos ou valores muito altos podem indicar problemas sociais, como, por exemplo, a evasão escolar.

Não há consenso sobre qual seria uma taxa de participação desejável para os jovens. Uma taxa de participação baixa, influenciada por um alto grau de desalento, por sua vez relacionada a baixos níveis educacionais e à elevada dificuldade de inserção no mercado de trabalho é, sem dúvida, um indicador preocupante. Por outro lado, uma alta taxa de participação associada a uma baixa frequência à escola, em especial entre os mais jovens, também é negativa por representar um movimento dos jovens em busca da sobrevivência econômica ou do apoio ao incremento do orçamento familiar, que compromete sua formação educacional. (Organização Internacional do Trabalho, 2009, p. 39).

Portanto, é necessário também avaliar a taxa de nem-nem⁵ dos jovens, para poder associar com a taxa de participação, a fim de compreender se a queda da participação de jovens na PEA está vinculada simultaneamente ao crescimento da taxa de frequência escolar dos jovens ou outros fatores, como, por exemplo: maior taxa de desalento⁶ ou inserção dos jovens a trabalhos temporários. (Dowbor, 2002, p. 7).

Outro fator importante a ser considerado é o desinteresse ao trabalho devido ao baixo valor da remuneração no país e conseqüentemente, baixo poder de compra entre os trabalhadores. Esse fator sobressaltou, especialmente, a partir crise econômica de 2008, a qual o sistema capitalista priorizou estabilidade dos mercados em detrimento dos direitos sociais, diminuindo assim, a valorização do real no Brasil a partir de agosto de 2008, que “não somente nominal, mas também real e efetiva na ordem de 22%.” (Holland, 2009, p. 1).

Nesse âmbito, constata-se que a formação e a organização do trabalho no país sofreram profundas transformações ao longo das décadas. Embora tenham sido instituídos direitos trabalhistas, estes não contemplaram de forma plena a classe trabalhadora, o que evidencia a continuidade de um processo de precarização e marginalização do trabalho. Ademais, em períodos de crise econômica, esses efeitos tornam-se ainda mais perceptíveis, nos quais o Estado tende a atuar em defesa da ordem capitalista, reforçando as desigualdades estruturais no mundo do trabalho.

⁵ A “taxa nem-nem” (ou taxa de jovens “nem-nem”) é um indicador social que mostra o percentual de jovens que não estudam nem trabalham, ou seja, estão fora do sistema educacional e do mercado de trabalho.

⁶ A taxa de desalento é outro indicador do mercado de trabalho que evidencia a proporção de pessoas em idade ativa que desistiram de procurar emprego, ou seja, querem trabalhar, mas não procuram mais porque acreditam que não vão conseguir uma vaga.

A nossa peculiaridade em relação aos países centrais está no fato de que, aqui, a regulação social das relações de trabalho não chegou a se consolidar ponto na prática, constituiu-se um sistema de regulação social do trabalho de caráter ambíguo: apesar de apresentar uma extensa legislação, as empresas sempre tiveram liberdade para fazer os seus ajustes na relação de emprego nos diferentes momentos do processo de industrialização e nas diversas conjunturas econômicas. Ou seja, o país tem uma legislação trabalhista que assegura em números direitos, mas as empresas têm facilidade em despedir, remuneração varia de acordo com o contexto econômico e o tempo de trabalho também apresenta traços de flexibilidade. (Krein, 2006, p. 56).

Essa dinâmica capitalista neoliberal acentua-se principalmente na vivência dos jovens adolescentes, onde o valor dos salários geralmente é menor, como, por exemplo, contratação por Jovem Aprendiz, e outro fator evidenciado, a demissão ser menos onerosa, pela alta rotatividade de trabalho entre eles, demonstrando a falta de proteção aos direitos dos jovens. (Castro; Aquino, 2008).

2.3.3 Taxa de nem-nem

Há, relativamente, uma dificuldade entre os jovens brasileiros em concluir os estudos e a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho, expressando uma das principais contradições do desenvolvimento social brasileiro. Esse processo resulta da combinação entre desigualdades estruturais, fragilidade das políticas públicas e das transformações no mundo do trabalho sob a lógica capitalista.

Entre 1992 a 2006, a taxa de participação dos jovens entre 15 e 17 anos reduziu significativamente, os jovens de 15 anos, reduziram 21,1 pontos percentuais, já os que tinham 16 anos, a redução foi de 14,3 pontos percentuais e entre os que tinham 17 anos, a queda foi de 11,4 pontos percentuais em termos absolutos. Com o avançar da idade, a taxa vai diminuindo, como dos jovens entre 18 a 20 anos: “a diminuição da taxa de participação foi significativamente inferior, enquanto nas idades de 21, 22, 23 e 24 anos ela aumentou levemente.”, como indica os estudos da OIT (2009, p. 43).

A diminuição da taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho pode estar associada a várias questões, incluindo a frequência escolar, que entre os anos de 1992 a 2006 teve um aumento considerável, como indicado abaixo:

O percentual de jovens de 15 a 24 anos que estudavam aumentou de 34,9% para 47% no mesmo período, sendo superior entre os inativos (de 50,55% para 65,6%), em comparação com os economicamente ativos (de 27,3% para 36,5%). Esses dados reforçam o que foi dito anteriormente: a redução da taxa de participação pode ser vista aqui também como um fenômeno positivo, relacionado ao maior investimento voluntário em escolaridade e qualificação por parte dos jovens. Com efeito, a tendência de aumento da escolaridade se verifica tanto entre os de 15 a 19 anos

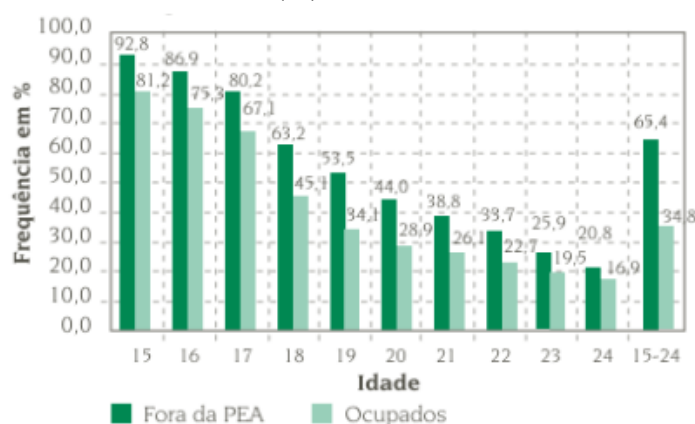
quanto entre aqueles com 20 a 24 anos; tanto entre os ativos quanto entre os inativos economicamente. (Organização Internacional do Trabalho, 2009, p. 43).

O aumento do índice de frequência escolar entre os jovens pode gerar resultados positivos, como a elevação das chances de inserção no mercado de trabalho formal em melhores condições e a redução da vulnerabilidade social. Isso se deve ao fato de a escola também exercer uma função de proteção social e de ampliação das habilidades sociais e críticas desses indivíduos, contribuindo para a diminuição das desigualdades. Contudo, é imperativo destacar que ainda há outras análises a serem realizadas sobre esses dados, conforme observado por Andrade (2008, p. 27).

Em 2007, 82,1% da população de 15 a 17 anos frequentavam a escola. No entanto, apenas 48,0% cursavam o ensino médio. Embora, ao longo dos últimos anos, a taxa de frequência líquida nesta faixa etária venha apresentando crescimento contínuo, ainda é bastante alto o índice de distorção idade-série, situação que favorece a evasão escolar. Muitos jovens terminam efetivamente por abandonar os estudos, com escolaridade ainda muito baixa, o que lhes subtrai um importante requisito para pleitear melhores empregos.

Um estudo produzido pela Organização Internacional do Trabalho (2009), comparou a frequência escolar dos jovens entre 15 e 24 anos no ano de 2006 que estavam ocupados e os que estavam fora da população economicamente ativa, as maiores taxas de frequência à escola estão entre os jovens inativos em toda faixa etária supracitada, revelando que a participação laboral entre esses jovens tem efeito negativo, observado no Gráfico 3:

Gráfico 3- Frequência da escola para os jovens fora da PEA e ocupados no Brasil em 2006 (%)



Fonte: Elaborado pela OIT/Prejal, a partir dos microdados do IBGE/Pnad de 2006; Brasil como um todo, inclusive a área rural do Norte.

Destaca-se, que os dados do Gráfico 3 podem ser interpretados por outros fatores que influenciam a frequência escolar, como a elevada carga horária de trabalho desses jovens, a taxa de informalidade dos trabalhos disponíveis, as condições laborais, como também, o

distanciamento territorial entre o local de trabalho e local da escola, sobretudo, o acesso às políticas públicas.

2.3.4 Neoliberalismo pós-crise 2008 e o capitalismo de plataformas

Após a crise econômica de 2008, o processo de precarização do trabalho se expandiu, algo que já havia sido desencadeado a partir da década de 1970, que após crise supracitada, intensificou novas dimensões do trabalho, especialmente, o trabalho em serviços em escala mundial. O capitalismo, então, potencializa a exploração do trabalho, o que Antunes menciona como superexploração da força do trabalho, caracterizado pelo alto índice de informalidade, terceirização e flexibilização da força de trabalho. (Antunes, 2018, p. 69).

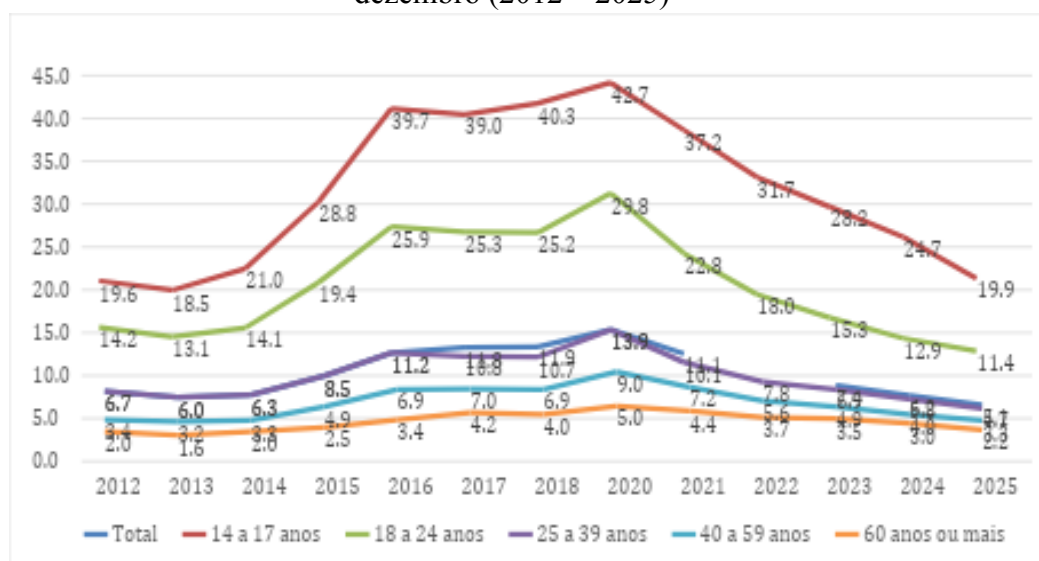
No que tange o Governo Lula e o Governo Dilma, houve-se um apaziguamento das contrarreformas ocorrida no final do século XX no Brasil, mediante transformações sociais e econômicas baseados em uma orientação neodesenvolvimentistas (Raichelis; Castelo, 2014). Portanto, foram geradas políticas de crescimento econômico associados a inclusão social, resultando na valorização do salário mínimo, diminuição do desemprego e fortalecimento das políticas públicas de transferência de renda, não desvinculado ao ideário neoliberal, discutido por Antunes:

Se os governos Lula e Dilma conseguiram aumentar o número de trabalhadores/as empregados/as e formalizados/as, e assim reduzir os índices de desemprego, não foram capazes, no entanto, de eliminar as condições de vulnerabilidade presentes nos níveis de informalidade, terceirização e precarização da força de trabalho no Brasil recente. A desregulamentação do trabalho, a ampliação da terceirização (subcontratação) e a vigência da informalidade se mantiveram, ainda que mais reduzidas em relação aos anos 1990, período que caracterizei como sendo o mais agudo da desertificação neoliberal social no Brasil. (Antunes, 2018, p. 139).

O trabalho passa a ser visto como um problema para a juventude, não mais como algo promissor para o futuro, mas assumido como preocupação, desânimo e inconstância. Essa atribuição ao trabalho se dá devido à instabilidade do mercado de trabalho, baixos salários, maior disputa entre os trabalhos formais, restando a informalidade como opção e, um sistema, que individualiza e culpabiliza essa classe trabalhadora que está sendo fragmentada demasiadamente. (Sousa, 2022).

Conforme ilustrado no Gráfico 4, houve uma elevação nas taxas de desocupação de adolescentes e jovens⁷ entre 2013 e 2016. Os dados revelam que a desocupação de adolescentes saltou 21,2%, ao passo que o segmento dos jovens apresentou uma alta de 12,8% no mesmo período. É possível notar o aumento significativo entre 2015 e 2016, período marcado pela crise econômica no Brasil, por conseguinte, os jovens dessa faixa etária são os mais afetados devido a menor experiência e maior rotatividade no mercado de trabalho.

Gráfico 4- Taxa de desocupação por faixa etária – Brasil – trimestres terminados em dezembro (2012 – 2025)⁸



Fonte principal: SIDRA/IBGE (série por idade, tabela 4094)

A partir do ano de 2020, a taxa de desocupação teve uma queda brusca na faixa etária dos adolescentes e jovens, não sendo tão expressiva nas demais faixas etárias. Destaca-se, que a queda não indica uma melhoria simples e homogênea no mercado de trabalho, a análise tem que estar associada a um conjunto de fatores econômicos e estruturais no contexto do país, como, por exemplo, a taxa de informalidade.

Segundo o estudo da OIT (2015), utilizando dados do Ipea (2013), as principais características do padrão de inserção ocupacional da juventude são: 1) desemprego; 2) alta rotatividade do emprego; 3) elevada taxa de informalidade; 4) jornada de trabalho superior a 44 horas semanais; 5) desigualdade de gênero e, não menos importante, 6) baixa remuneração.

⁷ Adolescentes neste estudo são marcados pela faixa etária entre 14 e 17 anos, enquanto os jovens são da faixa etária entre 18 e 24 anos.

⁸ Os dados do ano de 2019 ficaram em branco porque os valores do 4º trimestre não foram recuperados.

Em 2013, a taxa de informalidade para a população de 15 a 29 anos era maior em cerca de dois pontos percentuais do que a dos adultos, entre 30 a 65 anos. No entanto, em relação à raça ou cor, a disparidade é muito maior. Para brancos e amarelos, a proporção média de trabalhadores informais foi de 41,2%, enquanto que para pretos, pardos e índios essa proporção foi de 56,3%, 15 pontos percentuais acima da observada para brancos/as e amarelos/as. (Silva; Macedo; Figueiredo, 2015, p. 12).

Torna-se evidente que a informalidade e a precarização do trabalho não devem estar associadas somente a baixa escolaridade, mas também as novas formas que o capital tem formulado para a geração de trabalho excedente, diminuindo a abertura de trabalhos formais, enquanto “ocorre a expulsão da produção um conjunto significativo de trabalhadores (incluindo jovens qualificados e ultraqualificados, muitos dos quais pós-graduados) que não encontram emprego em seus países.”(Antunes, 2018, p. 36).

Essa precarização ainda incorpora desigualdade de gênero e de raça entre os jovens, impactando principalmente as mulheres e os negros. Desde dos 15 anos até aos 29 anos, a pesquisa aponta que as mulheres jovens sofrem com maior intensidade o desemprego, e se essa mulher for uma jovem negra, o quadro tende a piorar, conforme a pesquisa (Sousa, 2022, p. 307 *apud* IBGE/Pnad Contínua, 2017).

Sousa (2022, p. 319) acrescenta que mesmo a “taxa de participação de pessoas entre 15 e 29 anos e as que têm mais de 29 anos tenha variado de modo similar, o nível de ocupação caiu mais entre os jovens que os adultos.”, isso entre os anos de 2012 a 2017 no Brasil. Após a análise, foi possível identificar que “a expansão do desemprego não ocorreu em decorrência da variação demográfica, mas sim de alterações na dinâmica da economia e do mercado de trabalho”.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na Pnad Contínua 2018, traz uma importante reflexão sobre contradições sociais que demarcam a condição juvenil no Brasil. Estimava-se que o país em 2018 possuía 47,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, porém a distribuição das atividades entre estudo e trabalho revela limites estruturais na garantia de direitos e oportunidades para os jovens. Somente 13,5% dos jovens conciliavam trabalho e estudo, tais dados indicam a dificuldade de convergência entre os processos de qualificação educacional e a atividade produtiva, atendidos concomitantemente por uma minoria.

Essa realidade pode estar condicionada às dificuldades de acesso e permanência no sistema educacional, como também às exigências do mercado de trabalho, que em sua maioria exige dedicação integral, impossibilitando a continuidade dos estudos.

Outro dado relevante é em relação ao fato que 23% dos jovens não estavam nem trabalhando e nem estudando (nem-nem). Essa condição deve ser analisada com a devida cautela, pois são diversos fatores estruturais que podem estar ocultos, como a precarização do trabalho, desigualdade social, insuficiência de políticas públicas de educação. Deste modo, os nem-nem, como já discutido, podem ser mais do que algo subjetivo e escolhas individuais, como também pode expor os limites de desenvolvimento social, bem como a precariedade de oportunidades destinadas à juventude brasileira.

Tabela 1- Perfil dos jovens que não estudam e nem trabalham no Brasil – Pnad 2018

Categoria	Grupo	Número de jovens
Situação geral	Jovens que não estudam e trabalham	10 milhões
Faixa etária:	15 a 17 anos	770 mil
	18 a 24 anos	6,3 milhões
	25 a 29 anos	3,9 milhões
Sexo:	Mulheres	7,7 milhões
	Homens	4,2 milhões
Cor/Raça:	Branco	3,5 milhões
	Negros ou pardos	7,3 milhões

Pnad Contínua (2018) *apud* IBGE (2019).

Em 2018, como apontado acima, foram cerca de 10 milhões de jovens nem-nem, dos quais 6,3 milhões estão concentrados na faixa etária de 18 a 24 anos, período que, normalmente, corresponderia à continuidade da formação educacional e/ou a inserção ao mercado de trabalho.

Essa acentuação de jovens revela importantes contradições no processo de transição entre a educação e trabalho, evidenciando que grande parcela da juventude se insere precocemente no mercado de trabalho, sobretudo, em ocupações informais, precárias e de baixa qualificação. Destaca-se que esse processo desigual é advindo do ideário neoliberal, intensificado pela reforma trabalhista

No Brasil, a fragmentação dos direitos sociais e a flexibilização do trabalho se intensificam mais uma vez após o golpe de 2016⁹. É importante ressaltar, que houve

⁹ O Golpe de 2016, ocorrido por meio do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, foi impulsionado por uma forte pressão política da oposição em um contexto de recessão econômica. O principal objetivo desse movimento era a implementação de políticas ultraliberais, resultando no retrocesso dos direitos sociais conquistados no governo anterior.

retrocessos em relação ao governo anterior, como, por exemplo, a construção e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 no governo Temer.

A partir de 2016, o Brasil assistiu à intensificação das políticas de ajuste fiscal e de retração do investimento público, o que demonstrou a prioridade dada aos interesses do capital financeiro em prejuízo dos direitos sociais e trabalhistas. Como destaca Dowbor (2018), enquanto o Estado realizava cortes de verbas destinados a políticas sociais e de infraestrutura, manteve volumosas transferências ao setor financeiro, que aproximou em torno de 400 bilhões de reais, evidenciando a hegemonia de uma lógica de “bolsa banqueiro” voltada à remuneração de intermediários financeiros e aplicadores estrangeiros. Tal política fiscal retrocessiva consolidou um cenário de austeridade, debilitando a economia produtiva e culminou na formação do terreno para as reformas estruturais de cunho neoliberal, como, por exemplo, a Reforma Trabalhista de 2017, que visava flexibilizar direitos e reduzir custos para o capital, sob a alegação de modernizar as relações de trabalho.

A atual Reforma Trabalhista (2017) representou um desvio expressivo na regulação protetiva do trabalho no Brasil, suprimindo direitos historicamente conquistados e agravando a precarização do trabalho. Como apontam Figueiras e Cavalcante (2020), a abertura de novas modalidades contratuais, como o trabalho intermitente e a ampliação do conceito autônomo, destoou o alcance da proteção jurídica, intensificando a informalidade e a vulnerabilidade dos trabalhadores.

Esse fenômeno resultou, consequentemente, na fragmentação da luta dos trabalhadores e na diminuição da influência dos sindicatos trabalhistas, culminando em uma acentuada precarização do trabalho, sinalizado por Calvete (2022, p. 60):

Por trás desse discurso de determinismo tecnológico se esconde a real intenção de enfraquecimento das organizações sindicais e a precarização das condições de trabalho, que expandem as possibilidades de exploração da força de trabalho visando o aumento da acumulação de capital. No plano ideológico o libelo das liberdades individuais vem acompanhado dos valores do individualismo e do consumismo que se opõem aos valores que dão sustentação a união da classe trabalhadora: altruísmo e solidariedade. Esses valores do liberalismo se adéquam perfeitamente aos valores associados ao curto prazo trazidos pela hegemonia do capital financeiro e se difundem via discurso do sucesso que impregna a subjetividade do trabalhador: empreendedorismo, inovação, flexibilidade, propensão ao risco, capital humano, colaborador da empresa, empregabilidade e empresa de si mesmo.

Calvete (2022) discute que a quarta revolução industrial tem como estimativa desestruturar o tempo livre do trabalhador, a exemplo disso, é a *uberização*¹⁰, onde não há

¹⁰ Conceito debatido por Antunes (2018), que reflete sobre as novas modalidades de trabalho propiciados por aplicativos e plataformas digitais que conectam prestadores de serviços independentes com clientes sob demandas.

limitação da carga horária do trabalho, alimentada por algoritmos que projeta pontos por corrida, quanto menos corridas aceitas, menor a visibilidade do motorista nas demandas de corrida, quanto mais rápido você trabalhar, melhor sua pontuação. Para conseguir um rendimento financeiro que vá além das despesas diárias e automotivas, o “plataformizado” estende a carga de trabalho diária, chegando até cumprir escala de 7x0.

Há um estudo sobre o Trabalho de Entregadores e Motoristas das autointituladas “plataformas digitais”, realizado pelo Projeto Caminhos do Trabalho (FundaCentro; UFBA) publicada em 2023, a qual destaca informações primordiais para entender o fluxo de trabalho dos entregadores, que ao todo, foram 109 pessoas entrevistadas, predominantemente baianos na capital de Salvador.

Conforme a pesquisa, “37,3% dos trabalhadores tem até 30 anos de idade, 33,7% entre 31 e 40 anos, e 29% estão acima de 40 anos”, sendo assim, um público majoritariamente jovem, sendo eles 96% do sexo masculino e com uma extensa jornada de trabalho, destacando a média de 9h por dia, 55% dos entrevistados indicaram trabalhar 7 dias na semana e 37% indicaram 5 ou 6 dias e somente 4% laboram 4 dias ou menos. (FundaCentro; UFBA, 2023, p. 24).

Ao analisar esses novos condicionamentos propostos à classe que vive do trabalho, percebe-se que o capitalismo nega a existência do trabalhador, não reconhecendo a condição de trabalho realizada, se desvinculando de qualquer responsabilidade sobre aquele sujeito, ocorrendo assim, o processo de despersonalização das relações sociais, onde quem monitora e regula o trabalho são os “sistemas”, as chamadas plataformas digitais. (Druck, 2023).

Para Antunes (2018), a *uberização* é um modelo de organização do trabalho que se beneficia da gestão algorítmica e, conseqüentemente da datificação, mas que é demasiadamente dependente de uma massa de trabalhadores heterogênea e ampliada em condição de assalariamento e desproteção social, dispostos a aceitar vínculos empregatícios frágeis e informais em troca da própria subsistência, como demonstra estudo elaborado por Lapa:

Em novembro de 2020, o quantitativo de entregadores foi de aproximadamente 678.527 trabalhadores, com um crescimento de 8,2% de maio a novembro. Os motoristas, em contrapartida, são, aproximadamente, 1.271.219 com decréscimo de cerca de 6%. Importante ressaltar que o início das tentativas de políticas de confinamento ocorreu em março de 2020. Em termos comparativos, pode-se dizer que os trabalhadores de entrega e transporte por aplicativos representam 6% daqueles que estão sob a categoria conta própria somado à categoria empregado do setor privado sem carteira, resultando 32,3 milhões de trabalhadores. (Lapa, 2022, p. 289).

Também é identificado um recorte de raça nos trabalhadores de plataformas, tanto motoristas, quanto entregadores, sendo o maior grupo racial (pretos e pardos) de 59,2% entregadores negros, enquanto brancos representam quase 40%. Ao se observar o recorte racial dos motoristas, identifica semelhança, onde 60% são identificados como negros e 38,5% como brancos. (Lapa, 2022, p. 290).

Em relação à faixa etária, não há semelhança entre os entregadores e os motoristas, cenário esse, que pode ser explicado sobre a maior dificuldade de um jovem obter um automóvel para poder trabalhar, como explica Lapa (2022, p. 291):

Aqui se percebe uma distinção pertinente, dado que a concentração de entregadores na faixa de 20 a 29 anos é de cerca de 38%, enquanto para motoristas a distribuição se mantém uniforme na faixa de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, com percentuais na faixa dos 27%. Uma potencial explicação para isso reside na maior dificuldade em adquirir ou alugar um carro para que se possa trabalhar como motorista, ao contrário da menor barreira de entrada no mercado para entregadores que, a princípio, precisam de meios de transporte mais baratos.

Antunes (2018), reflete de como esses trabalhadores de *plataformizados* vivenciam a expansão da precariedade total, tendo que custear o próprio automóvel, refeições diárias, aparelho celular e demais gastos sem nenhuma responsabilidade financeira da própria plataforma, recebendo somente por corridas executadas. Ao mesmo tempo, esses trabalhadores demonstram repulsa pelo trabalho CLT, mas ao ser indagados sobre os direitos trabalhistas vigentes na legislação, como as férias e o seguro desemprego, eles assumem que desejam estar nessa condição de proteção. Deste modo, se não houver uma quebra dessa exploração do trabalho sendo reivindicada pelos próprios trabalhadores, o futuro deles “oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão.” (Antunes, 2018, p. 39).

Outro estudo, elaborado pela Aliança Bike (2019), no estado de São Paulo, com uma amostra de 270 entrevistas, indicou que a média dos entregadores ciclistas têm 24 anos e majoritariamente são 99% homens, sendo somente 3 mulheres entrevistadas, o estudo também apontou que 25% deles têm até 19 anos, 50% têm até 22 anos e 75% têm até 27 anos, reafirmando os demais estudos supracitados, entregadores homens jovens. (Aliança Bike, 2019, p. 11).

As entrevistas inclusive revelaram o alto índice de carga horária de trabalho, a quantidade de horas à disposição do aplicativo foi identificada em média de 9 horas e 24 minutos por dia, lembrando que as entregas são feitas por bicicletas, trabalho altamente exaustivo e perigoso, devido à falta de segurança no trânsito, infraestrutura adequada e a falta de segurança pública (Aliança Bike, 2019). Esse fator também não está dissociado a péssima

remuneração e precarização, recebendo menos que um salário mínimo mensal, como indica a Tabela 2 abaixo: (Aliança Bike, 2019).

Tabela 2- Relação entre a quantidade de horas trabalhadas, número de entregadores e média dos rendimentos mensais

Quantidade de horas trabalhadas por dia	Quantidade de entregadores	Média dos rendimentos mensais
Até 5 horas	19	466,2
De 6 a 8 horas	78	752,9
De 9 a 12 horas	132	1105,8
Mais de 12 horas	15	995,3
Total Geral	244*	936

*26 entrevistados não responderam o rendimento mensal.

Fonte: Aliança Bike, 2019.

Conforme a Tabela 2, cerca de 54,10% dos jovens têm que trabalhar entre 9 a 12 horas por dia para ter o rendimento maior do que R\$ 1.000,00 mensais, porém 6,14% retratam trabalhar até mais de 12 horas por dia e receber em média 995,00 reais, valor aproximado do salário mínimo vigente do ano de 2019, porém sem direitos trabalhistas, previdenciários e sem ajuda de custo com alimentação e transporte, discutido por Antunes (2018), a expansão de um novo proletariado de serviços.

O capitalismo dispõe os menores índices de salários no mercado de trabalho, ao ser fator de suma importância para a reprodução da força de trabalho, impulsionando assim, maior contingente de membros familiares na força de trabalho, devido à necessidade de completar a renda familiar, influenciando assim, inserção precoce dos jovens na vida laboral, favorecendo o aumento da oferta de mão-de-obra barata para o sistema capitalista. (Sousa, 2022).

Diante da fragilidade e precarização do trabalho dos jovens entregadores, quais os motivos o levaram a esse vínculo empregatício? A pesquisa apontou que 59% dos entregadores relataram que a principal causa foi o desemprego. Evidencia-se, que as principais vantagens de trabalhar como entregador por aplicativos são “‘emprego rápido, sem processo seletivo’, seguido de ‘Flexibilidade de horário’ (30%). Chamou a atenção a resposta espontânea ‘Não ter patrão’, com 5% das respostas” (Aliança Bike, 2019, p. 17).

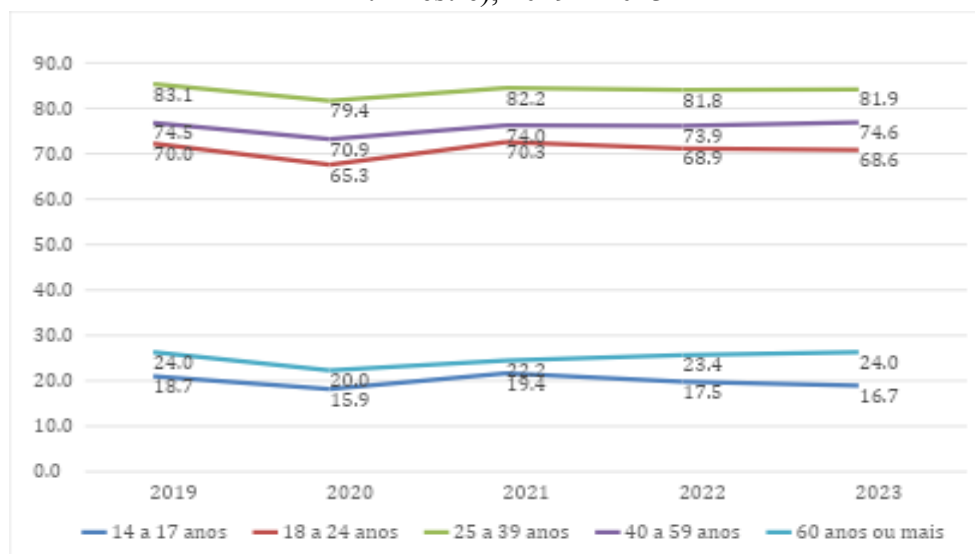
2.4 Neoliberalismo pandêmico e a juventude no cenário atual

A pandemia da Covid-19 afetou drasticamente todos os setores da vida humana, principalmente a saúde, no que tange o mercado de trabalho, a pandemia aguçou os setores de trabalhos informais, trabalhadores esses, com a menor proteção social e baixa escolaridade, como aponta a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas:

No Brasil os efeitos foram particularmente significativos, não somente em função da queda sem precedentes da população ocupada e da população economicamente ativa, mas também pelo fato de que, diferentemente de recessões anteriores, desta vez os trabalhadores informais foram mais atingidos que os formais. Em particular, embora a redução do emprego formal em 2020 tenha sido expressiva (-4,2%), a queda no emprego informal foi proporcionalmente três vezes maior (-12,6%). (Veloso, 2021, s. p.).

Além disso, a pandemia revelou em maior alcance as desigualdades já vivenciadas pelo sistema capitalista neoliberal, como a queda acentuada da taxa de participação, a redução de horas trabalhadas e conseqüentemente, o rendimento por hora, as desigualdades foram ampliadas de acordo com nível de formalidade, atingindo principalmente “os trabalhadores com menor escolaridade, minorias raciais e étnicas, mulheres e jovens”. (Antunes, 2020, p. 19).

Gráfico 5- Taxa de Participação no mercado de trabalho por faixa etária no Brasil (4º trimestre), 2019 – 2023



Fonte principal: SIDRA/IBGE (série por idade, tabela 4094)

Ao observar o Gráfico 5, percebe-se que a taxa de participação no mercado de trabalho foi impactada pela pandemia da Covid-19 em 2020, com quedas acentuadas em todas as faixas etárias de idade, com uma leve recuperação das taxas em 2021, e nos anos seguintes, somente a faixa etária acima de 40 anos conseguiu estabilizar os percentuais atingidos em 2019. Destaca-se, que faixa etária dos jovens e adolescentes foram os mais atingidos pela pandemia.

Além disso, a pandemia aglutinou a precarização do trabalho, afetando, assim, a saúde física e mental, e ainda potencializou as expressões da questão social já existentes, como, por exemplo, a fome e a miséria. Aos olhos dos jovens, o trabalho é um dos principais dilemas existentes na pandemia, como relata o jovem pesquisador que estava sob os efeitos da pandemia e o confinamento: “Eu sei que o momento não está sendo fácil, principalmente para nós jovens. A falta de acesso, a falta de infraestrutura, de trabalho, de tudo para a gente [...] tá sendo muito complicado [...]” (Conjuve, 2022, p. 38).

Outro fator foi evidenciado na pesquisa da Conjuve (2022), a qual um terço dos jovens pesquisados revelaram que a pandemia foi o principal motivo a ter começado a trabalhar, isso entre 8 a cada 10 jovens que estavam trabalhando durante a investigação. Soma-se também, entre os que não estavam trabalhando, boa parte deles desejavam uma colocação profissional. (Conjuve, 2022, p. 68).

A pandemia também impactou os trabalhadores de plataformas digitais e aplicativos, uma massa de trabalhadores que não parava de se expandir e, ainda por cima, experimentava as condições da chamada uberização do trabalho. Sem outra possibilidade de encontrar trabalho imediato, trabalhadores e trabalhadoras buscam “emprego no Uber, Uber Eats, 99, Cabify, Rappi, Ifood, Amazonetc”. Portanto, tentavam fugir do flagelo maior: o desemprego. “Saíam do desemprego para o sistema de uberização, essa nova modalidade de servidão.” (Antunes, 2020, p. 22).

A partir do ano de 2020, com o advento da pandemia de Covid-19, observou-se um aumento expressivo na adoção do teletrabalho em diversos setores da sociedade, configurando-se como uma medida preventiva contra a propagação do vírus. Contudo, é fundamental destacar que essa modalidade de trabalho não se estende a todos os segmentos profissionais, excluindo áreas que demandam presença física, como os setores da construção civil, medicina e transporte, entre outros.

A crise sanitária afetou toda a classe trabalhadora, ainda que de formas distintas: perda de emprego em algumas áreas, especialmente nos setores de serviços, turismo,

alimentação; trabalho mais intensificado para pessoas que desenvolviam atividades consideradas essenciais e para aquelas que foram submetidas às medidas provisórias do governo, devido à permissão de redução de salários, jornadas intensificadas, responsabilização pelos custos do trabalho, etc. Entre as consequências, quase 9 milhões de trabalhadores tiveram suas atividades profissionais transferidas para o ambiente doméstico, no chamado trabalho remoto, home office ou teletrabalho. Essa modalidade, que já vinha em crescimento no período que antecede a pandemia, conforme vários estudos realizados sobre o tema 4-6, com a Covid-19, inaugurou um novo marco do trabalho. (Bridi; Tropia; Vazquez, 2024, p. 2).

Mesmo após a pandemia, o número expressivo de trabalhadores que estavam exercendo sua função de modo híbrido ou por teletrabalho era maior que anterior à pandemia. Em 2022, cerca de 7,4 milhões de trabalhadores exerceram teletrabalho, o que representou 7,3% dos ocupados no país e 7,7% dos ocupados ativos, segundo a Pnad Contínua experimental (2022), o que também afetou os jovens brasileiros, como relata a fala de uma jovem em trabalho de home office:

Eu acho que o home office tem muitos desafios, principalmente para a gente que é mais jovem, por exemplo a gestão do tempo [...]. Eu pessoalmente tenho uma sensação que a gente tem que estar sempre ligado as entregas, então as vezes você vai trabalhar muito mais do que trabalharia no presencial (..) então também não acho que é sinônimo de uma redução de carga horário, acho que é mais o contrário [...]. Mas de fato a flexibilidade é um ponto positivo. (Conjuve, 2022, p. 74).

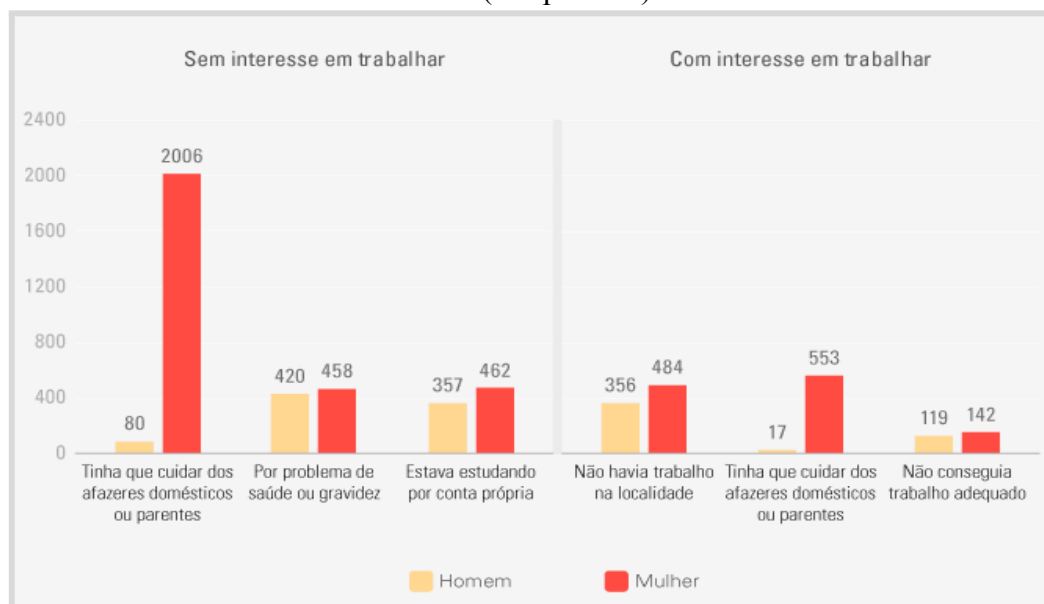
Evidencia-se um discurso neoliberal sobre a autonomia e a ideologia do empreendedorismo na classe-que-vive-do-trabalho, aonde parte dessa classe são dependentes de grandes plataformas e estão à mercê das variações do mercado, seguindo a própria sorte pelo discurso neoliberal que responsabiliza o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso, ignorando fatores estruturais como escolaridade, desigualdade socioeconômica, discriminação, como indica os dados abaixo.

Ainda assim, há boa abertura entre jovens para empreender no futuro: se pudessem, 4 a cada 10 escolheriam ter um negócio próprio, tendência que é ainda maior entre os mais novos, homens e respondentes que trabalhavam. O desejo de se tornarem servidores públicos é significativo entre os que não trabalhavam. (Conjuve, 2022, p. 78).

Conclui-se, que a pandemia aguçou algumas mazelas precursoras do neoliberalismo e a mascarou a verdadeira relação entre capital-trabalho, eximindo o Estado das responsabilidades de garantir condições mínimas de vida. Ademais, é perceptível, através dos dados supracitados, as consequências dessa lógica na trajetória de trabalho dos jovens brasileiros.

Em 2022, ano pós-pandemia da Covid-19, ainda vemos resquícios dos jovens que estão fora do mercado de trabalho e suas principais causas, como aborda o gráfico 6:

Gráfico 6- Perfil dos jovens de 15 a 29 anos que nem-nem e que estão fora da força de trabalho (mil pessoas):



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (2023) *apud* Agência IBGE (2023)

Conforme os dados elaborados pelo IBGE (2023), o número de mulheres que não tem interesse em trabalhar (2006) é alarmante, principalmente pelo principal motivo apontado: afazeres domésticos ou cuidado com parentes, afirmando mais uma vez uma estrutura patriarcal e machista. Tais dados evidenciam uma marcante desigualdade de gênero na distribuição das responsabilidades domésticas, refletindo-se diretamente na inserção ao mercado de trabalho das jovens mulheres brasileiras.

Além disso, a análise de jovens que exercem cuidados domésticos e que gostariam de estar ativos no mercado de trabalho reafirma a predominância feminina; em 2022, esse grupo contava 32,5 vezes mais mulheres do que homens.

Quando se trata de jovens pobres e periféricos, o capitalismo informacional e as novas modalidades de trabalho, como a uberização, não alcança a maioria da classe de jovens periféricos, principalmente, pela forma que é condicionado o trabalho: uso de smartphones com internet pré-paga; transportes próprios, dentre eles, carro ou moto; Carteira Nacional de Habilitação (CNH), como exigido por lei, o que leva um gasto superfaturado fora de cogitação para esses jovens que vivem sob a pobreza ou extrema pobreza, como expressa os dados referentes ao ano de 2022 abaixo:

Do total de 10,9 milhões de jovens que não estudam e não estão ocupados, 61,2% eram pobres, com renda domiciliar *per capita* inferior a US\$ 6,85 por dia, e 14,8% eram extremamente pobres, com renda domiciliar *per capita* abaixo de US\$ 2,15 por dia, de acordo com as linhas de pobreza do Banco Mundial. No Nordeste, 75,5% dos

jovens que não estudam e não estão ocupados estavam na pobreza e 22,5% na extrema pobreza. (Agência IBGE, 2023).

No que tange a educação, o Brasil, mesmo avançando nos últimos anos, ainda há um número alarmante de jovens fora da escola. Conforme a pesquisa elaborada por Rosas e Santos (2024, s. p.), no ano de 2012 havia cerca de 15 milhões de jovens fora da escola, no ano de 2023 esse número reduziu consideravelmente, chegando aproximadamente a 9,2 milhões que evadiram sem concluir a educação básica, indicando 19% dos jovens brasileiros.

Vale destacar, que dos dados obtidos dos 9,2 milhões de alunos evadidos, 71% desses jovens são negros, demonstrando um recorte de raça, o que indica a necessidade de investimento em uma educação antirracista por meio das políticas públicas, principalmente ao analisar que o principal motivo da evasão escolar no Brasil em 2023 é a “necessidade de trabalhar”, indicado por 42% dos jovens entrevistados. (Rosas; Santos, 2024, s. p.).

No entanto, se entre os homens a necessidade de ter um emprego se destacou (53%, seguido por "desinteresse", com 25%), entre as mulheres vemos três razões alegadas como as principais (em proporções parecidas): Necessidade de trabalhar (25%); Gravidez (23%) e Desinteresse (21%). (Rosas; Santos, 2024, s. p.).

A informalidade mantém ainda o ponto central na vivência desses jovens com baixa qualificação e mínima experiência, resultando em dados, onde 45% dos jovens ocupados no Brasil constavam-se na informalidade no ano de 2023. (Rosas; Santos, 2024, s. p.). Além do recorte de raça e gênero, o principal marcador social é o recorte de classe, quanto menor índice per capita da família, maiores as chances de os jovens estarem inseridos na informalidade.

Constata-se, por exemplo, que os jovens filhos de pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social. Porém, ao ingressar muito cedo no mercado de trabalho, ou fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas composições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho. (Pochmann, 2004, p. 231)

Em suma, a direção para a vida adulta dos jovens brasileiros está dotada de decisões intensas, impactando não somente a inserção ao mundo do trabalho, mas também no seu cotidiano e inconscientemente, na saúde física e mental. Essas decisões não são lineares, homogêneas ou simplesmente subjetivas, mas estão ligadas intrinsecamente com os efeitos da crise capitalista, a reestruturação produtiva e a mínima intervenção estatal na formulação de políticas públicas efetivas.

2.5 Entre o desemprego e a informalidade: inserção dos jovens à economia solidária e o cooperativismo em Campos dos Goytacazes

A economia solidária se consolidou no Brasil em 1990 e somente foi inserida no âmbito do Estado brasileiro em 2003 pela SENAES¹¹, caracterizado pelo “caráter participativo e fundamentados em princípios de cooperação e autogestão”, a qual foi construindo diferentes categorias sociais e de organização com o intuito de geração de renda, dentre elas, as cooperativas. (Almeida; Araújo; Castilho, 2024, p. 47).

O seu público-alvo são trabalhadores autônomos, desempregados ou em situação de vulnerabilidade ocupacional, além de associações e cooperativas. Sendo assim, a iniciativa constitui uma resposta estratégica às limitações e dificuldades impostas pelo modelo capitalista às condições de trabalho e, para além disso, reconhecida internacionalmente como um modelo sustentável ao meio ambiente. (Almeida; Araújo; Castilho, 2024).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) também tem reconhecido a importância da economia solidária para o desenvolvimento sustentável. Em abril de 2023, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução destacando como a economia solidária pode contribuir para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promover o trabalho decente, aliviar a pobreza e fomentar a inclusão social. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2025).

Diante ao modo de produção capitalista, que, ao longo de suas crises cíclicas e constantes reestruturações produtivas, revela um maior enxugamento do trabalho vivo, consequentemente, desenvolvem-se novas estratégias de inclusão da classe trabalhadora situada à margem do desemprego e da pobreza. Tais iniciativas alcançam uma parte dos jovens periféricos que não conseguem se inserir no mercado formal, realocando-os em projetos produtivos que buscam à integração socioeconômica, como explicita abaixo:

São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental. (Tygel, 2011, s. p.)

As cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis surgem ao final de 1990 com o aumento do desemprego e os modelos de reestruturação produtiva, ganhando destaque a partir da organização política dos catadores na criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O crescimento das cooperativas ocorreu, principalmente, após o fechamento dos lixões e a construção de aterros sanitários, lugares

¹¹ Secretaria Nacional de Economia Solidária

esses que mantiveram a renda de milhares de catadores de materiais recicláveis, que com o aumento do desligamento dos aterros no país, foram realocados em cooperativas através de lutas políticas e sociais.

A gestão adequada dos resíduos sólidos municipais é central na diminuição dos impactos nos ecossistemas marinhos e terrestres, além de contribuir positivamente para as condições de vida, de saneamento e saúde pública. Em países em desenvolvimento, a gestão de resíduos sólidos deve necessariamente incluir a dimensão social, na medida em que grande parte dos resíduos que retornam para a cadeia reversa tem origem no trabalho individual e informal dos catadores nas ruas das cidades, expostos aos riscos à saúde) e à exploração pelos demais integrantes da cadeia da reciclagem [...]. (Pisano; Demajorovic; Besen, 2022, p. 2).

No município de Campos dos Goytacazes operam quatro cooperativas de materiais recicláveis fundadas a partir de 2015. A trajetória dessas organizações foi marcada por intensas lutas e resistências frente ao poder público após o fechamento do antigo lixão da Codin, em 2012, local que, até então, constituía a única fonte de subsistência para aproximadamente quinhentos catadores. (Almeida *et al.*, 2016).

A coleta de materiais recicláveis é reconhecida como uma atividade laborativa de risco à contaminação biológica e química, alto desgaste físico, insalubridade e precária, a qual havia trabalhadores de todas faixas etárias, inclusive infanto-juvenil. Segundo Almeida *et. al* (2016), o trabalho no lixão antes do fechamento (2012) contava com 36% de jovens entre 18 e 29 anos como única e principal fonte de renda, principalmente por famílias monoparentais, que postergaram os estudos e anteciparam o trabalho, como apontam os dados.

Como pudemos observar, a combinação entre o crescimento do desemprego e do conjunto de trabalhadores precários e empobrecidos, formado, principalmente, por mulheres mães, trabalhadoras e chefes de família – os chamados arranjos monoparentais femininos –, de um lado, e o incremento do negócio da reciclagem, com a transformação dos resíduos em mercadorias, do outro, acabou por criar condições necessárias e favoráveis à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho da catação, até então formado por trabalhadores mais antigos e seus familiares. (Almeida; Balthazar; Eckhardt; *et. al*, 2016, p. 300).

Conforme o levantamento do Netrad (2022), as cooperativas Renascer, Reciclar, Nova Esperança e Cata Sol contavam com uma média de 60 membros. A pesquisa entrevistou 44 desses trabalhadores, revelando que 21 deles são jovens de 18 a 28 anos, o que corresponde a 48% do grupo pesquisado. (Pessoa, 2023).

Destaca-se que, esses jovens majoritariamente abandonaram a escola, o seu tempo ocioso e de lazer para irem trabalhar em busca de renda para si e sua família, sendo eles, em sua maioria, filhos e filhas de catadores do lixão da Codin e encontraram as cooperativas como fuga do desemprego e uma gestão horizontal, sendo os pontos cruciais para a continuar na cooperativa. (Pessoa, 2023).

Verifica-se que a inserção dos jovens cooperados de resíduos sólidos em Campos dos Goytacazes/RJ no mercado de trabalho ocorre de forma precária e marcada por vulnerabilidades sociais, sendo compensada, em parte, por estratégias coletivas de organização e pela construção de sentidos positivos relacionados à autonomia, à solidariedade e à contribuição socioambiental.

Nesse sentido, o fomento do cooperativismo solidário com apropriação de tecnologia social voltada à emancipação dos sujeitos corresponde a um processo social para o qual se requer o conhecimento dos constructos (símbolos mentais) constituintes da identidade da privação material e de direitos. Estão em questão processos sociais complexos de metamorfose da identidade da exclusão social para a identidade que se percebe portadora de direitos de inclusão produtiva, no caso dos catadores, nos sistemas públicos de coleta seletiva e na cadeia produtiva local da reciclagem. (Stroh, 2016, p. 253).

De acordo com estudo de Almeida (2021), essa condição de trabalho precário entre os jovens cooperados das cooperativas de Campos dos Goytacazes é perpassada intergeracionalmente, pois majoritariamente, seus familiares que já foram catadores do lixão da Codin, marcados com a forte presença de mulheres negras.

Destarte, o próximo capítulo será analisado e discutido o perfil socioeconômico, educacional e racial dos jovens cooperados, situando-os no contexto da segregação socioespacial do bairro Codin. Essa análise fornecerá dados importantes para compreender uma parte do universo dos jovens catadores de materiais recicláveis, abordando suas trajetórias de trabalho sendo ainda moradores de periferias.

3 PERFIL SOCIAL DOS JOVENS DAS COOPERATIVAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO TERRITÓRIO DA CODIN

A formação das cooperativas de materiais recicláveis em Campos dos Goytacazes começou em 2015, após três anos do fechamento do lixão da Codin, impossibilitando a fonte de trabalho de mais de 400 famílias de catadores. A construção não foi pacífica, mas condensada através de lutas e resistência dos catadores do lixão, que sem alternativas de trabalho, buscaram a justiça com a própria comunidade através de reuniões, passeatas, protestos e apoio externo, como, por exemplo, a UFF Campos. (Almeida, 2021).

A criação da cooperativa Reciclar em Santo Amaro, composta por 26 catadores, ocorreu em fevereiro de 2017. Naquela época, o subdistrito de Guarus já contava com a operação das cooperativas Renascer, CataSol e Nova Esperança, que juntas somavam mais de 100 catadores. (Almeida, 2021).

Assim como houve metamorfoses no mundo do trabalho¹², as cooperativas também passaram por diversas mutações, como a diminuição da distribuição de coleta de materiais recicláveis, variáveis de rendimentos das vendas dos materiais, a falta ou equipamentos de operação quebrados, o que ocasionou a saída de diversos cooperados devido ao trabalho precarizado e não reconhecido pelo poder público municipal.

Ademais, o corte realizado pela Prefeitura no contrato com a Empresa de Limpeza Pública, em 50%, fez com que a Empresa reduzisse a coleta seletiva de quatro para apenas um caminhão, o que junto com a crise econômica e a redução do consumo das famílias, reduziu em 70% os resíduos recebidos pelas cooperativas Reciclar e Cata Sol, adiando a possibilidade das outras duas cooperativas substituírem a triagem do lixo tradicional pelo resíduo reciclável e, das quatro darem início à coleta seletiva. (Almeida, 2021, p. 210).

No primeiro trimestre de 2025, havia menos de 50 cooperados atuando no total, a CataSol contava com 15, Reciclar e Renascer com 10 em cada uma e 9 na Nova Esperança, um declínio enorme, principalmente após a Covid-19, que desestruturou a coleta seletiva, separação e, principalmente, o valor das vendas dos materiais recicláveis. (Diário de Pesquisa, 2025).

¹² As “metamorfoses do mundo do trabalho” são discutidas por Antunes (2000), que dialoga com as mudanças estridentes no mundo do trabalho a partir da inserção do neoliberalismo no final do século XX e a inserção do novo modo de produção: *Toyotismo*, caracterizado pela flexibilização, terceirização e desregulamentação da força do trabalho.

Com o número cada vez menor de catadores nas cooperativas, variação dos valores das vendas dos materiais e conflitos com o poder público em busca dos direitos das cooperativas, o que mantém os jovens adultos exercendo o cooperativismo?

Com o objetivo de aprofundar o perfil socioeconômico, racial e estudantil, e, também compreender a trajetória de trabalho dos jovens cooperados, foi realizada uma pesquisa qualitativa com método exploratório com cinco jovens cooperados, dois que cooperam na Renascer e três da Nova Esperança, não sendo possível com as demais cooperativas supracitadas¹³.

Destaca-se, que esse capítulo abordará o perfil socioeconômico dos entrevistados, reunindo marcadores sociais, como: idade, raça/cor, classe social, escolarização, território e arranjos familiares, a fim de compreender as particularidades, como também a homogeneidade dos jovens cooperados, exposto na tabela abaixo:

Tabela 3- Dados Sociais dos Jovens Cooperados em 2026:

Nomes/Dados Soci	Idade:	Raça/Cor:	Território:	Estado Civil:	Escolaridade:	Filhos (as)
Rubi	30	Preta	Terra Prometida (Codin)	Solteira	Ensino Médio Completo	1
Citrino	19	Preto	Terra Prometida (Codin)	Solteiro	4º ano do Ensino Fundamental	1
Ônix	23	Preto	Santa Edwiges (Codin)	Solteiro	8º ano do Ensino Fundamental	1
Safira	20	Preta	Terra Prometida (Codin)	Solteira	6º ano do Ensino Fundamental	1
Esmeralda	25	Preta	Codin	Solteira	7º ano do Ensino Fundamental	3

Fonte: Autoria própria (2026)

A análise dos dados apresentados revela um grupo de jovens cooperados com idades entre 19 e 30 anos, evidenciando uma predominância de adultos jovens que transitaram pra vida adulta. Observa-se, que todos os jovens revelam que estão solteiros e possuem ao menos um filho, com destaque para um caso com três dependentes, o que sugere responsabilidades familiares precoces. Esse cenário pode impactar diretamente a disponibilidade de tempo, a estabilidade financeira e as oportunidades de qualificação profissional desses cooperados.

No que se refere à escolaridade, os dados indicam níveis educacionais heterogêneos, porém majoritariamente baixos ou incompletos. Conforme os dados, a entrevistada Rubi foi a única que concluiu o ensino médio, enquanto os demais apresentam formação restrita ao ensino fundamental, em diferentes etapas, o que pode restringir a uma melhor inserção profissional.

¹³ Motivo da ausência das duas cooperativas:

Reciclar: não obtive contato direto com a cooperativa;

CataSol: os jovens se recusaram a participar segundo relato da presidente via contato telefônico.

Outro aspecto relevante diz respeito à autodeclaração racial e ao território de residência, que apontam para uma predominância de jovens negros (pretos e pardos) inseridos no território da Codin. Tal configuração sugere a presença de desigualdades socioespaciais e raciais que historicamente afetam o acesso a direitos e oportunidades, como serão discutidos ao longo deste capítulo.

3.1 Por que jovens negros e não brancos?

Como indicado na Tabela 4, os cinco jovens entrevistados se identificaram como pretos, o que não difere do quantitativo de cooperados negros nas quatro cooperativas, o que cabe questionar, por que jovens negros e não jovens brancos?

Questionar a realidade social no presente necessita compreender o processo sócio-histórico brasileiro que foi desenvolvido por meio de conflitos e resistências. É notório que a base da história brasileira é construída por uma desigualdade racial¹⁴ advinda do trabalho escravo. Tal processo se permeou a cerca de 350 anos, o qual levou os europeus, sobretudo, os portugueses, um domínio sobre os povos indígenas e posteriormente, os negros africanos.

Costa (2024) discute, que o processo de escravização no Brasil se diferenciou aos demais países, pois a escolha dos negros para serem escravizados aqui se perpetuou por conta da etnia ou raça, enquanto no continente africano, esse processo era dado por conta de guerras e/ou dívidas entre os africanos. Almeida (2014, p. 140) à luz de Clóvis (1994, p. 125) reflete sobre esse processo:

[...] a aventura colonial dos europeus no século XV não foi exclusivamente um “ato de expansionismo geográfico, com o objetivo de conseguir novas áreas de dominação e rotas comerciais marítimas”. Estes foram os objetivos visíveis desse processo violento. Foi um processo vertical, tratado pelo autor como complicador étnico, mutilador e estrangulador cultural.

Por isso, a escravidão no nosso país desencadeou tenazmente um racismo estrutural, que atravessa até os dias atuais, mesmo após a Abolição da Escravatura em 1888, onde os negros conquistaram arduamente a sua liberdade.

¹⁴“Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.” (Almeida, 2019, p. 27).

Decorridos mais de 135 anos desde a abolição da escravatura no Brasil, observa-se que os progressos concernentes à reintegração da população negra na estrutura social têm-se manifestado de maneira morosa. Concomitantemente, a desigualdade social, o genocídio e o racismo velado demonstram uma progressão acentuada.

Concordo plenamente com as medidas de reparação histórica, mas essas políticas não têm sido suficientes para impedir o quadro da violência sobre a população negra. Este quadro está se materializa no desemprego estrutural, no subemprego, no analfabetismo, na mortalidade materna da mulher negra, na ausência de uma política de redução de danos para os usuários de álcool e outras drogas, que sejam condizentes com o atendimento à saúde de qualidade e no acesso à justiça. É expressão dessa violência, também, o genocídio da juventude negra, no qual expressiva massa de jovens negros é abatida pelo tráfico ou pela ação truculenta da polícia e dos demais agentes da “segurança pública.” (Almeida, 2014, p. 145).

Vale mencionar, que tal desigualdade não está só atrelada à raça, mas também à classe social, sobretudo, a economia do país. Os negros foram primordiais para o avanço da economia brasileira, não somente pela mão-de-obra barata, mas pela aptidão dos escravizados ao trabalho braçal. E, ainda hoje, a classe dominante se utiliza dessa desigualdade racial para fomentar a economia atrelada a um Estado autoritário. (Ianni, 2016).

Ao analisar os dados sobre a diferença de renda entre homens brancos e homens negros, os resultados revelam uma disparidade preocupante. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, a população de cor branca que estava ocupada, ganhava, em média, 64% a mais do que a de cor preta ou parda. Em números, o salário médio dos brancos era de R\$ 3.273, enquanto dos negros ou pardos ganhavam em média de R\$ 1.994. (IBGE, 2023).

Além disso, os jovens negros estão entre os grupos mais afetados pela precarização do trabalho, especialmente quando combinam raça, gênero e idade. Assim, estudos revelam que a taxa de informalidade entre os negros alcançou 48%, enquanto entre os jovens brancos era de 37%, segundo os dados da PNAD Contínua. Ao analisar os dados, notou-se que a informalidade não estava associada somente à ausência da carteira assinada, como também ao índice de trabalho precário somado à ausência de direitos previdenciários.

[...] a pesquisa do Banco Mundial (2022) examina os fatores estruturais que dificultam a plena inserção de jovens negros brasileiros no mercado formal e propõe estratégias para enfrentar esse cenário de desigualdade persistente. O estudo mostra que, apesar de avanços educacionais, os jovens negros ainda são os mais vulneráveis do ponto de vista econômico. Eles enfrentam altos índices de desemprego, subocupação e informalidade, além de receberem menores salários em comparação com brancos com escolaridade equivalente. (Fundação Itáu, 2025, p. 23).

A partir dos dados nacionais é perceptível como é possível haver mais jovens negros do que brancos trabalhando nas cooperativas, quando associados a baixa escolaridade,

territórios afastados do centro urbano e famílias monoparentais, o trabalho informal acaba se tornando a válvula de escape para a inserção ao mercado de trabalho, etapa fundamental na transição da adolescência para a vida adulta, como explicita a fala da cooperada Esmeralda:

“Então, eu acho que a cooperativa, no meu caso, as pessoas que trabalham aqui, é uma renda que você não tem que ter estudo, né? Que você, às vezes, nem todo mundo sabe coletar, trabalhar, mas você chega aqui, em uma semana você aprende tudo. É uma porta de oportunidade para muita gente que não tem condição de arrumar trabalho em outro lugar.” (Esmeralda, 2025).

A Esmeralda reconhece que a cooperativa representa uma coletividade, onde tem jovens que não possuem a ensino básico completo, ou que não tiveram experiências em outro lugar, sendo assim, a cooperativa se tornou um espaço de troca de saberes e produção de renda lícita, como destaca abaixo:

“Eu acho que a cooperativa seria uma fonte de trabalho muito importante para esses jovens de hoje em dia que tá se envolvendo com tráfico, porque não tem dinheiro, porque não tem condição de comprar uma roupa e que se perde, mesmo não sabendo que não tem retorno nenhum, mas para receber 20 reais no dia ali, se perde por isso. Minha mãe falou uma palavra num dia desses, seu último ponto de... tipo assim, quando você não tem solução, é aqui. Eu trabalho hoje, mas eu estava desempregada, não estava conseguindo arrumar emprego, voltei para a cooperativa. É aqui mesmo, por isso que eu acho que isso aqui é muito importante.” (Esmeralda, 2025).

Apesar de ser reconhecido como trabalho coletivo, de fácil aprendizado e sem hierarquia, o cooperativismo têm seus conflitos, os jovens cooperados sofrem com a coleta reduzida, a falta de equipamentos e maquinários que agilizem e incentivem o processo de separação e prensa, como também com a má estrutura dos galpões, impossibilitando o aumento de números dos cooperados, relatado por cooperada: “[...] eu queria muito ter mais gente aqui dentro, principalmente homem, né? Aqui embaixo, todo mundo pergunta: ‘tem vaga lá?’ Trabalho tem, a gente não tem como pôr, entendeu? Porque para a gente é difícil.” (Esmeralda, 2025)

Analisando as falas da Esmeralda, podemos compreender na prática o conceito trago por Almeida (2019, p. 22) sobre o racismo agir como uma “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento”. No caso dos jovens cooperados, ocorre a discriminação racial indireta, ocorrida inconscientemente pela sociedade ou até mesmo ignorada por eles ao culminarem práticas de desvantagens aos negros, principalmente, no mercado de trabalho, onde a disposição de melhores vagas é direcionada a população branca.

Como dito acima, o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se

reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. e ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander e Angela Davis, o atual sistema carcerário estadunidense. (Almeida, 2019, p. 24).

Além dos jovens cooperados sofrerem com a discriminação racial indireta, a pesquisa apontou que dos cinco cooperados entrevistados, três sofreram algum tipo de discriminação direta, incluindo preconceito individual¹⁵, identificada na fala da Rubi (2026):

“Em relação a discriminação, racismo, você já sofreu racismo trabalhando na cooperativa ou em outro serviço?” “Já sofri em outro serviço”

“Como foi a experiência?” “No Subway”

“Foi cliente?” “Sim, chegou uma mulher bem arrumada, parecia uma advogada, nem sei o que era, aí tinha eu, um rapaz branco cortando os vegetais, dia de domingo, loja bem calma, e uma menina mais morena, e eu lavando a loja. Aí ela falou: ‘Tem só você na loja?’ ‘Sim, a senhora pode falar que eu tiro seu pedido’ ‘É, mas só tem você?’ ‘Não, aqui embaixo só tem eu, tem dois lá em cima cortando os vegetais’ ‘Ah tá, e os dois? Só queria saber se tem alguém mais claro (apontando para o braço) para me atender, você me entende?’ ‘Não, não tô te entendendo, não. Você tá falando o quê? Mais claro de cor de pele?’ ‘É, mais claro pra me atender’ ‘Tem’ aí chamei meu amigo que é gay, ele é do alvoroço e do barraco. ‘Vou chamar, você não quer ser atendida por mim, porque sou preta, entendi agora, vou chamar um branquinho aqui. Desce aí Yxxx, a moça aqui perguntou se tem um atendente de tom mais claro pra atender ela, porque sou preta.’, ele pintou com ela. ‘Sai daqui sua lacraia, aqui você não come’, batendo na mesa assim. ‘É, mas eu conheço seu Juca’, seu Juca na época era o dono e o filho dele. Aí ele falou ‘Pra mim você pode conhecer o papa, aqui você não come [...]’.” (Rubi, 2026).

Como relatado, uma funcionária negra foi discriminada por seus traços fenotípicos, o preconceito racial é simplesmente por uma ideia anterior a qualquer fato, “[...] isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque”. (Nogueira, 2006, p. 292).

O cooperado Citrino também revelou que sofreu preconceito durante seus trajetos na rua enquanto fazia a coleta de material reciclável:

“Você sofria preconceito trabalhando na rua? Era xingado?”

“Muitas vezes, sim, muita das vezes a gente descia do caminhão para pegar a coisa (material), o sujeito logo pensava que ia roubar ou coisa assim, a pessoa na correria querendo ir pra casa, queria trabalhar rápido.” (Citrino, 2026).

¹⁵ “O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avaros ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos.” (Almeida, 2019, p. 22).

Todos os casos de discriminação descritos ocorreram fora da cooperativa, sendo um deles, em um trabalho CLT, como no caso da Rubi. O último caso de discriminação foi do cooperado Ônix, pelo relato abaixo, as brincadeiras refletiam não só racismo, como também discriminação sexual:

“Você já sofreu racismo ou alguma discriminação?”

“Bem, aqui na cooperativa não, mas fora assim, que já trabalhei, já.”

“E como foi pra você?”

“Eu ficava irritado, né, dava vontade de bater nos outros, aí pensava no meu serviço, aí falava “tá igual uma lombriga queimada”, de várias coisas, eu cheguei até sair do serviço porque agredi o cara, o cara tava falando que eu era veado, Pablo Vittar, de várias coisas, eu falava pra ele parar, ele não parava, eu chegava no patrão e ele falava: eles estão brincando, não sei o que, não gostava, não gosto de racismo.” (Ônix, 2026).

Destarte, pode se afirmar que o racismo se permeia no cotidiano da sociedade, a qual se tornou “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares não sendo uma patologia social e nem desarranjo institucional”. (Almeida, 2019, p. 33).

É inegável o impacto do contexto sócio-histórico que marcou o período do comércio de pessoas escravizadas até a abolição da escravidão, especialmente no processo de acumulação primitiva que impulsionou o capitalismo. Esse sistema econômico só se consolidou como modo de produção devido à sua conexão intrínseca com a desigualdade social, sustentada pela exploração violenta e pela expropriação dos povos colonizados, o que favoreceu significativamente o crescimento econômico europeu. (Williams, 2012).

Atualmente, o capitalismo continua a se beneficiar das desigualdades sociais para movimentar a economia, mas não pelo sistema escravocrata, e sim, pela exploração da mão-de-obra barata e o enorme lumpemproletariado¹⁶.

Além da exploração do trabalho, o capitalismo também fomenta uma alienação pautada na desigualdade racial, confirmando estereótipos que a população branca é superior à negra, não somente nos extratos econômicos, como também nas demais formas de inserção social, identificadas nas barreiras estruturais e discriminação dos povos negros. (Almeida, 2014).

¹⁶ “O “lumpen” do ponto de vista das condições de vida e de trabalho, é formada por frações miseráveis, não-organizadas do proletariado, não apenas destituídas de recursos econômicos, mas também desprovidas de consciência política e de classe, imersos em trabalho sem forma, sendo, portanto, suscetíveis de servir aos interesses da burguesia.” (Alves, 2021).

Conclui-se que o racismo é um processo estrutural que opera como um mecanismo de ordenação social que extrapola a esfera das ações individuais, enraizado na formação do Estado, ele direciona indivíduos negros a posições historicamente marginalizadas, aglutinando desvantagens sistêmicas que influenciam em sua posição socioeconômica atual.

3.2 De mães catadoras a jovens cooperados: trabalho reprodutivo, pobreza intergeracional e mobilidade social

3.2.1 O trabalho reprodutivo das jovens catadoras

O trabalho reprodutivo ocorre no espaço doméstico privado, sendo a maioria realizado por mulheres e, por conseguinte, invisibilizado pela sociedade. O que diferencia o trabalho reprodutivo do produtivo na sociedade capitalista?

Segundo Federici (2019), o trabalho reprodutivo engloba as atividades relacionadas às necessidades físicas, intelectuais, afetivas e as demandas emocionais familiares. Sendo assim, o cuidado com o lar e com os familiares é um trabalho não pago, possibilitando que, sobretudo, os homens desempenhem as tarefas relacionadas ao trabalho produtivo, sendo o último, o trabalho remunerado.

A divisão sexual do trabalho não é neutra, ela surge quando o sistema capitalista passa a focar no valor relativo: o lucro vem de tornar o trabalho mais eficiente e produtivo nas mesmas horas de trabalho. Deste modo, o trabalhador precisa estar bem alimentado, descansado e saudável, sendo central o trabalho reprodutivo, como discute Federici (2019, p. 2008):

Em termos marxianos, podemos dizer que o desenvolvimento do trabalho reprodutivo e a consequente emergência de uma dona de casa em tempo integral foram os produtos da transição da extração do valor “absoluto” para a extração do “valor relativo” como modelo de exploração do trabalho. Não é de se estranhar que, embora Marx reconheça que “a manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital”, ele imediatamente adiciona: “o capitalista pode abandonar confiadamente o preenchimento dessa condição ao impulso de autoconservação e procriação dos trabalhadores. Ele apenas se preocupa em limitar ao máximo o consumo individual dos trabalhadores, mantendo-o nos limites do necessário [...]”.

Fraser (p. 264, 2020) afirma que a existência do trabalho remunerado é concebida pela atividade reprodutiva, funcionando como aporte para “acumulação de mais-valor e para o funcionamento do capitalismo como tal”. Sendo assim, a criação dos filhos, o trabalho

doméstico e a atenção afetiva, como demais outras atividades, corroboram para “produzir novas gerações de trabalhadores e repor as existentes.”

Com advento da Segunda Guerra Mundial e o novo regime do capitalismo financeirizado, o número de mulheres no trabalho produtivo se intensificou, não as excluindo do trabalho reprodutivo, sendo assim, tornando-se uma dupla jornada de trabalho, saturando a força de trabalho feminina, como discute Fraser (2020, p. 267-268):

O terceiro regime é o capitalismo financeirizado globalizador do tempo presente. Esse regime desloca a indústria para regiões onde as remunerações são mais baixas, recruta as mulheres para a força de trabalho paga e promove a redução dos investimentos estatais e empresariais em bem-estar social. Expelindo de si o trabalho de cuidado e lançando-o sobre as famílias e as comunidades, ele diminui, simultaneamente, as capacidades de que elas dispõem para desempenhar esse trabalho. O resultado, em meio à desigualdade crescente, é uma organização idealizada da reprodução social, mercadorizada para quem pode pagar para dela usufruir, privatizada para quem não o pode – tudo ilustrado pelo ideal ainda mais moderno da “família de dois ganhadores de dinheiro”.

Ao analisar a vivência dos jovens catadores, observa-se que as três jovens mulheres entrevistadas contribuem tanto para o trabalho reprodutivo quanto para o trabalho produtivo, sendo este, exercido nas cooperativas. A dupla jornada de trabalho acaba sendo exaustiva, como é refletida na fala da Rubi:

“Como você concilia o trabalho com cuidados de casa? Ainda mais com filha?”

“Hoje eu consigo mais ou menos, mas antes era só Deus mesmo, aqui é só nós três, quando a casa tem mais, eu acho que fica pior. Eu tento não me cansar tanto, porque eu trabalho com local limpo e se sujar eu falo, me chamam até de enjoada, entendeu? Eu chego e deixo tudo pronto, fiz a janta e já deixo o almoço pra ele, porque na verdade ela vai para creche e eu vou trabalhar.” (Rubi. 2025).

Devido à jornada de trabalho exercida na cooperativa, a Rubi e a Safira esclarecem que depende também de familiares para os cuidados momentâneos, sendo relevante mais uma vez os cuidados familiares na reprodução social.

Ao questionar Rubi sobre a divisão de tarefas do lar com o suposto marido, ela assume que a divisão ocorre bem. Já a Esmeralda, ao ser questionada sobre os benefícios de exercer atividades nas cooperativas, revela que facilita na sua vida pessoal, incluindo os afazeres domésticos:

“Eu acho que todo mundo mora perto, um máximo de 30 minutinhos, você consegue em casa, você consegue botar um filho para a escola, igual eu, meus filhos agora vão estudar de tarde, aí tem dia que eu trabalho aqui de tarde, mas eu posso, que a gente para 11 horas para almoçar, aí eu posso muito bem ir em casa 11 horas, eles vão entrar na escola meio dia e meia para almoçar, tomar um banhozinho, arrumadinho, para poder ir para a escola, porque eles vão estudar perto, vão sozinhos, é só subir a rua de casa.” (Esmeralda, 2025).

Entretanto, nos dias em que Esmeralda trabalha, seus três filhos permanecem sozinhos em casa, sob a supervisão do irmão mais velho, de apenas nove anos, pois não recebe apoio paterno e nem outra ajuda familiar, como revela na entrevista:

“E pela manhã, eles ficam sozinhos ou ficam aqui?”

“Aí, nesse fato, eles vão ficar sozinhos de manhã.”

“Mas é só um dia?”

“Só um dia, no caso, o dia que a gente trabalha, se a gente pegar a semana toda, enquanto a gente vai trabalhar a semana toda, eles vão ficar sozinhos a semana toda. E, eu não vou nem falar para vocês que para mim de manhã é mais tranquilo, porque meus filhos acordam às 7 horas da manhã, eles acordam antes de mim.”

“Mas os mais velhos ficam cuidando?”

“Ficam cuidando de todo mundo, o pai é um imprestável que não trabalha, mas também não fica, entendeu, não tem quem deixar, tem que trabalhar, se você não trabalhar, você não banca eles, você não se sustenta, e é desse jeito, entendeu, é complicado.” (Esmeralda, 2025)

Através da fala da Esmeralda fica perceptível que as principais atribuições e responsabilidades com os filhos recaem sobre a mãe, sendo assim, a maternidade e a paternidade é marcada por desigualdades. Além disso, a monoparentalidade juvenil vivenciada, sobretudo, por mulheres negras, periféricas e pobres, impulsiona outros percalços na vida, como, por exemplo, a escolaridade.

Estudos sobre situação educacional juvenil comumente apontam a evasão escolar, feminina e masculina, correlacionada à condição de pai/mãe na adolescência, justificada pela necessidade de cuidado e do sustento do filho, particularmente quando acontece formação de novo grupo familiar. Entretanto, a associação entre a gravidez na adolescência e consequência na trajetória escolar adquire novos contornos quando se verifica, pela análise dos resultados do presente estudo, que são comuns situações de interrupção do projeto de escolarização anteriores à situação de gravidez, sobretudo nas camadas populares, em que as próprias condições materiais de existência de terminam restrições e impõem outras prioridades aos sujeitos. O nascimento da criança, muitas vezes, configura-se em mais um motivo de interrupção dos estudos dentro de um itinerário escolar já entrecortado. Os jovens pais e mães destacam-se nessa condição, sendo a diferença estatisticamente significativa para ambos os sexos. (Dias, Aquino, 2006, p. 1450).

Em relação à Citrino e Ônix, os dois afirmam que conseguem intercalar o trabalho da cooperativa com as tarefas domésticas, sendo elas, produtivas e reprodutivas, mas não apontam como são feitas as divisões, como explicita a fala do Ônix:

“Como você concilia o trabalho com as coisas de casa? Trabalho de casa com a família? Por exemplo, aqui e cuidar da casa? Cuidar da família?”

“É tranquilo, é de boa, não é muito pesado não, igual hoje, eu tô aqui e a mulher tá em casa, ela faz as coisas, aí eu chego em casa, aí às vezes nós leva nossa filha pra creche, mas tudo certinho, dividindo, entendeu?” (Ônix, 2026).

Outra disparidade observada nas entrevistas foi o fato de os dois cooperados homens possuírem fontes de renda alternativas à cooperativa. Em contrapartida, as três mães não dispõem dessa possibilidade, visto que são sobrecarregadas pelo trabalho reprodutivo e pelo cuidado com os filhos, sendo duas crianças menores de 3 anos.

Já as três jovens mulheres afirmam que completam a renda per capita com os benefícios sociais, sendo eles: o Bolsa Família¹⁷ e o Cartão Goitacá¹⁸, sendo todas elas beneficiárias.

Destaca-se que os benefícios citados são essenciais para as jovens cooperadas, como, por exemplo, a saúde: “O Bolsa Família, eu não gosto de colocar tudo em casa, tem exame, eu não tenho muita paciência de esperar pelo SUS, quando é algo para minha filha, eu tiro, pago particular.” (Rubi, 2026).

Esmeralda destaca que o Bolsa Família foi essencial para a conquista da casa própria. O benefício garantiu o poder de compra a uma jovem cooperada com três filhos que, diante da ausência de apoio paterno, precisou chefiar sua família sozinha:

[...]surgiu a oportunidade de pegar o empréstimo do Bolsa Família, eu falei: “mãe, é agora, você pega pra mim o seu Bolsa Família e eu pego o meu” minha mãe, é agora, tem isso não, minha mãe pegou o empréstimo lá e eu peguei o empréstimo aqui, juntou, deu 5 mil reais, dei de entrada na casa, aí paguei, dei 4 mil de entrada na casa, fora que eu tive que fazer mudanças, foi 10 mil minha casa, dei 4 mil de entrada, e pagava a parcial do empréstimo, e da minha mãe, e da casa, tipo assim, eles descontaram do meu Bolsa Família, eles descontavam 100% do meu Bolsa Família, aí eu pagava pro mamãe 160, que descontava do Bolsa Família dela, pra ela não sentir a diferença, por causa do empréstimo, ainda pagava a casa, que era 400 reais por mês, paguei sozinha, mesmo casada, aí eu olhei pra cara dele, um traste desse, tá repreendido, Senhor. Vai, some da minha reta. (Esmeralda, 2025).

De acordo com as duas últimas declarações das entrevistadas, o Programa Bolsa Família trouxe autonomia e interdependência às famílias monoparentais, incluindo o poder de compra, o que viabiliza as necessidades básicas do ser humano: saúde, habitação, alimentação, etc. Destaca-se, que sem o trabalho nas cooperativas, o sonho da casa própria somente com benefício do Bolsa Família não seria possível, já que existem outras necessidades básicas a serem supridas enquanto havia o desconto 100% do Bolsa Família.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em fevereiro de 2026 haviam mais de 54,4 milhões de mulheres cadastradas no

¹⁷ O Programa Bolsa Família (PBF) é um instrumento relevante para promover a elevação da renda das famílias em situação de vulnerabilidade. Os resultados observados indicam avanços consistentes: em janeiro de 2026, 81% das famílias beneficiárias do PBF apresentavam renda per capita acima da linha de pobreza, evidenciando o efeito direto da transferência de renda na melhoria das condições econômicas das famílias atendidas. (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2026).

¹⁸ O Cartão Goitacá é um programa de transferência de renda lançado em 2022 com objetivo de combater à fome e à extrema pobreza, além de promover a autonomia das famílias beneficiárias do município de Campos dos Goytacazes.

CadÚnico, sendo 60% delas indicadas como Responsável Familiar (RF), correspondendo a cerca de 32,5 milhões de mulheres nessa condição, o MDS reforça a importância de priorizar o público feminino em prol da inclusão socioeconômica.

Em 2024, o município de Campos dos Goytacazes registrava uma média de 61.375 famílias beneficiárias. No que se refere aos números absolutos, o Cadastro Único contabilizava 230.710 pessoas, das quais 156.494 estavam efetivamente cobertas pelo programa. Em uma análise por território, o bairro da Codin apresentava 9.184 famílias cadastradas, totalizando 21.418 pessoas no mesmo ano. (Martins; Lima, 2025, p. 79-80).

É importante compreender os objetivos dos programas socioassistenciais, segundo Yazbek (2009, p. 31), a assistência, contando com seus serviços sociais em geral, manifesta um campo de luta por direitos sociais, sendo assim, “expressão de relações sociais que reproduzem os interesses em confronto com a sociedade. Reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório que acumula pobreza e riqueza.”

O que Yazbek (2009) retrata é que se cria uma ilusão de inclusão, mas que seu fundo reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada o que era pra ser direito social, entregue como benesse ou até de forma clientelista. Sendo assim, a assistência social exerce um papel contraditório em uma tensão entre o controle social e a garantia de direitos na sociedade capitalista.

3.2.2 Pobreza intergeracional e mobilidade social

Antes de compreender a pobreza intergeracional, é importante conceituar o que é pobreza. Yazbek (2009) entende que a pobreza é fruto das relações vigentes na sociedade, ser pobre está além da renda per capita do indivíduo ou somente a carência de bens materiais, sendo também uma categoria política.

A concepção de pobreza configura-se em geral como uma noção ambígua e estigmatizadora, cujos contornos pouco nítidos muitas vezes ocultam seus aspectos resultantes da organização social e econômica da sociedade. De qualquer modo, a noção põe em evidência aqueles que, de forma permanente ou transitória, estão privados no mínimo de bens ou mercadorias necessárias à sua conservação e reprodução social. O que se observa, apesar da diversidade de parâmetros utilizados para determinação empírica da “pobreza”, é que a exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida configura-se como um dos seus principais elementos definidores. (Yazbek, 2009, p. 32).

Nesse sentido, conforme a sistematização de Crespo e Gurovitz (2002), o conceito de pobreza abrange diferentes perspectivas: o subjetivo, baseado em percepções e juízos de

valor; o relativo, que a vincula à desigualdade social e à distribuição geral de riqueza; e o absoluto, fundamentado em critérios objetivos relacionados à satisfação de necessidades básicas e níveis mínimos de subsistência, evidenciando que tais perspectivas, embora distintas, são complementares na análise do fenômeno.

A cooperativa Esmeralda pondera em sua fala que somente a alimentação não é capaz de suprir as necessidades básicas de um “pobre”, e que costuma ouvir a mesma fala dos governantes: “[...] o pessoal não entende que a gente vive, que o pessoal fala “vou te dar uma cesta básica”, o pobre não vive só de comida, a gente paga internet, a gente paga água, a gente paga luz, a gente faz compra, o desodorante, perfume, hidratante, faz cabelo, tudo isso.”

O livro *A Economia dos Pobres* (2019)¹⁹ traz uma crítica aos países que tratam a pobreza somente pelo viés da alimentação, fazendo uma comparação dos programas no oriente médio:

Não é nenhuma surpresa, portanto, que grande parte dos esforços dos governos para ajudar os pobres se baseie na ideia de que eles precisam desesperadamente de comida, e é a quantidade que importa. Os subsídios aos alimentos são onipresentes no Oriente Médio: o Egito gastou 3,8 bilhões de dólares em subsídios alimentares em 2008-9 (2% do PIB).² A Indonésia tem o Programa Rakshin, que distribui arroz subsidiado. Muitos estados da Índia têm um programa semelhante. Em Orissa, por exemplo, os pobres têm direito a 25 quilos de arroz por mês a duas rupias o quilo, menos de 20% do preço de mercado. Atualmente, o parlamento indiano está debatendo a instituição de uma Lei do Direito à Alimentação, que permitiria que as pessoas processassem o governo se estivessem morrendo de fome. (Banerjee, Duflo, 2019, p. 45).

Banerjee e Duflo (2019, p. 46) acrescentam sobre a “armadilha da pobreza”, encontrada nas discussões com o seguinte discurso: “os pobres não têm recursos para comer o suficiente; isso os torna menos produtivos e os mantém pobres.” Os autores questionam esse posicionamento em relação a pobreza, e assumem que não é somente as necessidades metabólicas básicas do corpo, mesmo sendo a mais importante, deverá ser suprida na situação de vulnerabilidade, já que mesmo trabalhando, eles ainda recebem pouco para sua subsistência, enquanto os ricos continuam explorando a mão-de-obra barata e expropriando suas terras. (Banerjee; Duflo, 2019).

Sendo assim, entende-se que a pobreza é um processo histórico, social e político, cabe questionar: “entre os jovens cooperados percebe-se algum ciclo intergeracional da pobreza?” Do mesmo modo que a pobreza não é discutida somente de único ponto, o ciclo

¹⁹ *A Economia dos Pobres*: uma nova visão sobre as desigualdades, publicado em 2019 dos autores Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo, ganhadores do prêmio Nobel da Economia, refletem o retrato da realidade das populações que vivem com menos de um dólar por dia e mudar as ideias pré-concebidas em relação à pobreza em uma crítica fundamentada com pesquisas e exemplos concretos.

intergeracional da pobreza também engloba diversos aspectos ligados ao macrosocial e ao microssocial que podem ser passados de uma geração à outra.

Neri (2011) destaca que os impactos econômicos e a falta de ativos impactam a trajetória das famílias ao longo das décadas. Bourdieu e Passeron (1980) acreditam que os filhos das famílias pobres possam herdar um conjunto de expectativas e comportamentos que desfavorecem no sistema educacional e no mercado de trabalho.

Mota (2018) à luz de Bird (2007) compreende que a pobreza é um fenômeno complexo ocorrido pela falta de transmissão de recursos sociais ou materiais e/ou pela vulnerabilidade infantil, que tende a se estender à vida adulta. No entanto, esse ciclo não é inevitável, pois transformações nas condições sociais podem alterar a trajetória do indivíduo, como, por exemplo: a presença adequada de políticas públicas, essencialmente, aquelas que agregam o capital humano e social.

Através da análise do ciclo intergeracional da pobreza e na comparação das falas dos jovens cooperados, percebe-se a reprodução dessa precariedade nas estruturas familiares. O vínculo com o antigo lixão da Codin, onde trabalharam seus ascendentes, reforça a manutenção desse ciclo, como se observa a seguir:

“Em relação a sua família, foi só sua mãe que trabalhou no lixão ou teve mais alguém?”

“Minha mãe, meu pai, meus irmãos, meu primo, tenho primos, primas e tia.”

“Alguns desses familiares continuam na cooperativa ou só você?”

“Hoje é só eu.” (Rubi, 2026).

E quando se trata de mobilidade social²⁰, a Rubi revela que houve uma melhoria de modo subjetivo, através da sua relação em investir o dinheiro que recebe ao longo dos anos:

“Como você compara hoje com a sua vida na infância com seus pais trabalhando no lixão da Codin? Você acha que melhorou, como foi?”

“Com certeza, na verdade, às vezes, não é o local, mas a mente. Quando eu trabalha de carteira assinada, eu não tinha a mente que tenho hoje de ter o conforto da minha casa, era sair e se divertir, o dinheiro ia tudo aquilo e no pouco, porque teve mês que trabalhou para receber 300 reais na cooperativa, o mês inteirinho, ali no pouco que comecei a comprar aquilo ou isso, se eu quiser trocar uma janela, eu troco, eu paguei o consórcio eu paguei com o dinheiro de lá, consegui fazer o curso. Já estou em outro consórcio, pago com dinheiro de lá, que não bate com o dinheiro do Bolsa Família.” (Rubi, 2026).

²⁰ “A mobilidade intrageracional ou de carreira é a mobilidade entre a primeira ocupação e a ocupação atual. O estudo deste tipo de mobilidade é importante porque permite descrever as trajetórias que vão da origem (ocupação do pai), passando pela primeira ocupação do filho, e chegando ao destino (ocupação atual do filho). Neste sentido, pode haver tanto trajetórias de ascensão e de descida na escala de *status*, quanto trajetórias de ascensão depois descida e finalmente ascensão, ou vice-versa.” (Ribeiro, 2000, p.181).

Além da Rubi, o Citrino também revelou que passou situações de fome enquanto criança e que foi compelido a abandonar os estudos e imergir no trabalho informal, mas que ao comparar a sua vida hoje com o passado, consegue ver mudanças positivas, como a possibilitar de ter refeições dignas diariamente:

“Como foi sua experiência escolar, porque você foi até a terceira série?”

“Dificuldade da vida, minha mãe tinha problemas com negócio de droga, aí não tinha muito o que comer, aí a gente teve que trabalhar pra nós ter o que comer.”

“Aí você começou a trabalhar com quantos anos?”

“Desde os 9 anos de idade.” (Citrino, 2026).

“Você vê a diferença da vida da sua mãe hoje com a sua vida?”

“Sim.”

“Conta pra gente?”

“Com minha mãe antigamente eu não tenho tudo que eu tenho hoje.”

“O que você conseguiu conquistar?”

“Muita coisa, ah, antigamente eu não tinha dinheiro pra comprar um celular, hoje em dia eu tenho dinheiro pra comprar, compro hoje em dia roupa, essas coisas direto, até a alimentação, às vezes a gente ficava 2 ou 3 dias sem comer nada ou “pegava” aquele pão na padaria dormido.”

“Dois ou três dias sem comer quando você era criança e adolescente?”

“É, depois que eu virei pai de família, as coisas mudaram.”

“Você já trabalhava na cooperativa?”

“Já.” (Citrino, 2026).

O Citrino assumiu que começou a trabalhar com catação nas ruas da cidade à partir dos 9 anos de idade até os 15 anos, quando começou a trabalhar na cooperativa ainda no mesmo ramo de atividade: a catação de materiais recicláveis.

Safira, a jovem mais nova entre os entrevistados e com menos tempo de cooperativismo, assume que a sua mãe já trabalhou na cooperativa, mas que no momento se encontra desempregada.

Já a Esmeralda reflete sobre a trajetória de sua mãe, também catadora, que sustentou a família não apenas com a renda da cooperativa, mas também com itens reaproveitados do lixo, os quais foram fundamentais para construir e mobiliar a primeira casa própria. Nota-se, ainda, uma linhagem de liderança feminina na instituição: a presidência da cooperativa, antes ocupada por sua tia e posteriormente por sua mãe, é exercida atualmente pela própria Esmeralda, aponta abaixo:

“Entrei na cooperativa em 2020, entrei, porque como eu falei com você, eu vim do Rio para cá e minha tia era presidente aqui na época e tocava 20 pessoas, eu falei: “estou desempregada, solteira e a até eu não tinha recebido o auxílio, minha tia me botou aqui, eu entrei para poder criar meus filhos mesmo e estou aqui até hoje desde 2020. No caso, em 2022 virei presidente.” (Esmeralda, 2025).

Além disso, a entrevistada pontua que exercia o cuidado dos irmãos enquanto a mãe buscava o sustento no lixão, mesmo sendo ainda uma criança. Ao confrontar esse passado com a criação de seus filhos atuais, ela analisa as marcas do trabalho reprodutivo infantil em sua trajetória:

Minha mãe trabalhava no lixão também, eu tinha 10 anos, era pior, porque no caso do Rxxx (filho), ele tem 9, mas o meu mais novo tem 6 anos. Na minha época, eu cuidava de 2 anos, meu irmão tinha 2 anos, eu tinha 10 anos, aí meu outro irmão acho que tinha 4 anos e o outro meu irmão tinha 2 e eu tinha que cuidar da casa, eu tinha que mandar para a escola.” (Esmeralda, 2026).

As trajetórias desses jovens refletem um fenômeno amplo: as políticas neoliberais alteraram o mercado de trabalho nacional, elevando o desemprego e a informalidade entre 2014 e 2019. Além disso, a Reforma Trabalhista (2017) agravou esse quadro ao fragilizar os direitos dos trabalhadores, aprofundando a insegurança laboral e a baixa remuneração em postos com pouca ou nenhuma proteção social. (Januzzi, 2022).

A pandemia da Covid-19 acentuou o que ocorria, superando em números a saída de milhões de brasileiros dos postos de trabalho, aumentando o número de desocupação e corroborando para menor mobilidade social.

As autoras Ribeiro e Benevides (2025) compreende que as consequências da imobilidade social atravessam os sujeitos e afeta o coletivo, dificultando o crescimento e o desenvolvimento do país, o que é perceptível no Brasil, um país considerado subdesenvolvido mesmo com maiores riquezas naturais do mundo.

3.3 O território reflete a sua vivência? Diálogos sobre a Codin

Não existe um conceito definido para o território enquanto um espaço vivo, ultrapassando a visão geográfica, sendo uma construção social, histórica, política e cultural. (Koga, 2011).

À luz de Santos (2000) a autora Koga (2011, p. 35) afirma que o território “se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam”. A autora compreende o território como espaço vivido, onde expressam as desigualdades sociais, as condições de vida da população e o acesso (ou não acesso) às políticas públicas.

Os geógrafos Haesbaert e Limonad (1999) compreendem que o território é uma construção histórica e social a partir das relações de poder, seja de maneira simbólica (identidade, pertencimento e cultura) ou seja de maneira material (infraestrutura, localização e recursos).

Em primeiro lugar, a concepção de território que Haesbaert traz é de uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações. (Fuini, 2017, p. 20).

A partir dessas concepções que abordam a categoria território, analisaremos o território da Codin através das observações dos jovens cooperados considerando o seu contexto “sócio-histórico” e “espaço-temporal”. (Sposati, 2013). Dentre as falas, foram destacados dois eixos analíticos: mobilidade urbana e violência.

3.3.1 Mobilidade Urbana e Violência no território da Codin

A mobilidade urbana é compreendida como a capacidade de deslocamento das pessoas no espaço urbano, condicionada pelas formas de organização da cidade, pelas desigualdades socioespaciais e pelo acesso a infraestrutura e serviços públicos.

Segundo Almeida (2021) o bairro Terra Prometida, citado por três jovens cooperados, foi construído próximo ao lixão da Codin e com distanciamento relativo ao restante da população. A análise realizada por Almeida (2021, p. 49) das imagens geográficas da Terra Prometida em 1990 reflete que o espaço parecia um “confinamento”, o qual resultaria na mesma época, uma “forte imobilidade para aquela comunidade”.

Além do distanciamento do centro urbano, foi observado moradias e infraestrutura urbanas precárias no mesmo local, associadas a uma extrema pobreza das famílias moradoras do território. (Almeida, 2021). Atualmente, uma pesquisa elaborada por Martins e Lima (2025, p. 87), retrata o perfil habitacional dos principais territórios de famílias beneficiárias do Bolsa Família, e em relação a Codin, o território ainda evidencia “um grau elevado de precariedade e vulnerabilidade”, como, por exemplo, a presença de “pisos precários” nas moradias, sendo muitos deles, terra batida.

A partir do histórico apresentando, a análise sobre o território da Codin será realizada a partir das falas dos jovens cooperados, pontuando as principais dificuldades de mobilidade urbana observadas pelos moradores.

Com base nas entrevistas realizadas com cinco jovens, observaram-se relatos semelhantes sobre o bairro. No que se refere ao transporte, o tempo médio de espera é de 40 minutos, o que não chega a inviabilizar o deslocamento ao Centro da cidade nos períodos da manhã ou da tarde.

Quanto ao deslocamento para o trabalho, a localização atual não representa um obstáculo, visto que todos residem e trabalham na Codin. No entanto, houve momentos críticos no passado, como o vivenciado por Ônix em seu emprego anterior, no qual ele dependia de meios de transporte próprios para se locomover.

“Transporte, como você fazia? Você ia de bicicleta, ia de ônibus?”

Eu moro logo ali, mas quando era serviço longe, ou era de bicicleta ou dava um jeito de ir a pé mesmo.

“Mas aqui é um bairro difícil de ter transporte público? Ônibus?”

“É que a gente não tinha dinheiro para ir, aí preferia a pé, às vezes correndo, quando era muito, muito longe, eu apanhava a bicicleta emprestada.” (Ônix, 2026).

A Esmeralda também relata que ao trabalhar no turno da noite, dependia de carros particulares, como, por exemplo, o Uber:

“E pra chegar lá você ia de que?”

“Eu tinha, ela me pagava a passagem, aí todo dia, de segunda a sexta, eu ia de ônibus. Aí segunda e sexta que eu saía cinco, eu vinha de ônibus, terça, quarta e quinta que eu saía às dez (22 horas), ela pagava Uber e depois ia embora, pagava tudo, isso porque é impossível pegar ônibus.” (Esmeralda, 2025).

Observa-se que os jovens, ao trabalharem na cooperativa da Codin, não ficam suscetíveis à espera do transporte público ou sofra com longo deslocamento, sendo um aspecto positivo na mobilidade urbana, podendo ir à casa no horário do almoço ou qualquer outra medida necessária em menos de 30 minutos.

A respeito da educação, houveram algumas críticas com o acesso às escolas, entre elas, a ausência do EJA²¹. A Rubi e a Esmeralda mencionaram o fechamento de um CIEP do bairro da Terra Prometida que contemplava o Ensino Fundamental, afirmando que a estrutura

²¹ Destaca-se, que a Polícia Federal, através da operação Unha e Carne, prendeu o Deputado Thiago Rangel e outras seis pessoas envolvidas em uma organização criminosas investigada por fraudes em procedimentos de compra e contratação de serviços, incluindo obras de reformas, na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. (O Globo, 2026). Tais fraudes e desvios apontados corroboram para falta de verbas e ao acesso de qualidade a política de educação da rede estadual, como exemplificada pela fala da cooperada durante as discussões.

estava precária e com falta de segurança, o que pode ter corroborado para o fechamento, já que havia alunos estudando até o ano de 2025.

“E também em relação à escola, por mais que tenha o CIEP da Terra Prometida que tá fechando agora, meus filhos estudam lá, o CIEP gigante. O CIEP está fechando, porque não tem segurança, não tem refeitório, não tem nada. Aí o CIEP que tá fechando, uma escola que poderia também ser um ponto de escola de manhã e de tarde, integral para as mães que trabalham, ainda mais o CIEP da Terra Prometida, onde a maioria é situação de vulnerabilidade, mãe solo, que precisa trabalhar o dia todo, que não tem quem deixar as crianças, igual eu. Eu trabalho na cooperativa o dia todo, aí hoje meus filhos estudam.” (Esmeralda, 2025).

Esmeralda reconhece a importância da escola em sua dimensão coletiva, compreendendo que a instituição transcende o processo de ensino-aprendizagem. Para ela, a escola configura-se como um espaço fundamental de cuidado, segurança e alimentação para os alunos do bairro, o que permite que mães monoparentais tenham condições de exercer atividades remuneradas.

Outro aspecto mencionado é o desejo de voltar a estudar pela modalidade EJA, mas o bairro em si não oferta essa modalidade de ensino, e o bairro mais próximo com essa modalidade é longe e marcado pela facção rival, expressa a Esmeralda:

“Quais impactos, assim, de morar na Codin ao acesso ao trabalho e estudo?”

“Eu acho que em relação ao estudo é que por mais que tenha muitas escolas no bairro, nenhuma escola oferece EJA, esse é o primeiro ponto. Eu estava procurando pra voltar, mas estudando mesmo, indo pra escola todo dia, só que o bairro não oferece. Nenhuma, assim, oferece um EJA, mas no Santa Rosa, que é outra facção que não é nossa. Não que a gente seja de facção, só que a gente mora num bairro que não pode ir pra outro bairro.” (Esmeralda, 2025).

Ao observar a fala da Esmeralda, podemos ver o cruzamento do acesso à educação com a falta de segurança entre transitar pelos bairros da Codin, o que gera a imobilidade urbana e a segregação socioespacial dos moradores dos bairros vizinhos, sendo mais citados o Pq. Eldorado, Pq. Ceasa, Vila Industrial e Santa Rosa. (Diário de Pesquisa, 2026).

Yazbek (2009, p. 132) compreende que a violência atinge o trabalhador pobre de forma subjetiva, gerando uma cortina de medo e tensão sendo associados à pobreza e a criminalidade, reitera que a violência do pobre trabalhador assume mil faces, a partir das menções dos autores Sawaia (1990) e Telles (1990):

É importante ressaltar ainda que a violência que os atinge cotidianamente não se reduz às dificuldades para sobreviver: violência de “mil faces”: do governo, do patrão, da polícia, dos bandidos, dos vizinhos... (Sawaia, 1990).

A violência da experiência da pobreza vai além da precariedade das condições materiais em quem vivem. É também experiência da identificação com a condição de “párias sociais” (Telles, 1990), responsáveis por sua própria miséria. É a vivência de ser uma sobra. (Yazbek, 2009, p. 132-133).

Como explicita Yazbek (2009), não somente os jovens cooperados, mas os moradores do território são responsabilizados cotidianamente por sua própria miséria, o não acesso às políticas públicas de forma igualitária, a falta de segurança pública e o medo de transitar entre os bairros e o trabalho precário refletem a “vivência de ser uma sobra”.

Os demais jovens cooperados sinalizaram que o bairro está mais tranquilo em respeito a violência e o tráfico, mas que já vivenciaram contextos em que era impossibilitado ficar esperando o ônibus com o receio de ser assaltado, revelou a Rubi (2026).

A Esmeralda aponta que a esposa de sua mãe já foi confundida e quase atingida por um tiro, devido a violência não avisada entre os traficantes de facções rivais, relata ter um medo genuíno de continuar a cuidar dos filhos no mesmo bairro em que reside, como explicita abaixo:

“O nosso medo aqui, é literalmente os meninos, meu filho fez 11 anos, aí eu tava falando com as meninas, melhor eu deixar ele fazer 15, eu não vou aguentar ficar morando com o meu filho aqui. Eu tenho três meninos, daqui a pouco ele vai começar namorando, como é que eu não permito dele namorar? Como é que eu falo assim, ah, você não vai? Aí eu vou ter que ficar igual uma maluca, levando e trazendo com medo, porque realmente eles não querem saber, é homem, tá na reta. Muito complicado, minha vontade é sumir daqui. Minha mãe tá falando voltar pra Araruama, já tô juntando dinheiro pra fazer minha mudança, que ela vai levar tudo pra lá.” (Esmeralda, 2026).

Além do cenário de violência a partir do tráfico, se perpetua a violência simbólica²² (Bourdieu, 1989), a naturalização das desigualdades sociais por parte do governo, refletidas no não acesso às políticas públicas, como observadas pelas mães jovens (Rubi, Safira e Esmeralda), ao relatarem que existe um posto de saúde equipado, mas que está fechado sem determinações condizentes.

“Como é o acesso aqui ao hospital? Postinho ou UBS?”

“Tem, mas está fechado, já tem dois anos e pouco.”

“E a emergência?”

“Atravessar, ou é UPA do lado de cá ou Sandu e Ferreira, porquê Ferreira virou emergência infantil, né, porque fechou nos Plantadores.”

“Tem algo importante que eu não perguntei em relação à cooperativa, a cooperativa, alguma coisa no bairro que poderia melhorar?”

“Essa questão da UBS fechada, disseram que é questão de política que ela está fechada, reformaram tudo, tinha cadeira de dentista, ali tinha novo, mas questão de política, porque um ia assumir e outro queria assumir e até assim até hoje.” (Rubi, 2025).

²² Bourdieu (1989) compreende que a violência simbólica consiste em uma forma de dominação exercida de maneira sutil e invisível, por meio da imposição de significados, valores e normas que são naturalizados socialmente, contribuindo para a reprodução das desigualdades

E não é diferente para a Safira que tem que se deslocar para o centro urbano em situações como essas com sua filha de apenas dois anos, dependendo de transporte público para o acesso dos postos de saúde e/ou hospitais vizinhos:

“Em relação ao serviço público, por exemplo, ir ao posto?”

“Ali não tem, a UBS é fechada.”

“Como vocês fazem?”

“Tem que descer pro Pq. Eldorado, sobre isso é péssimo de questão de saúde ali, não tem, fechado.”

“Aí é tranquilo essa troca de bairro?”

“Sim, no caso do transporte público não é muito ruim não, até que é tranquilo pra ir descer ali e voltar, mas tipo, mês passado era pra dar a vacina a minha filha, eu fui ali e não tinha, tive que ir lá na Secretaria de Saúde dar vacina na criança, porque ali nem sempre tem as vacinas que as crianças precisam tomar, a gente tem que deslocar daqui pra lá pra Secretaria de Saúde.”

“Entendi, mas a questão de emergência e urgência, assim?”

“Só no Ferreira Machado, Cidade da Criança lá, só assim.” (Rubi, 2026).

Em casos de exames médicos, a Rubi destaca que usa o dinheiro do Bolsa Família para pagar, já que a espera da fila do SUS tende a ser longa, o que é perceptível não somente na Codin, mas como por toda cidade de Campos dos Goytacazes. Assim, podemos perceber de modo microssocial as consequências de um ideário neoliberal que cada vez acentua as privatizações e precariza os serviços públicos, sobretudo, a saúde, coagindo a população a utilizar outros meios de acesso aos atendimentos, como reflete Koga (2011, p. 47).

A precariedade dos serviços básicos de saúde e educação (tidos como de atendimento universal) tem acabado por fortalecer o setor privado, obrigando grande parte da população a pagar para ter garantido o atendimento quando deles necessitar ou amargar nas filas dos hospitais e centros de saúde o equipamento de educação pública. Não seria essa também uma forma de violência ao direito básico do cidadão?

Em suma, a resistência do jovem pobre nas periferias urbanas pode ser compreendida como uma prática de resistência às múltiplas formas de desigualdade que atravessam o território. Nesse contexto, como apontam Yazbek (2009) e Koga (2011), o território deve ser entendido como espaço de contradições, onde, ao mesmo tempo em que se reproduzem desigualdades, também se constroem redes de solidariedade, pertencimento e resistência. Assim, a luta desses jovens não se restringe à sobrevivência material, mas envolve também a afirmação de sua dignidade frente às formas cotidianas de estigmatização e exclusão social²³.

²³ Koga (2011, p. 79) compreende que a exclusão social, através do seu caráter mais abrangente e multidimensional, inclui a dimensão territorial, pois “à medida que vão se sendo considerados os territórios locais, as desigualdades internas se tornam mais visíveis e gritantes.”

3.4 Educação *versus* trabalho: dois pesos e uma balança.

O cenário neoliberal acentuou a ideia que os estudos são a porta principal para a ascensão social, especialmente para os jovens pobres. Bourdieu e Champagne (2008) ajudam a problematizar essa visão ao mostrar que a escola, embora apresentada como um espaço meritocrático, tende a reproduzir desigualdades ao valorizar capitais culturais mais acessíveis às classes médias e altas. Já no marco das transformações recentes do capitalismo, discutidas por Harvey (2008), o neoliberalismo desloca a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso para o indivíduo, reforçando a ideia de que estudar é uma obrigação pessoal para “vencer”, mesmo em condições profundamente desiguais.

Ao analisar os casos dos jovens brasileiros pobres, a educação é vista ao mesmo tempo como uma faca de dois gumes, ora reflete a possibilidade real de ampliação de oportunidade ora reflete um mecanismo de pressão social, pois desconsidera os limites estruturais como a precarização do trabalho, a desigualdade territorial e o acesso desigual à própria escola. Assim, a importância dos estudos no ideário neoliberal se constrói de forma contraditória: se por um lado aparece como promessa de mobilidade social, por outro, pode reforçar a responsabilização individual e invisibilizar as desigualdades que marcam a trajetória desses jovens.

Temos de levar em conta também que essa condição juvenil vem se construindo em um contexto de profundas transformações sócio-culturais ocorridas no mundo ocidental nas últimas décadas, fruto da ressignificação do tempo e espaço e da reflexividade, dentre outras dimensões, o que vem gerando uma nova arquitetura do social (Giddens, 1991). Ao mesmo tempo, é necessário situar as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho que, no Brasil, vem alterando as formas de inserção dos jovens no mercado, com uma expansão das taxas de desemprego aberto, com o desassalariamento e a geração de postos de trabalho precários, que atingem, principalmente, os jovens das camadas populares, delimitando o universo de suas experiências e seu campo de possibilidades. (Dayrell, 2007, p. 1108).

Sendo assim, não se pode isentar a questão de classe da análise sobre a educação básica no Brasil, dadas as profundas desigualdades de oportunidade. Segundo a Pnad Contínua/IBGE (2023), as principais razões para a evasão de jovens entre 14 e 29 anos são: a necessidade de trabalhar (com alta de 40,1% para 41,7% entre 2019 e 2023) e a falta de interesse em estudar (que recuou de 28,4% para 23,5% no período analisado), além de outros motivos diversos.

Como observado nos dados supracitados, a condição socioeconômica dos jovens adolescentes pode ser definida como barreiras ou saltos na trajetória escolar, não é algo pré-definido, mas é influenciado pelo contexto em que está inserido. Destaca-se, que “o fracasso escolar depende em grande medida da condição econômica social em que o aluno está inserido e não somente da capacidade ou vontade individual ou de sua família. (Branco; Adriano; Iwasse, 2020, p. 137).

O prejuízo da evasão escolar não ocorre somente de forma individual as classes subalternas²⁴, mas também afeta a economia do país. De acordo com um estudo realizado pela Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas (Gesta22), a evasão e o abandono escolar geram custos estimados acima de R\$ 130 bilhões por ano, sendo a violência, criminalidade e a área da saúde as mais afetadas pela perda de renda. (Branco, Adriano, Iwasse 2020, p. 148).

A inserção precoce dos adolescentes no trabalho, geralmente é associado a uma situação familiar crítica ou “aperto econômico”, que pode ser acentuada por outros agravantes, como “desemprego de um dos responsáveis familiares, casos de doença, morte ou até separação”, privando ou dificultando os adultos de se manterem no trabalho. (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020, p. 529).

Por mais que cada caso de evasão seja individual, eles não estão isolados e dissociados ao modelo socioeconômico desigual do país, o que reflete em várias camadas sociais. Dentre elas, os jovens cooperados que relatam as dificuldades e desafios enfrentados sem a continuidade dos estudos.

Todos os cinco jovens entrevistados relataram ter interrompido os estudos em algum momento da sua adolescência, desses cinco, somente a Rubi conseguiu voltar a estudar pela modalidade EJA e concluir o Ensino Médio. Porém, quais foram os motivos que levaram a evasão escolar?

O Citrino dentre os outros jovens foi o mais divergente dos demais casos, a sua interrupção aos estudos ocorreu quando ainda era criança e o principal motivo foi a falta de alimentação aos seus 9 anos de idade, diz o relato:

“Qual sua escolaridade?”

“Até a terceira série

“Como foi sua experiência escolar, porque você foi até a terceira série?”

²⁴ À luz de Gramsci, Yazbek (2009) compreende que as classes subalternas são trabalhadores que vivenciam além da pobreza econômica, mas estão numa posição estrutural de subordinação na sociedade capitalista, cujo o trabalho não é suficiente para garantir o sustento de si ou de sua própria família.

“Dificuldade da vida, minha mãe tinha problemas com negócio de droga, aí não tinha muito o que comer, aí a gente teve que trabalhar pra nós ter o que comer.”

“Aí você começou a trabalhar com quantos anos?”

“Desde os 9 anos de idade.”

“Você tem vontade de voltar a estudar? Com EJA ou se tivesse alguma oportunidade aqui perto?”

“Se tivesse oportunidade, até estudaria.” (Citrino, 2026).

A necessidade de trabalhar não se pauta apenas pela busca por autonomia, aumento da renda per capita ou pela transição para a vida adulta. Para crianças e jovens pobres, sobretudo pretos e pardos, imersos em um ciclo de pobreza intergeracional, o trabalho é uma questão de subsistência imediata. Nesse cenário, a sobrevivência financeira torna-se prioridade, deixando a escolarização em segundo plano.

A gravidez é o principal motivo declarado pelos jovens cooperados, a Rubi e a Esmeralda interromperam durante a gestação, o Ônix evadiu os estudos e decidiu trabalhar assim que descobriu que iria ser pai aos 20 anos, mostrando que já estava em defasagem escolar.

A maternidade, segundo as entrevistas, foi o empecilho para a continuidade dos estudos, tendo que buscar formas de trabalhar não somente para o próprio sustento, mas também dos filhos, demonstrando a responsabilidade reprodutiva.

“Como foi sua experiência escolar?”

“EJA, eu interrompi o técnico de segurança de trabalho, eu tranquei com dois meses de curso, eu estava grávida, por ter que pegar ônibus e andar até a Brasiltec, aí eu interrompi.

“O ensino médio você terminou com quantos anos?”

Meu certificado eu consegui em 2020.

“Quais foram os motivos de interromper o Brasiltec?”

“Primeiro, por causa da mensalidade, começou a ficar pesado pra mim e a descoberta da gravidez, aí eu comecei a passar mal, descia do ônibus vomitando.”

“E o ensino médio você terminou pelo EJA, você teve que interromper para trabalhar na cooperativa?”

“Não, na verdade não, foi para trabalhar em outros serviços, eu trabalhei e depois retornei, quando retornei já estava na cooperativa, aí eu trabalhava e terminei pelo EJA.”

“Você terminou no Ciep daqui?”

“Não, no Ciep da Lapa, lá no Centro. Aqui já não tinha, aqui até quarta, que agora encerrou, o Estado pegou e vai se tornar um batalhão ou escola militar.”

“No caso, Ciep do Eldorado?”

“Não, aqui na Terra Prometida, o mato fechou e quase não dá pra ver ele.” (Rubi, 2026).

A Rubi relata que terminou o Ensino Médio em um CIEP localizado distante do seu bairro, no centro urbano, o que é também destacado na fala da Esmeralda: a dificuldade de terminar os estudos devido às escolas com modalidade EJA estarem ou distantes de sua casa ou em bairros com facções distintas, dificultando o seu desejo de concluir o ensino básico.

“E aí a interrupção foi por conta da cooperativa?”

“Não, eu parei de estudar porque eu tive o xxxx²⁵. Aí eu tive o meu filho mais velho e tentei voltar a estudar ainda no primeiro mês que ele nasceu, mas aí eu não consegui, porque era muito pequeno, não tinha ninguém pra ficar e desde então eu nunca mais voltei.”

“E você tinha quantos anos?”

“14, tem 11 anos que eu não estudo. Não tem EJA, aí tem o CIEP do Eldorado, Cármen Carneiro, que também, né, não tem EJA. Aí só tem EJA no Santa Rosa, só pra quem mora no Santa Rosa.”

“É longe?”

“É, primeiramente, não tem condução pro Santa Rosa, pra você chegar na escola, você teria que pegar ônibus aqui, descer no Centro, pegar Novo Jockey Santa Rosa, descer no Santa Rosa. É 30 minutos de pé, não tem como você atravessar pro outro lado, porque você mora aqui. Então, estudar morando aqui é impossível.

E outra coisa, a gente tentou se matricular nas escolas que têm disponíveis. Nem no centro, pra você ter noção, não tem escola no centro.”

“Não tem?”

“Não tem. Tipo assim, a Lapa é só ensino médio. Entendeu? Aí, eu estudei, cheguei a estudar uma vez no centro de noite, mas foi na Vilma Tâmega, que agora é a Amaro Prata. Então, é literalmente em lugares que não tem nem como você chegar nem de ônibus. Tipo assim, se fosse um fácil acesso de você chegar lá de ônibus, descer no Centro, descer uma ruazinha ali ou a Lapa, que é pertinho, que é mais seguro. Ok, mas nem fácil acesso tem e nem ônibus escolar tem também pra essas pessoas. Então, estudar literalmente, morando aqui, é fora de cogitação, não tem como. E é nem que a gente não quer, né? Eles que não facilitam a nossa saída da escola. Porque tantas escolas daqui... Tipo assim, daqui [...]. Ó, você conta só nesse bairrozinho nosso aqui. Daqui lá pra BR. Tem o CIEP, tem o Augusto Machado Viana, tem o CIEP do Eldorado e tem o Branca Pessanha, são quatro escolas que, em uma dessas, poderiam estar ofertando EJA.”

“E eles, quando você pergunta, eles falam alguma coisa?”

“Não, não tem. Eu acho que o Ciep do Eldorado eu já perguntei, a diretora já falou que já tentou, mas por causa da criminalidade nenhum professor quer dar aula de noite aqui. Se eles têm condições, se eles têm carro pra poder vir, imagina a gente que não tem.” (Esmeralda, 2025).

Os relatos evidenciam o cruzamento de diversos marcadores sociais que impactam a continuidade dos estudos, com destaque para a mobilidade urbana, a criminalidade, a escassez

²⁵ O “x” foi utilizado para manter o anonimato dos familiares dos jovens entrevistados.

de recursos e a necessidade de inserção no mercado de trabalho. Portanto, analisar as complexidades das desigualdades no âmbito educacional requer uma visão multifacetada, permeada por questões endógenas (como a ausência de turmas de EJA e o fechamento do CIEP) e exógenas (trabalho, gravidez, mobilidade e violência), fatores que podem comprometer o pleno acesso a esse direito.

Em suma, é perceptível que a escola fica em segundo plano ou até em terceiro, a necessidade de trabalhar é inevitável ao jovem pobre, negro e periférico, não apenas jovem cooperados, como demonstra os dados do Pnad/IBGE (2024) supracitados. Sendo assim, a sociedade capitalista e excludente, compeliu aos jovens adolescentes um grande desafio: “a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro”. (Dayrell, 2007, p. 1109).

4 ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE TRABALHO DOS JOVENS COOPERADOS DA CODIN EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

A cidade de Campos dos Goytacazes, pertencente à Região Norte Fluminense, possui uma população de aproximadamente 483 mil habitantes e densidade demográfica em torno de 119,91 habitantes por quilômetro quadrado, segundo dados do IBGE (2022). Em relação à economia e ao mercado de trabalho do município, observa-se uma redução da taxa da população em situação de extrema pobreza, conforme destaca Alvarenga:

Os índices que mais contribuem para que o município esteja com o IDHM no nível alto são a longevidade, que se situa na margem denominada muito alta, seguida pela renda e educação. Quanto à renda, houve uma redução da população que se encontrava em extrema pobreza, indo de 15,66% da população, em 1991, para 3,67%, em 2010. No entanto, mesmo com a redução do índice, em 2010, 8,68% das famílias campistas viviam sem renda ou com meio salário mínimo, e outros 14,08% viviam com até um salário mínimo. (Alvarenga, 2020, p. 53).

Em relação ao trabalho, o município apresentava, em 2023, uma média salarial mensal de 2,1 salários mínimos entre os trabalhadores formais. Esse valor é considerado relativamente baixo quando comparado aos municípios vizinhos, como Macaé, que registrou média de 5,7 salários mínimos no mesmo período, e São João da Barra, cuja média salarial dos trabalhadores formais foi de 4,7 salários mínimos no igual período. (IBGE, 2023)

A desigualdade salarial do município é vista durante décadas, o que está intrinsicamente ligada a desigualdade social, as taxas de desemprego e de subemprego no município teve um declínio durante os últimos anos referente à década anterior, mas ainda se mantém com índice alarmante, principalmente, quando se refere a classe subalterna da cidade. (Almeida, 2009)

Devido ao novo Censo do IBGE elaborado em 2022, farei uma revitalização dos dados sobre o mercado de trabalho em Campos, incluindo os dados do CAGED e o novo CAGED, a fim de compreender as taxas de admissões, demissões e as principais fontes de rendas da população nos últimos anos antes de discutir a trajetória de trabalho dos jovens cooperados no mesmo período da pesquisa.

4.1 Dados do Mercado de Trabalho em Campos dos Goytacazes entre 2020 - 2025:

Os dados apresentados na tabela abaixo relevam a evolução semestral do mercado de trabalho formal em Campos dos Goytacazes entre 2020 e 2025, o que demonstra um cenário

marcado por oscilações, mas também por um processo gradual de recuperação do emprego formal após os impactos econômicos da pandemia de Covid-19.

Tabela 4- Evolução Semestral de Estoque, Admissões, Desligamentos e Saldo em Campos dos Goytacazes - Série com ajustes pelo Caged e novo Caged

EVOLUÇÃO SEMESTRAL DE ESTOQUE, ADMISSÕES, DESLIGAMENTOS E SALDO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ – SÉRIE COM AJUSTES.				
2020		JANEIRO	JULHO	DEZEMBRO
	ESTOQUE	68.935	68.006	67.734
	ADMISSÕES	1.776	1.860	2.006
	DESLIGAMENTOS	1.853	1.329	3.171
	SALDOS	-7	531	-1.165
2021		JANEIRO	JULHO	DEZEMBRO
	ESTOQUE	68.054	71.861	70.966
	ADMISSÕES	2.267	2.442	2.297
	DESLIGAMENTOS	1.947	1.874	2.881
	SALDOS	320	568	-584
2022		JANEIRO	JULHO	DEZEMBRO
	ESTOQUE	70.704	74.953	75.078
	ADMISSÕES	2.125	2.646	2.599
	DESLIGAMENTOS	2.387	2.505	2.647
	SALDOS	-262	141	-48
2023		JANEIRO	JULHO	DEZEMBRO
	ESTOQUE	74.986	79.411	72.667
	ADMISSÕES	2.137	2.816	2.856
	DESLIGAMENTOS	2.229	2.480	3.045
	SALDOS	-92	336	-189
2024		JANEIRO	JULHO	DEZEMBRO
	ESTOQUE	83.352	83.352	81.750
	ADMISSÕES	3.081	3.081	2.357
	DESLIGAMENTOS	3.149	3.143	3.043
	SALDOS	-68	-68	-686
2025		JANEIRO	JULHO	DEZEMBRO
	ESTOQUE	81.450	84.686	83.113
	ADMISSÕES	2.562	3.236	2.292
	DESLIGAMENTOS	2.862	3.045	3.137
	SALDOS	-300	191	-845

Fonte: Elaboração própria, com base na Tabela 8.1 do CAGED e do Novo CAGED, Ministério do Trabalho e Emprego — MTE, 2026.

Em 2020, marcado pelo início da pandemia, ocorreram diversos impactos ao mercado de trabalho, consequentemente, um contexto de instabilidade no saldo empregatício do município. Assim, o saldo negativo de -1.165 postos em dezembro demonstram os efeitos da desaceleração econômica, da redução da atividade produtiva e das dificuldades enfrentadas pelos setores de comércio e serviços, historicamente centrais na economia campista, não sendo diferente a crise nacional do mercado de trabalho provocada pela pandemia, intensificando processos de desemprego, precarização e insegurança laboral.

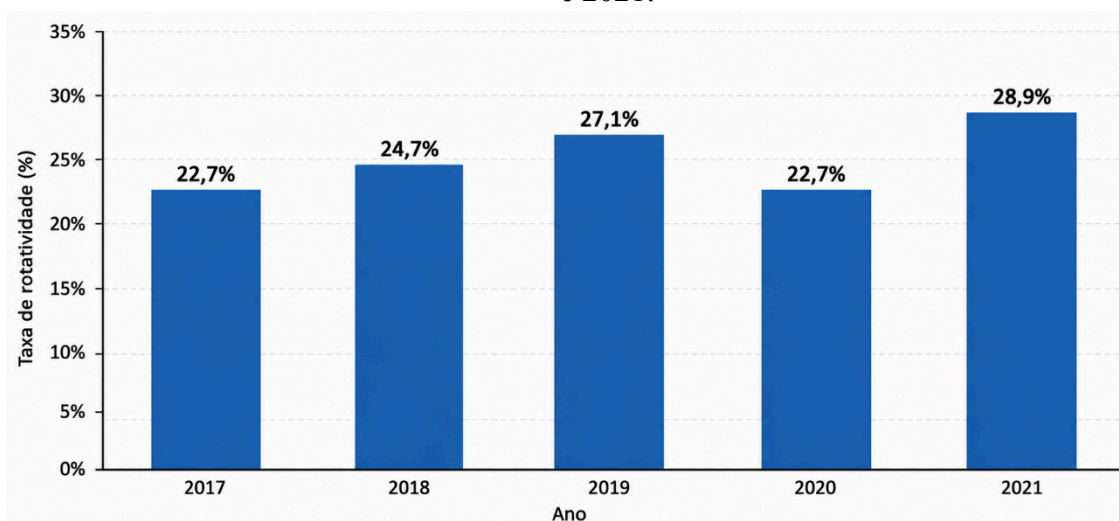
Nos próximos dois anos, 2022 e 2023, o mercado de trabalho no município demonstra continuidade do crescimento do estoque formal de empregos, alcançando 75.078 vínculos em 2022 e 79.411 em julho de 2023. Destaca-se, que os desligamentos constantemente se aproximam ou superam às admissões, indicando elevada rotatividade de trabalho.

Outro aspecto relevante é a dependência do setor terciário na geração de empregos. Estudos realizados pelo Novo Caged (2026) mostram que o setor de serviços lidera amplamente a criação de vagas em Campos, seguido pela construção civil, indústria e comércio. Essa concentração demonstra uma economia urbana fortemente baseada em

atividades de circulação, atendimento e serviços, frequentemente marcadas por vínculos menos estáveis, salários reduzidos e elevada informalidade.

Em 2024 e 2025, apesar do crescimento do estoque de empregos, alcançando mais de 84 mil vínculos em julho de 2025, os dados demonstram novamente saldos negativos em alguns períodos, sobretudo em dezembro. Deste modo, apesar do município ter ampliado sua capacidade de absorção de trabalhadores formais, o mercado de trabalho ainda apresenta elevada vulnerabilidade às oscilações econômicas e aos ciclos produtivos locais.

Gráfico 7- Taxa de rotatividade do trabalho em Campos dos Goytacazes entre os anos de 2017 e 2021:



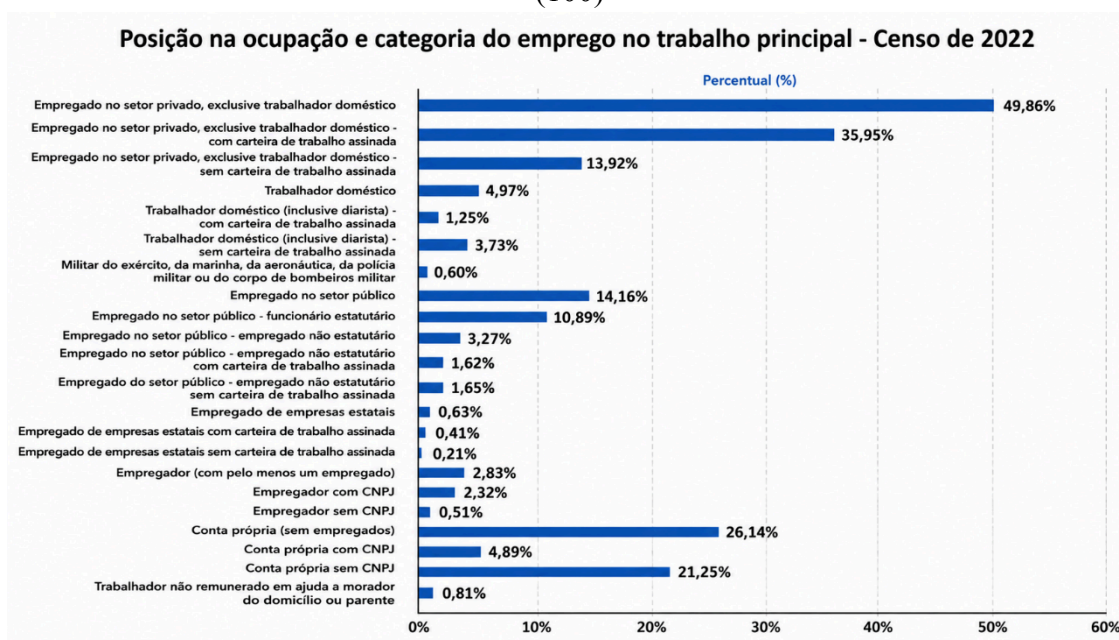
Fonte: Rais/MTE apud IBGE Cidades (2024)

A taxa de rotatividade no município não tende a ser linear, sofrendo grandes oscilações entre os anos de 2019 e 2021, os dados também sugerem limites estruturais importantes. Apesar da expansão do emprego formal nos últimos anos, permanece uma forte dependência do poder público, do comércio e dos serviços de baixa complexidade econômica. Observa-se que uma parcela significativa das vagas geradas se concentra em ocupações de baixa remuneração e alta rotatividade, o que corrobora a precarização do trabalho, como demonstra os dados acima dos anos 2017-2021. Além disso, variações temporais da atividade econômica do município contribui para oscilações frequentes nos saldos de emprego, principalmente nos períodos relacionados à agropecuária e às atividades temporárias.

No gráfico 8 abaixo, os dados apresentados foram pesquisados na semana de referência do Censo do IBGE em 2022, sendo assim, não se pode generalizar como informações exatas do perfil do mercado de trabalho do município, já que as informações são

transitórias e há uma tendência de rotatividade no perfil apresentado, principalmente, em trabalhos ligados a serviços, comércio e construção civil.

Gráfico 8- Posição na ocupação e categoria do emprego de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência em Campos dos Goytacazes - Percentual do total geral (100)



Fonte: Panorama do Censo de 2022 (extensões) - IBGE Cidades

Os dados do Gráfico 8 revela o panorama da heterogeneidade do mercado de trabalho de Campos dos Goytacazes, que não foge do âmbito nacional, marcado pela informalidade, flexibilização e precarização das relações de trabalho (Antunes, 2020). Observa-se que a maior parcela dos trabalhadores está inserida no setor privado, exclusive o trabalho doméstico, correspondendo a 49,86% das ocupações. Entretanto, embora esse segmento represente quase metade da população ocupada, apenas 35,95% possuem carteira de trabalho assinada, enquanto 13,92% atuam sem vínculo formal, o que demonstra a fragilidades dos vínculos empregatícios.

Em relação ao trabalho doméstico, que representa 4,97% das ocupações indicadas no gráfico 8, dentre estes, a maioria encontra-se sem carteira assinada (3,73 %), enquanto apenas 1,25 % possuem formalização. Ao analisar o contexto sócio-histórico brasileiro, a desvalorização do trabalho doméstico tende a repercutir, marcada por desigualdade de gênero, raça e classe, desempenhado, sobretudo, por mulheres negras e pobres.

No que concerne ao trabalho por conta própria, os números demonstram um dado significativo: 26,14% atuam sem empregados, sendo que 21,25% não possuem CNPJ. Esse indicador aponta para a ampliação da informalidade. Embora o neoliberalismo defenda a bandeira do trabalho autônomo como expressão da liberdade econômica, grande parte desses trabalhadores encontra-se em condições de instabilidade, renda variáveis e ausência de proteção trabalhista.

Em suma, os dados abordados indicam um processo contraditório no mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes: ao mesmo tempo que há recuperação do emprego formal e o crescimento do estoque de trabalhadores com carteira assinada, persistem fatores estruturais de vulnerabilidade laboral, rotatividade e dependência setorial. Importante ressaltar, que a análise do mercado de trabalho campista exige considerar não apenas uma pesquisa quantitativa de admissões e desligamentos, mas também as condições concretas de inserção da classe trabalhadora, a qualidade dos empregos ofertados e as desigualdades socioeconômicas que configuram o panorama do município.

4.2 Relatos e experiências laborais anterior as cooperativas

A exigência de inserção dos jovens e adolescentes das camadas populares no mercado de trabalho tem sido cada vez mais recorrente no cenário neoliberal. Diante da redução do poder de compra, aliada às altas taxas de desemprego e à elevada rotatividade, os filhos necessitam complementar a renda per capita para viabilizar a sobrevivência familiar. (Andrade, 2008).

Ao analisar a trajetória laboral dos jovens cooperados entrevistados, quatro dos cinco jovens afirmaram ter experiências laborais antes das cooperativas. Destaca-se, que os homens iniciaram seus trabalhos ainda na infância devido às necessidades básicas familiares, como expressa o Citrino: “**Você começou a trabalhar com quantos anos?**” “Desde os 9 anos de idade”, e, conseqüentemente, interrompendo os estudos ainda sendo criança, os motivos declarados foram conflitos familiares por uso de entorpecentes, gerando a necessidade de trabalho, como expressa em sua fala: “minha mãe tinha problemas com negócio de droga, aí não tinha muito o que comer, aí a gente teve que trabalhar pra nós ter o que comer.” (Citrino, 2026).

Devido ainda ser criança, o “trabalho” que o Citrino iniciou foi a catação de materiais recicláveis entre as ruas da cidade, o que postergou até a sua adolescência, como afirma a seguir:

“Quais trabalhos você já teve antes da cooperativa, desde quando você começou com 9 anos?”

“Só trabalhei com reciclagem.”

“Só com reciclagem? Mas antes foi fora da cooperativa?”

“Fora da cooperativa.”

“Foi na rua?”

“É.”

“E na rua foi até com quantos anos?”

“Até os 15.”

“E na rua, como é que era o trabalho?”

“Era muita correria na rua.”

“Eram quantas horas? Começava que horas?”

“Começava uma hora da tarde e parava oito da noite.”

“Você conseguia quanto de remuneração?”

“A média aí não chegava nem aos 100 antigamente, que a gente vendia por preço baixo.”

“100 por mês ou sem 100 por dia?”

“100 por dia, mais ou menos isso.”

“E por mês era quanto a média?”

“Nunca tirei esse cálculo não.” (Citrino, 2026).

Atualmente, com 19 anos, Citrino tem na reciclagem sua principal fonte de renda. O jovem atua há mais de uma década na catação de materiais recicláveis, trajetória que evidencia a centralidade dessa atividade na sobrevivência de jovens e adolescentes em situação de extrema pobreza. Seu percurso de vida expõe nítidas expressões da questão social, tais como a pobreza, o trabalho infantil, a fome e a evasão escolar.

O trabalho infantil também ficou evidenciado no relato de Ônix, que iniciou sua trajetória laboral aos 10 anos por intermédio do pai, passando a trabalhar de forma contínua a partir dos 12 anos. Devido à menoridade, sua inserção ocorreu em setores informais e

precarizados, fator que corroborou a evasão escolar do adolescente e acentuou seu contexto de vulnerabilidade social:

“Quais trabalhos você já teve antes da cooperativa?”

“Borracharia, mecânica, catador de reciclagem também, igual agora e ferro velho.”

“Mas teve algum que foi CLT? Carteira assinada?”

“Nenhum.”

“Era aqui perto ou era longe?”

“Era perto.”

“Aqui perto do bairro?”

“É, até ali mesmo na BR ali já trabalhei também, já trabalhei em hortifruti, não tô lembrando muito não, mas já trabalhei em vários lugares, de pedreiro assim.”

“E como você conseguia esses serviços?”

“Era por indicação? Indicado.”

“E você começou a trabalhar com quantos anos?”

“Desde 10 anos de idade.”

“Desde dos 10 anos?”

“Meu pai sempre me ensinou a trabalhar, mas eu não gostava muito não, fui apanhar firme mesmo quando fiz os 12 anos meu, aí eu peguei firme mesmo.”

“Aí com 12 anos você começou com o que? Com a reciclagem?”

“Comecei descarregando lá no mercado, caminhão de fruta, essas coisas assim, aí depois eu fui para a reciclagem, depois borracharia.” (Ônix, 2026).

A informalidade e a alta rotatividade entre um trabalho e outro é percebida nas falas do Citrino, o que demonstra que desde a adolescência as consequências advindas do neoliberalismo são marcadas no seu cotidiano, não somente nas taxas de desemprego e intensa rotatividade, que são mais altas nessa faixa etária, como também na necessidade de transição para vida adulta precocemente, abordado por Aquino (2008, p. 46-47)

Não obstante essas ponderações, há motivos para considerar o desemprego juvenil um problema social. O mais óbvio é que, por definição, o desempregado expressa o desejo, a necessidade e a disponibilidade de obter um trabalho assalariado. Portanto, este contingente de pessoas, a princípio, não tem recursos próprios, dos pais ou de assistência pública para garantir a sua subsistência e de sua família. Isto é particularmente dramático se for levado em consideração que os jovens teriam, em tese, a opção de continuar na escola. A alta taxa de desemprego juvenil, mesmo na faixa abaixo de 17 anos, indica que grande parte das famílias não tem meios de manter os jovens fora do mercado do trabalho até completar o ensino médio. A magnitude crescente do fenômeno faz suspeitar que haja dificuldades cada vez mais pronunciadas para os jovens realizarem a transição da escola para o mundo do trabalho.

Diferente dos cooperados homens, as jovens cooperadas iniciaram sua vida laboral depois da maioridade, a Esmeralda declarou que sua primeira fonte de renda foi a cooperativa em 2020, entre seus 18 e 19 anos de idade, a Rubi também iniciou aos 18 anos, porém foi a única que se inseriu no mercado de trabalho de modo formal em dois estabelecimentos de rede de fast-food, enquanto a Safira trabalhou de modo informal em lanchonetes.

Assim, os jovens cooperados iniciaram suas atividades no mercado informal, exceto Rubi, postergando os estudos para um momento melhor, já que a necessidade de renda “gritava mais alto” e o “estômago não espera”. Porém, a transição para vida adulta sem atingir o grau de escolaridade básica ou até o mais elevado, como cursos profissionalizantes e técnicos, acirra mais ainda as desvantagens no mercado de trabalho formal. Esses dados não são isolados, o autor Aquino (2008) discute sobre a dificuldade de coexistir formatos de políticas de emprego que atenda a inserção desses jovens ao mercado de trabalho e ao mesmo tempo prolongar sua presença no espaço educacional, sem que haja conflitos existentes:

Apesar dos diferentes formatos das políticas de emprego para jovens, os dilemas enfrentados são bastante semelhantes. O mais comum talvez seja a disjuntiva entre encaminhar o jovem participante imediatamente para o mercado de trabalho ou procurar estender sua permanência no espaço educacional, seja no ensino regular, seja em alguma outra forma de educação profissional. Este dilema é particularmente forte quando estas políticas se dirigem a jovens com grande defasagem escolar. De um lado, a baixa escolaridade implica oportunidades limitadas de ascensão no mercado de trabalho, ou pela privação de determinadas habilidades, ou pela sinalização dada aos empregadores. De outro lado, são justamente estes jovens que integram o grupo cuja renda familiar é mais baixa e que dificilmente poderão “esperar” até atingir algum grau de escolaridade mais elevado, especialmente à medida que chegam à faixa dos 16-18 anos. Geralmente, existe um precário equilíbrio no desenho e na implementação destas políticas entre ofertar educação e estabelecer uma ponte com o mundo do trabalho. (Aquino, 2008, p. 54).

A Esmeralda também relata sobre seu segundo trabalho informal, que ocorreu em fase que o trabalho na cooperativa estava estagnado, sendo empregada doméstica e cuidadora de idosos em local afastado do seu bairro, vivenciando percalços da imobilidade urbana e a flexibilização do trabalho:

“Antes da cooperativa eu não trabalhei, trabalhei quando eu estava na cooperativa, saí e fui pra outro emprego.”

“Então, qual foi esse emprego depois?”

“Doméstica.”

“Doméstica, como que você conseguiu esse emprego? Qual era a sua remuneração lá?”

“Recebia 1.800 reais, trabalhava de segunda a sexta, de 7 da manhã até 10 da noite.”

“Nossa. Você fazia o quê?”

“Não, eu trabalhava com uma professora da UENF lá do Niterói, que é ela tem casa aqui. Trabalhava lá, ela precisava de alguém pra tomar conta da casa, da mãe dela e da dela, eram duas casas. Como ela dava aula na UENF de Niterói (**provavelmente UFF**), a mãe dela ficava sozinha. Ela tinha 80 anos, ela precisava de uma pessoa pra ficar lá com a mãe dela quando ela não estava, a mãe dela era idosa, mas a mãe dela era super ativa. E além de cuidar da casa, tinha que cuidar dos cachorros também.

Eram 10 cachorros, entendeu? 10 cachorros. Eu chegava lá, segunda e sexta eu saía às cinco da tarde, que é quando ela estava. Terça, quarta e quinta eu entrava às sete da manhã e saía às dez da noite, quando ela estava em Niterói.”

“E esse é o horário que ela chegava pra te liberar?”

“Não, ela estava em Niterói. Dez horas da noite chegava outra pessoa.”

“Ah sim, para dormir com ela. Trabalha tanto doméstica, como cuidadora de idosos.”

“Aham. Aí tipo assim, ela não precisava de cuidar, mas ia fazer almoço, companhia, arrumar a casa. Entendeu? Aí teve uma vez que ela caiu na cozinha, que ia tudo de levar pro hospital, chamar o Uber e levar pra poder fazer compras, tudo isso.”

“Entendi, só foi esse fora da cooperativa?”

“Só. Fora da cooperativa, só.”

“E pra chegar lá você ia de que?”

“Eu tinha, ela me pagava a passagem, aí todo dia, de segunda a sexta, eu ia de ônibus. Aí segunda e sexta que eu saía cinco, eu vinha de ônibus, terça, quarta e quinta que eu saía às dez (22 horas), ela pagava Uber e depois ia embora, pagava tudo, isso porque é impossível pegar ônibus.” (Esmeralda, 2025).

Como já salientado, o contexto da Esmeralda cooperados não se difere do contexto campista, como visto no Gráfico 8, onde as principais ocupações declaradas foi o trabalho doméstico, e o contexto campista não se diferencia do contexto do país, marcada pela informalidade, flexibilização e precarização do trabalho, sobretudo, na faixa etária entre jovens e adolescentes, aproximado ao contexto latino americano e caribenho, como explicita OIT (2024, p. 5):

O emprego dos jovens continua sendo um dos maiores desafios da região. Embora a taxa média de desocupação entre os jovens tenha caído, continua sendo muito alta, passando de 14,5% em 2023 para 13,8% em 2024. Apesar dessa ligeira melhora, as dificuldades de emprego dos jovens ainda são evidentes: a taxa de desocupação dos jovens, por exemplo, é quase três vezes maior do que a dos adultos. A falta de emprego estável e remunerado, aliada à alta informalidade e aos baixos salários, também limitam as oportunidades de mobilidade social deste grupo.

Em suma, o capitalismo financeiro, a globalização e o ideário neoliberal se alimentam continuamente da degradação da condição trabalhadora, explorá-los ao máximo sem permitir que haja a consciência de classe pelo viés da alienação. Assim, o Estado é demandado a exercer o papel de apaziguar os conflitos entre capital e trabalho, ora assume funções voltadas à manutenção da ordem capitalista e à garantia das condições necessárias para acumulação do

capital, ora investindo minimamente em políticas públicas. No Brasil, o neoliberalismo redefiniu e continua a redefinir o papel estatal, priorizando políticas de austeridade fiscal, privatizações, flexibilização das relações de trabalho e a redução dos investimentos em políticas sociais. (Harvey, 2008).

4.3 Trajetória das cooperativas no Brasil

O debate sobre o trabalho nas cooperativas é advindo desde os fins do século XVIII, ganhando destaque no século XIX, permeado por conflitos e resistências, sendo “instrumento de organização política e econômica da classe trabalhadora”. (Pagotto, 2019, p. 603). Assim, as cooperativas surgiram com intuito de diminuir a dependência em relação a burguesia e construir experiências baseadas na autogestão, como alternativas às relações capitalistas vigentes, marcadas pela exploração da força de trabalho e pela apropriação da riqueza advinda da forçado trabalho coletivo.

No Brasil, a organização do cooperativismo expandiu-se a partir do Estado Novo, entre as décadas 1930 e consolidou-se em 1980, através das experiências da modernização da agricultura. (Loureiro, 1981; Schneider, 1981; Novaes, 1981 *apud* Pagotto, 2019). Ao longo da história brasileira, o cooperativismo assumiu diferentes funções, em alguns momentos, foi utilizada como instrumentos de organização solidária da classe trabalhadora; em outros, passou a integrar estratégias econômicas relacionadas à modernização produtiva e à ampliação da competitividade no mercado capitalista, sendo destaque em dois momentos no final do século XX:

Dois momentos na história do cooperativismo brasileiro merecem destaque: um em pleno regime militar e outro no processo de redemocratização. Primeiro, com a criação da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)[7] como principal órgão de representação das cooperativas, aliada à promulgação da Lei .76 /71, consolidaram-se as bases para o privilégio e a concentração de poder dos grandes proprietários rurais e, dessa forma, estabeleceu-se uma estrutura rígida baseada no modelo conservador dos Pioneiros de Rochdale. (Pagotto, 2019, p. 608).

Nas últimas décadas, as cooperativas de materiais recicláveis emergiram da articulação e da luta dos catadores autônomos, sobretudo após o fechamento de lixões a céu aberto no Brasil. Esse movimento insere-se no debate nacional sobre a economia solidária, transformando a catação, antes isolada e precária, em uma alternativa coletiva de sustento e sobrevivência que tensiona o poder público por reconhecimento e remuneração pelos serviços ambientais prestados, como expressa os autores:

O modelo capitalista de desenvolvimento socioeconômico, aliado às transformações tecnológicas das últimas décadas, gerou um aumento significativo da desigualdade social e a superexploração da mão de obra, afetando principalmente as camadas mais pobres. Isso resultou, entre outros aspectos, em um aumento do número de desempregados, muitos dos quais não conseguiram reingressar no mercado formal de trabalho e se viram forçados a buscar a sobrevivência na informalidade. Um exemplo notável são os catadores de materiais recicláveis, que, após a perda de seus empregos, acabaram se inserindo na catação como forma de sustento, enfrentando, frequentemente, preconceito e violência nas ruas dos centros urbanos. (Codeço *et al.*, 2025, p. 5).

Estudos apontam que o Brasil possui entre 800 mil e 1 milhão de catadores e catadoras de materiais recicláveis atuando no país. Desse total, cerca de 85 mil trabalhadores estão cadastrados no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), organizados em aproximadamente 1.236 cooperativas e associações. Esses dados evidenciam a grande dimensão social e econômica da categoria, além de demonstrarem o potencial de inserção dos catadores nos sistemas de coleta seletiva e recuperação de materiais recicláveis. (Pólis, 2019).

A criação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis foi uma luta conjunta e histórica, atravessada por conflitos e resistências, para isso, algumas leis foram essenciais para incentivar e proteger os catadores de materiais recicláveis, como demonstra a linha histórica abaixo:

Figura 1- Linha histórica da Política de Resíduos Sólidos:



Fonte: Codeço; Mattos; Basto; Silva, 2025.

Apesar do aumento de decretos federais em prol aos catadores de materiais e a cadeia produtiva de reciclagem, foi identificado nos estudos que há falhas, não raras vezes, em proporcionar a eficácia prática das leis e normas jurídicas. Assim, a marginalização dessa

categoria pelo poder público e pela sociedade expressa-se na precarização e insalubridade do trabalho, agravadas pela falta de fomento econômico e técnico, como discute os autores:

Entre os desafios enfrentados pelos catadores de recicláveis, que frequentemente passam despercebidos pelo poder público, incluem-se acidentes de trabalho decorrentes do manejo direto de resíduos perigosos, substâncias tóxicas, trabalho em condições precárias e insalubres, falta de equipamentos adequados, infraestrutura básica, como locais de trabalho seguros e higiênicos e a baixa conscientização pública sobre o descarte adequado e a separação de resíduos sólidos, além da baixa e irregular renda, bem como ausência de iniciativas práticas para fortalecer cooperativas e associações. (Galdino *et al.*, 2024, p. 195).

Esse cenário vivenciado pelos catadores (as) de materiais recicláveis no país é também perceptível na análise das falas dos jovens cooperados da Codin por mais de uma década, em que momentos de queda econômica e em contexto pandêmico, os jovens chegaram a receber apenas 350 reais mensais, não sendo possível suprir a própria sobrevivência, o que levou parte dos cooperados a buscar outros meios de renda. Deste modo, o próximo tópico abordará as vivências dos jovens cooperados enquanto classe trabalhadora.

4.3.1 Trabalho e Gestão das Cooperativas da Codin

A importância do trabalho dos catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil é inegável, favorecendo os extratos econômicos sociais e ambientais, porém marcado por profundas condições de desgaste físico, precarização laboral e insuficiência de apoio do poder público. Os catadores e catadoras constituem um dos principais elos da cadeia da reciclagem, sendo responsáveis pela coleta, separação e comercialização de grande parte dos resíduos recicláveis do país. Entretanto, apesar de sua relevância para a sustentabilidade urbana e para a redução dos impactos ambientais, esses trabalhadores permanecem historicamente invisibilizados e submetidos a condições precárias de trabalho.

Os jovens catadores das cooperativas da Codin demonstram a importância e relevância que a cooperativa exerce sob as suas vidas. O cooperativismo foi além de uma busca de renda, os cooperados relatam, que apesar da precarização do trabalho, a cooperativa produz autonomia, respeito e alegria entre os cooperados, diferentemente do trabalho hierarquizado e engessado do sistema capitalista.

A Rubi é a cooperada com mais tempo de cooperativismo, marcada por um trabalho intergeracional, inseriu-se no local de trabalho com a indicação de familiares, incluindo a mãe que já tinha sido presidente da mesma cooperativa, como explicita abaixo:

“E na cooperativa você começou com quantos anos?”

“Teve alguns meses de abertura e logo entrei, 20 e alguma coisa, não sei se era 23 ou 24 anos.”

“Você entrou por indicação?”

“Na verdade, foi por isso, eu conhecia todo mundo, minha mãe era presidente também.”

“E sua mãe ela começou no lixão ou foi só na cooperativa?”

“Trabalhou no lixão também.”

“Desde que você entrou na cooperativa com os 23 anos, você se manteve lá?”

“Na verdade, nem tinha 23 anos, estou na cooperativa há 9 anos.”

“Em relação ao seu trabalho nesses 9 anos, as tarefas que você já fez lá?”

“Todas, menos coisas da diretoria. O caminhão joga, a gente separa, o que serve e o que não serve, depois seleciona os materiais e por fim vai para prensa.” (Rubi, 2026).

Além dela, as mães da Esmeralda e da Safira também tiveram experiências com a catação individual, posteriormente, o trabalho com as cooperativas. Como já mencionado no capítulo anterior, Citrino imergiu na catação desde a infância e a partir dos 15 anos adentrou a cooperativa Nova Esperança, mas se encontra atualmente na cooperativa Renascer. Devido ao baixo nível de coleta e distribuição dos resíduos sólidos, fazendo diminuir o número de dias de trabalho no local, os homens, que inclusive são pais, começaram a trabalhar de forma autônoma nos horários vagos e, principalmente, finais de semana, o que favoreceu no aumento da renda mensal, como explicita Citrino, cooperado da Renascer:

“Você tem outro meio de renda?”

“Sim.”

“Qual é?”

“Barbeiro.”

“Aí você começou a sua barbearia com quantos anos?”

“Com 17.”

“Aí você aprendeu por conta própria?”

“É.”

“Como você conseguiu entrar na cooperativa? Foi por contato? Por indicação? Você chegou e pediu?”

“A dali foi indicação (Nova Esperança), aqui eu fui fazer um negócio pra ela.” (Presidente da Renascer)

“Mas você conheceu a cooperativa por meio de outra pessoa?”

“É.”

“E você tem outro trabalho também?”

“Muitas das vezes eu saio daqui e vou pro outro trabalho.”

“Final de semana você trabalha também na barbearia?”

“Final de semana principalmente.”

“Lá você consegue tirar quanto, mais ou menos, você faz o cálculo por mês ou por semana?”

“Cálculo por mês é difícil eu fazer, vou falar o cálculo assim que fiz semana passada, R\$ 450.00”

“Em uma semana?”

“Em um dia.”

“Em um dia? Mas não são todos os dias assim ou varia?”

“É, às vezes é 100, cada corte é quanto? 15 reais, só o corte, mas muita das vezes a pessoa corta e pinta de branco, aí é o valor mais alto.”

“E uma semana você consegue tirar quanto? Mais ou menos, trabalhando certinho?” “Da segunda até o domingo, é uns 600, dependendo da semana.” (Citirino, 2026).

Infelizmente, pelo baixo número de resíduo sólido e pelas variações dos preços dos materiais, a remuneração mensal não é garantida e nem fixa, sendo, muitas vezes, menor que o salário mínimo vigente, fazendo que os jovens cooperados trabalhem em dois ou mais locais, como expressa Ônix, cooperado na Nova Esperança:

“Aqui você está há quanto tempo? Com a renascer, a reciclagem?”

“Aqui eu tô há seis anos. Quando cheguei no bairro, eu já vim logo trabalhar aqui.”

“Como é o trabalho na cooperativa? O que você faz aqui?”

“Fardo, separo, faço limpeza, se não tiver nada, faço limpeza, aí quando não tem, vou pra rua, cato material também.”

“Já teve acidentes aqui ou em outro trabalho?”

“Nenhum.”

“A renda, quando você recebe mais ou menos aqui? Eu sei que varia de acordo com a venda, mas hoje, assim, nos últimos meses, tirando o dinheiro da prefeitura?”

“Uns mil e duzentos, às vezes mil.” (Ônix, 2026).

A cooperativa Nova Esperança já trabalhou por vários anos com a catação e a separação de lixo úmido, devido à falta de pontos de coleta de material reciclável e a baixa distribuição de material reciclável advindo da empresa Vital, empresa prestadora de limpeza

pública da prefeitura municipal. Assim, o ambiente de trabalho se tornava mais insalubre e perigoso, como relata Ônix:

“Hoje vocês estão trabalhando só com reciclável? Antes caía material orgânico?”

“Isso.”

“Isso ajudou ou piorou nas vendas?”

“Ajudou, porque o lixo úmido era ruim de separar, hoje é fácil porque tira rapidinho, o sujo quando jogava ali, só Deus. Muita coisa morta, já cheguei encontrar até pedaço de gente.”

“Pedaço de pessoa morta?”

“Já vi, já vi bicho morto, aí melhorou, porque tinha muito bicho, antes tinha que ter muita força mesmo, o lixo era pesado, vinha terra, vinha paralelepido às vezes, era muita coisa.” (Ônix, 2026).

A Rubi, cooperada na Nova Esperança, também relata sobre as dificuldades com os preços dos materiais e o histórico ao lidar com lixo úmido:

“E como está sendo a coleta seletiva? Melhorou ou piorou?”

“Tipo assim, depende, o caminhão às vezes joga duas vezes, um cadinho de um e um cadinho de outro e que inteirar um caminhão, mas se for pra depender só dele, ia ficar muito ruim.”

“A gente tem nosso caminhão alugado, que vai pra rua. E nesse período de verão estava vindo muito pouco. Os valores dos materiais estão em baixa mesmo, abaixa geralmente no final do ano.”

“E nos últimos meses como está sendo? Em um mês consegue ou está juntando em dois meses?”

“Não, a gente tá tentando fazer um mês, mas um tempo atrás quando estava em alta, estávamos chegando a um salário mínimo ou até mais um pouquinho, mas agora não tá chegando nem a um salário, por causa das baixas do material.”

“E tem quantos cooperados mais ou menos nas cooperativas?”

“10.”

“Sobre o risco de trabalho, como está sendo?”

“Tinha uma época que estava vindo muita seringa, essas coisas, caco de vidro, graças a Deus com a coleta seletiva, diminuiu, porque no início vinha com o lixo úmido.” (Rubi, 2026).

Evidencia-se, que atualmente, a cooperativa Nova Esperança consegue obter maior volume de resíduos sólidos mensais devido o aluguel de caminhão que realiza a coleta seletiva em alguns pontos do município, diferente da cooperativa Renascer e a Reciclar, que dependem exclusivamente da coleta seletiva do município, coletada pela Vital, o que interfere

diretamente na venda, posteriormente, na renda dos cooperados, como destaca Esmeralda (2025):

“Entendeu, a gente ficou dois meses sem receber, esse mês agora a gente ficou, a gente tinha vendido em outubro, nós estamos em dezembro, nós vendemos em setembro e recebemos agora, ainda tivemos que complementar com o dinheiro que está vindo da prefeitura, porque não deu, nossa renda deu 5 mil em dois meses, isso porque eles estão falando nas reuniões, você pode ver, falaram um monte.”

“Sim.”

“Porque eles (referenciadores da prefeitura) falaram que está muito bom isso aqui, nada, você pode ver que não tem nada.”

“Sim.”

“Entendeu? Eu acho que quem pode, dá uns pulinhos por fora. Ai no caso, Txxxx faz uns biquinhos no atacado umas vezes, quando ela não está aqui, ela vai lá de *freelance*.”

“As vendas, no caso, melhoraram?”

“Melhoraram, já melhoraram há muito tempo, em relação ao valor, não porque aumentou agora não, em relação ao valor já melhorou muito, porque pode cair assim, 10 toneladas, mas se o preço do papelão estiver lá embaixo, do material, igual agora, a gente não deve receber nada, porque o papelão já caiu 30 centavos, acho que tá, 70 ou 60 centavos o papelão, 5 centavos aqui, você não tem noção, 5 centavos aqui, a gente já vendeu o papelão a R\$ 1.10, as vendas deram 7.000 mil, e já vendemos mais quantidade do que o último mês, papelão a R\$1.05, tipo assim, papo de 2.000 mil de diferença.”

O caso das cooperativas da Codin não está isolado, a cadeia produtiva da reciclagem no contexto capitalista é baseada na desigualdade econômica e precarização do trabalho dos catadores que ocupam a posição mais vulnerável desse sistema econômico. Deste modo, a presença dos catadores na base da reciclagem não ocorre de maneira acidental, mas faz parte da própria lógica de funcionamento e lucratividade das indústrias recicladoras.

Vallin e Dias (2017) revelam em seus estudos que os preços dos materiais recicláveis são definidos pelo mercado internacional, especialmente pelas oscilações econômicas globais. Isso significa que o valor pago pelo papel, plástico, alumínio e outros materiais recicláveis não depende apenas do trabalho realizado pelos catadores, mas principalmente das demandas e flutuações do mercado mundial. Assim, quando o preço desses materiais cai internacionalmente, toda a cadeia produtiva é afetada.

Consequentemente, os cooperados, mesmo ao lidarem com a autogestão do cooperativismo e com autonomia sob as vendas, são vítimas do sistema capitalista, acarretando no aumento das jornadas de trabalho, maior esforço físico e condições mais precárias de vida e trabalho, o que gera “uma relação de dependência desigual entre o trabalho

precário dos catadores e as grandes empresas recicladoras que, apesar de não estarem no status de patrão, definem e delimitam o trabalho do catador.” (Vallin; Dias, 2017, p. 9)

Além das variáveis, e atualmente, a baixa dos valores dos materiais recicláveis já mencionadas, os cooperados relatam ter passado por “calotes” durante as vendas dos materiais para os atravessadores, ocasionando no desfavorecimento da renda mensal, como expressa Rubi:

“Desse tempo que você está lá, a cooperativa já recebeu calote?”

“Já.”

“Como que foi?”

“Foi uma venda de alumínio que deu três reais que o rapaz sumiu, a gente foi no depósito e não tinha nada, o depósito estava vazio. Até hoje não pagou, foi a primeira vez, normalmente vendia com ele, inclusive disseram que ele até sumiu.”

Também houveram experiências negativas na cooperativa Renascer, relata Esmeralda, atual presidente, a qual teve que insistir para receber o valor real de uma das vendas que a cooperativa realizou para um atravessador, o qual sugeriu que parte do material era lixo e não resíduo sólido, desvalorizando mais uma vez o trabalho dos catadores:

“Em relação a venda, é feita com atravessadores? Já tomaram calote?”

“Então, a nossa venda a gente faz com atravessador, né. A gente estava vendendo pro Exxxx, ano passado todo mundo tomou um calote de dias, porque a gente vendeu pra ele no ano passado no Natal (12/2024), a gente vendeu dia 20 para receber dia 22, dois dias para pagar, vendemos antes por causa do Natal, chegou dia 22 e nada, dia 23 e nada, 24 e nada, ligando e mandando mensagem, entraram em recesso sem falar nada, aí eu lembro de colocar 10 telefones da galera da cooperativa, ligando de cada um, lá cada bairro fica com um funcionário ali, aí a gente ficava com a Gxxx, aí peguei a lista de contatos e fui ligando pra cada um deles, instagram. Pow, natal, eu chorei muito, porque eu não vou conseguir fazer a minha ceia. Aí eu lembro que coloquei o pai dos meus filhos na justiça, foi a primeira vez que ele pagou pensão, que até hoje não paga, aí eu lembro que foi o que me salvou que ele pagou 600 reais de pensão, aí eu consegui fazer as ceias das crianças, as roupas deles eu comprei com meu bolsa família.”

“A gente trabalha com isso aqui, a gente sabe o que é e não é, trezentos e pouco de lixo, ele falou: “vou te mandar as fotos” foi lá e mandou a foto de uma bolsa, eu falei assim “não Dxxx, valeu, já é” nem bate cabeça com ele, falei que o pessoal: “nunca mais vendo”, só porque eles não fazem na nossa frente, por que não derrubar a bolsa na nossa frente e falar assim? R\$300 são quantos quilos? Se cada quilo é real, eu sou turrone, não vendo, a gente fez o que? A gente juntou o material aqui na cooperativa e vendemos para o comprador daqui do bairro.” (Esmeralda, 2025).

Como já mencionado, as cooperativas de materiais recicláveis do município se mantêm através de muitas lutas e resistências, o poder público faz pouco caso do trabalho exercido pelos catadores, a entrega do material é mínima, não sendo capaz de gerar boas vendas por si só, como descreve Rubi (2026): “o caminhão às vezes joga duas vezes, um

cadinho de um e um cadinho de outro, que inteira um caminhão, mas se for pra depender só dele, ia ficar muito ruim.”

A Esmeralda acrescenta sobre a dificuldade de trabalhar diariamente devido à falta de entrega de materiais:

“Aqui que a gente iria receber se tivesse material, mas de segunda a sexta, ia ter uma rotatividade muito grande, porque a gente ia poder botar outras pessoas e iam trabalhar todo dia de segunda a sexta. A gente só trabalhava de segunda à sexta de oito às cinco com grupo tirando monte grupo, separando, grupo fardando. Iria ter essa rotatividade, fora que ia gerar emprego, mas a gente não tem, então a gente não trabalha todo dia. Exemplo, caiu sexta, vamos trabalhar segunda, trabalhamos e tiramos tudo, aí não cai mais monte, dá para fazer outros bicos que isso não tem mais o que fazer nessa parte para mim.” (Esmeralda, 2025).

Figura 2- Foto do ambiente de trabalho da cooperativa Renascer:



Fonte: Esmeralda (2025)

Devido as negligências e desacordos da prefeitura municipal com as cooperativas durante dez anos, utilizando-se de desculpas e estratégias sobre a não-regularização, a UFF junto à Defensoria Pública somou-se a luta dos cooperados, a fim de democratizar o acesso dos direitos previstos na Lei 12.305, de 02 agosto de 2010, como destaca a ação civil pública

da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pelo Juiz Eron Simas dos Santos (2025, p. 111):

Trata-se de cumprimento de sentença que determina a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na realização da coleta seletiva de resíduos sólidos no âmbito do município de Campos dos Goytacazes, por meio de apoio às cooperativas de trabalho. Cuida-se de demanda complexa, tenta em vista que, passados mais de 10 anos no trânsito julgado do feito e a obrigação de fazenda não foi adequadamente cumprida.

O documento impõe ainda sobre “a adoção de metas escalonadas para o aumento progressivo do número de resíduos recicláveis a serem destinados às cooperativas”, como também, a indicação do repasse de R\$ 600,00 aos cooperados mensalmente, auxiliando-os na gestão e manutenção das cooperativas, limitados a 20 cooperados de cada cooperativa de material reciclável do município.

Por fim, a sentença prevê a contratação direta das cooperativas, não como uma obrigação legal do município, mas como uma recomendação estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos para os municípios que possuíam lixões no momento de seu encerramento. Entretanto, para que essa contratação possa ocorrer, torna-se imprescindível a prévia regularização jurídica e administrativa das cooperativas.

Os cooperados relatam que já estão recebendo o auxílio desde o terceiro trimestre de 2025, mas que esse auxílio não é o real objetivo deles, e sim, o aumento da quantidade de resíduos sólidos, reformas estruturais nos galpões, definição de rotas do caminhão da coleta seletiva, fornecimento de EPI's e equipamentos operacionais aos catadores, e não menos importante, a contratação direta das cooperativas para a coleta seletiva municipal, o que parece distopia aos olhos da Esmeralda:

“Você acha que o contrato sai?”

“Não.”

“Mesmo com a pressão da Defensoria Pública?”

“Eles já falaram que em 2027, que é quando o contrato com a Vital acaba, aí eles vão ver se eles contratam as cooperativas para fazer a coleta seletiva, mas não vai não, não vai mesmo. Eles vão continuar pagando isso aí, porque tem que pagar, eles deram prazo de dois anos, mas dois anos se não contratar, que é o prazo que eles têm de quatro anos para contratar, mas não vai sair.”

“Continua com auxílio?”

“Que eu acho muito pouco, eu acho pouco por ser R\$600,00, que é menos de salário mínimo, R\$1.518,00 é baixo. Segundamente, acredito eu que não deveria ser por cooperado, porque eles não entendem que a gente ganha por hora, quanto mais cooperado, menos dinheiro a gente vai receber, aí vamos lá, eles pagam R\$600 por pessoa, 10 pessoas pagam R\$6.000,00 está bom, mas aí, no caso, é R\$ 600,00 só. Aí eles falaram que a gente pode botar até 20 cooperados. A gente pode botar mais 10 pessoas, aí vai vir R\$12.000,00 mas eu preciso botar 10 pessoas? Sendo que vai

continuar R\$600, a gente não quer mais pessoas, a gente quer receber mais, as pessoas que estão na cooperativa dão conta de fazer o trabalho que está, o que chega para a gente.

Eles não podiam pagar os R\$12.000,00? E eu acho que independente de cooperado, eles tinham que pagar fixo para todo mundo, vamos pagar por cooperativa R\$12.000,00 e a gente vai pagar é igual. Nova Esperança paga motorista, paga caminhão e paga combustível. Aí ele virou para mim e falou na última reunião ‘É agora que vocês receberam esse dinheiro’ que nossa para eles é muito dinheiro, ‘agora vocês receberam sim, vocês podem contratar caminhão’. Está bom, aí eu vou pegar e vou pagar R\$3.000,00 de caminhão e R\$ 3.000,00 de combustível, junto com o motorista, não tenho rota, não tem gente que doa, não tem educação ambiental, para eu ficar andando para eu poder abrir saquinho de lixo? Eu quero pegar ponto de coleta, quero pegar de mercado, quero pegar de empresa, aí sim vale a pena, agora para eu poder ficar abrindo sacolinha de lixo antes de o lixeiro passar não compensa. O certo era pagar pelo menos salário para cada um e o dinheiro aqui não vai para os cooperados, gente pode ratear, a gente paga o contador, a gente paga passagem.” (Esmeralda, 2025).

Esmeralda (2025) relata as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano da cooperativa, dentre eles, o valor do auxílio recebido pela prefeitura por cooperado, mesmo sendo um valor útil, acaba sendo pouco para a realização de todas as tarefas administrativas e/ou suplementação do valor mensal recebido pelas vendas dos resíduos sólidos.

Destarte, os jovens cooperados vivenciam atividades pesadas, insalubres, exaustivas e com rendas desproporcionais ao lucro que a cadeia de reciclagem é capaz de gerar. Tais experiências estão associadas ao modo capitalista que utiliza formas indiretas de exploração do trabalho, mesmo com a isenção dos contratos por parte das indústrias, há uma dependência profunda do trabalho dos catadores por parte desse sistema para manter a cadeia de reciclagem ativa. Contudo, os custos sociais, físicos e emocionais advindos desse trabalho estão sobre os ombros dos próprios trabalhadores.

4.4 Desafios e expectativas: quais são os desejos dos jovens cooperados enquanto classe trabalhadora?

Diante a vários conflitos e resistências vivenciados pelos jovens e demais membros das cooperativas, foi possível analisar os laços que os mantêm unidos como trabalhadores por meio da autogestão. Ao serem questionados sobre os motivos de sua permanência no cooperativismo, os sujeitos destacaram aspectos positivos, tais como a união, a facilidade de aprendizado e a flexibilidade de horários.

“Você já pensou em sair da cooperativa?”

“Não.”

“O que te mantém aqui, além de você receber um “salário”, tem outra coisa que te mantém aqui?”

“Eu já gosto de trabalhar aqui, as amizades também são boas.”

“É um trabalho tranquilo para você?”

“É.”

“É perto da sua casa?”

“É perto.” (Citrino, 2026).

O Ônix (2026) também afirmou gostar de trabalhar na cooperativa e que não trocaria por outro trabalho informal, apenas de carteira assinada, o que demonstra a consciência de classe ao saber os pontos positivos do trabalho formal, sendo eles: direitos trabalhistas e previdenciários, o que não são possíveis ao trabalhar nas cooperativas em dado momento:

“Já pensou em sair da cooperativa?”

“Já, já me ofereceram emprego, é porque já me acostumei aqui também.”

“O que te mantém aqui?”

“Aqui é alegria, fala pra você, aqui parece uma família também, aqui cada um ajuda o outro, e às vezes nós sai do serviço que apoiou aqui e aí chega lá no outro não dá certo, nós vamos ter que voltar pro mesmo, mas um dia eu ganhar uma carteira assinada, né, tem que ir né, carteira assinada é outra coisa.” (Ônix, 2026).

O relato de Safira demonstra como a interrupção dos estudos intensificou as dificuldades de acesso ao emprego formal, um panorama compartilhado pelos outros cooperados. Evidencia-se a consciência de que a continuidade dos estudos é fundamental; contudo, faz-se necessário superar barreiras estruturais que impossibilitam a formação básica e profissional, exigindo o desenvolvimento de políticas públicas de emprego voltadas às camadas populares, em especial aos jovens que necessitam somar com as despesas domésticas.

“Você já pensou em sair da cooperativa?”

“Não.”

“O que te mantém aqui? A diferença daqui para os outros trabalhos?”

“Eu não terminei meus estudos, então pra mim é difícil, emprego já é difícil, então como não terminei meus estudos fica mais difícil ainda.”

“Pra você qual o sentido de trabalhar na cooperativa? As facilidades ou as dificuldades aqui?”

“Eu tive um pouco de dificuldade no começo, foi tudo muito novo pra mim e no começo eu achei que nem eu ia dá conta, mas com o tempo com a paciência que eles

têm de ensinando, a gente foi ficando mais tranquilo e eu também sou muito fácil de aprender as coisas.” (Safira, 2026).

Rubi (2026), que acumula cerca de nove anos de cooperativismo, afirma que permanece na cooperativa por razões de subsistência. Contudo, desperta o desejo de transitar para o emprego formal, valendo-se das qualificações que já concluiu. Destaca-se, que a jovem reconhece a centralidade dos estudos em sua vida, externalizando a meta de concluir o ensino técnico e ingressar na área pretendida, conforme relata ao ser indagada sobre seu futuro profissional em médio prazo: *'Técnico de Segurança'*.

Além disso, declara sobre a importância do vestibular como uma saída proposta para o trabalho informal, mas que a prioridade é o trabalho, o que é vital e fundadora para todo ser humano, destacado por Marx (1980).

“Como é trabalhar na cooperativa? Lá não é carteira assinada, mas tem outras coisas que te fazem permanecer lá?”

“Sobrevivência, tipo hoje que fiz curso, vigilante, tenho vontade de fazer outros cursos, claro, tenho vontade de fazer bombeiro civil e outras coisas e já não tenho mais vontade de ficar lá, porque nove anos, esse ano faço dez, e se eu saio da empresa com esses anos todos, teria um bom dinheiro, né?”

“Sim.”

“Poderia fazer um investimento, levantar minha casa, veículo, coisa que não tenho.”

“A sua casa é própria?”

“É.”

“Você construiu com a cooperativa? Ou com a família?”

“Não, isso daqui foi do meu primeiro casamento, ele foi embora, nos separamos e eu fiquei na casa.

Tô pensando em sair de lá, não nego, o que queria mesmo era o curso de técnico de segurança de trabalho, mas eu tranquei ele com dois meses, aí meu plano ainda é esse. Só tenho arrependimento de não ter pensado assim cedo, porque já fiz 30, eu queria ter pensando cedo. Eu me inscrevi para o Enem, mas não consegui ir no pré-vestibular à noite, só tinha durante o dia, e de dia tem a cooperativa para trabalhar. **Tem que trabalhar, se não trabalhar não come, não se veste, não se calça.** Eu tive que escolher e pra mim foi muito frustrante, porque eu fiz a inscrição e no dia da prova eu não consegui nem ir, não vou conseguir passar, mas depois pensei, deveria ter ido, experiência para fazer como é o Enem.”

Como discutido, os jovens cooperados são atravessados por diversos marcadores sociais, como: classe, raça, gênero e território, sendo segregados a trabalhos precarizados e territórios estigmatizados, influenciando diretamente o acesso às políticas públicas. Assim, “a falta de acesso a uma educação de qualidade mantém a desvantagem social desses grupos, reduzindo suas chances de ascensão e participação plena na sociedade”. (Chizzotti; Casali, 2021 *apud* Vieira; Noskoski; Gysi, 2025, p. 1069).

São jovens, pais e mães de famílias, que dedicam seu tempo entre trabalhos precários e cíclicos em prol da subsistência familiar. Logo, mesmo que os estudos sejam vistos como oportunidade para ascensão social, ainda não estão alcançáveis por toda periferia.

Arroyo (2013) sinaliza que muitos jovens das periferias enfrentam uma experiência escolar marcada pela exclusão simbólica, pela desvalorização de suas vivências e pela ausência de políticas educacionais adequadas às suas realidades sociais. Dessa forma, a evasão escolar também expressa um processo de distanciamento entre escola e a juventude popular.

Mesmo a cooperativa sendo percebida como um status de “sobrevivência”, o cooperativismo na Codin também se tornou uma porta de entrada de trabalho de fácil inclusão e um modo de dispersão ao tráfico de entorpecentes, como relata Esmeralda:

“E qual o sentido a cooperativa tem para você? Nessa questão de trabalho, como que tem lhe mantido?”

“Então, eu acho que a cooperativa, assim, no meu caso, as pessoas que trabalham aqui, é uma coisa de renda que vem que você não tem que ter estudo, né? Que você, às vezes, nem todo mundo sabe coletar, trabalhar, mas você chega aqui, em uma semana você aprende tudo. É uma porta de oportunidade para muita gente que não tem condição de arrumar trabalho em outro lugar.

Eu acho que a cooperativa seria uma fonte de trabalho muito importante para esses jovens de hoje que tá se envolvendo com tráfico, porque não tem dinheiro, porque não tem condição de comprar uma roupa e que se perde, mesmo não sabendo que não tem retorno nenhum, mas para receber 20 reais no dia ali, se perde por isso.” (Esmeralda, 2025).

Ao questionar os jovens sobre o seu futuro enquanto classe trabalhadora, as respostas foram heterogêneas, o Citrino gostaria de empreender na expectativa de “ficar rico”, não sendo diferente do discurso neoliberal: “empreendedor de si mesmo”, percebido na fala do cooperado: **“O que você gostaria de trabalhar daqui a 2-3 anos? Uma profissão mesmo que você gostaria?”** ‘Trabalhar pra mim mesmo, quando ficar mais velho.’ **‘Continuar na barbearia ou tem o sonho de outra coisa?’** ‘Ah, tem que abrir mais coisa por aí, ficar rico ainda’” (Citrino, 2026).

O relato de Ônix, por sua vez, revela expectativas profissionais estritamente condicionadas ao seu contexto socioeconômico, sem grandes projeções de ascensão. Seu objetivo mais imediato é ingressar como profissional da limpeza pública; contudo, apesar de se tratar de uma função socialmente pouco valorizada, o jovem enfrenta dificuldades para nela se inserir devido à não conclusão da educação básica:

“Daqui a dois ou três anos, onde você se imagina trabalhando?”

“Na Vital, sou doido pra entrar na Vital, sou doido, sem sacanagem.”

“Trabalhar lá em qual função?”

“Gari.”

“Pra você, o que faltaria ou o que ajudaria pra você crescer na vida? Mudar de profissão? Conseguir um trabalho com salário melhor? Ser CLT? Estudo? Transporte?”

“Estudo também, transporte não, porque agora tenho uma moto, graças a Deus e força de vontade, às vezes eu não tenho vontade de procurar outro serviço, mas eu paro e penso, em outro serviço assim, mas eu coloco currículo, boto currículo e nada, é difícil, já tentei currículo na Vital, Atacadão, SuperBom, aí eles chamam mais pro Jovem Aprendiz também, e eu também não terminei meu estudo direito, eu acho também que pega por causa disso.” (Ônix, 2026).

A Esmeralda (2026), assim como a Rubi, deseja continuar os estudos e, por conseguinte, seguir uma profissão mais sólida futuramente, mas ainda a Esmeralda prioriza trabalhar na cooperativa como sua principal fonte de renda, atribuindo a autonomia, flexibilidade e autogestão como prioridade, como destaca: “Então, eu não pretendia sair daqui, eu pretendo outra profissão, quero fazer técnica de enfermagem, quero me formar em outra coisa para ter duas fontes de renda, mas sair daqui é só se piorar, chegar um ponto da gente voltar R\$ 400,00 de novo.” (Esmeralda, 2026).

Evidencia-se, que o processo de exclusão compele esses sujeitos a uma luta coletiva e cotidiana por sua reprodução social. Assim, são segregados do mercado de trabalho formal sob a justificativa de desqualificação profissional, sendo levados a reinventar novas formas de renda, com os famosos “bicos” para os homens e os programas de transferência de renda para as mulheres.

O contexto de políticas neoliberais no país traz mutações intensamente estruturais, combinando a modernização tecnológica com formas arcaicas de exploração do trabalho, gerando o debate da “modernização regressiva”, apontado por Hall (1988). Tal efeito é percebido nas regressões dos direitos sociais, privatizações e desregulamentações financeiras, especialmente, no processo das contrarreformas no Brasil, com o intuito de modernizar o Estado, suprimindo a política social. (Behring, 2008).

Destaca-se, que a construção das cooperativas foi através de intenso trabalho político e social de resistência, o que se reverbera até o momento, idas e vindas à UFF para diversas reuniões com Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), inclusive capacitações com todas as cooperativas de materiais recicláveis do município, articulando saberes interdisciplinares e aprimorando o diálogo político e social junto à Defensoria Pública.

Figura 3- Capacitação das Cooperativas com MNCR e Reunião com à representante da Defensoria Pública do município (2025):



Fonte: Autoria própria (2025)

A luta pelo reconhecimento do trabalho dos cooperados e pelo acesso aos direitos, como discutida, são tratadas há mais de uma década, sendo levadas aos espaços públicos de discussão de direitos da população como, por exemplo, a Audiência Pública na Câmara Municipal de Campos realizada no dia 06/09/2023, sendo seu objetivo principal: a Política Municipal da Coleta Seletiva e a inclusão socioeconômica dos catadores, infraestrutura e contratação das cooperativas no Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

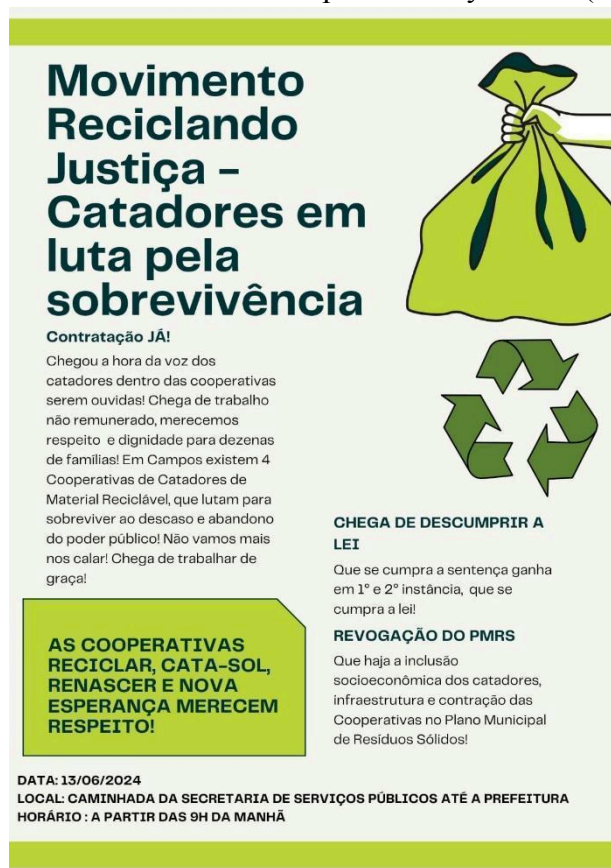
Figura 4- Audiência Pública na Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes (2023)



Fonte: Autoria própria (2023)

A luta pela inclusão também atravessou as quatro paredes, indo às ruas como forma protestar seus direitos e ser visibilizados como sujeitos políticos, dando à voz aos catadores em meio às ruas centrais da cidade, organizadas por passeatas até a Prefeitura Municipal. Ressalta-se, o objetivo central não é criar confrontos, mas mobilizar o poder público a atender os direitos e deveres indicados por leis e decretos a favor dos catadores de materiais recicláveis de todo o país, como indica o cartaz abaixo:

Figura 5- Cartaz com convite para a passeata pública em defesa ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes (2024):



Fonte: Almeida (2024).

Em suma, o reconhecimento e a valorização dos catadores enquanto cooperativas devem ser legalizadas, a luta pela sobrevivência e pelo ganho por um trabalho extremamente precário e insalubre, mas que se estima bilhões de reais por ano as indústrias de reciclagem devem não ser apenas observadas ou dialogadas, mas também defendidas e inseridas no âmbito do direito municipal de cada estado brasileiro. Assim, o propósito deste trabalho é romper estigmas e preconceitos direcionados a extratos da classe trabalhadora, como também

de respeito e favorecimento à luta contínua dos catadores de materiais enquanto sujeitos de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a trajetória dos jovens cooperados que atuam nas cooperativas de resíduos sólidos urbanos localizadas no bairro da Codin, em Campos dos Goytacazes. O estudo propôs uma análise das condições de trabalho, das estratégias de reprodução social e da interface com políticas públicas de inclusão produtiva e de gestão de resíduos sólidos desses sujeitos.

A pesquisa visava esclarecer algumas questões pertinentes na vivência dos jovens cooperados, dentre elas, o perfil socioeconômico dos sujeitos; as ocorrências de evasão escolar e os empecilhos para o retorno estudantil; a influência do território no acesso à mobilidade social e, não menos importante, a trajetória de trabalho antes e durante as atividades do cooperativismo, a partir dos marcadores de classe, raça e gênero.

De modo macro, o estudo apresenta as mutações e os dilemas do trabalho juvenil contemporâneo no país, com base em discussões teóricas e em dados atualizados provenientes do Ipea, IBGE, Rais, Caged e Novo Caged. Esta análise foi necessária para estabelecer uma ligação com as experiências locais e demonstrar que a instabilidade econômica, a precarização do trabalho e a ausência de garantias trabalhistas constituem um processo estrutural das condições capitalistas do país.

No âmbito do Serviço Social, o estudo contribui para a compreensão das expressões da questão social entre jovens, nomeadamente a pobreza, a evasão escolar, a entrada precoce no mercado de trabalho e a vulnerabilidade territorial. Pode-se inferir-se que o estudo evidencia a forma como as desigualdades sociais se manifestam concretamente na vida dos jovens cooperados e a necessidade de um olhar crítico no planejamento de políticas públicas voltadas para este segmento.

Embora o estudo apresente uma discussão densa e centrada, este apresentou algumas limitações metodológicas, dentre elas, o número reduzido de participantes. Além disso, só foi possível estabelecer contato com três cooperativas de resíduos sólidos do município, das quais apenas duas aceitaram participar, limitando o espaço para a troca de informações e maximização dos dados dos jovens cooperados das cooperativas de resíduos sólidos urbano do município.

É importante ressaltar que os dados apresentados não visam explicar a totalidade da realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis nem abordar de forma mais abrangente a experiência dos jovens no território da Codin. O objetivo foi analisar experiências concretas de uma amostra limitada de jovens cooperados entrevistados.

As análises observadas suscitaram alguns consensos, tensões e dissensões entre a literatura abordada e as experiências identificadas na pesquisa. O primeiro consenso refere-se à compreensão de que as trajetórias juvenis são influenciadas pelas desigualdades sociais. A partir dos resultados encontrados, confirmam-se às análises de autores como Dayrell (2003, 2007), Abramo (2005) e Esteves e Abramovay (2008), que defendem a existência de múltiplas juventudes cujas experiências são condicionadas por fatores como classe social, raça, gênero e território. No que se trata a pesquisa, os jovens cooperados investigados apresentaram trajetórias marcadas pela pobreza, inserção precoce no trabalho, dificuldades educacionais e pertencimento a territórios periféricos, confirmando a perspectiva de que a condição juvenil é vivida de forma desigual.

Outra interseção diz respeito à relação entre trabalho e escolarização. No que se trata da literatura, foi apontado que os jovens das classes populares frequentemente enfrentam impedimentos para conciliar estudo e trabalho, o que pode contribuir para a evasão escolar. Os resultados da pesquisa corroboram essa discussão ao evidenciarem que parte dos jovens cooperados possui baixa escolarização ou trajetórias educacionais interrompidas, reforçando as análises de Arroyo (2013), Bourdieu (1980, 1989) e Champagne e Bourdieu (2008) acerca da reprodução das desigualdades educacionais.

Também há forte aproximação com as formulações de Antunes (2000, 2018, 2020), Harvey (2008), Calvete (2022) e Sousa (2022) sobre as mutações do trabalho e sua intensa precarização. Ao correlacionar com os relatos dos jovens cooperados, revelou-se atividades em torno do trabalho informal marcadas por instabilidade econômica, desgaste físico e ausência de garantias trabalhistas, elementos que caracterizam as novas formas de exploração do trabalho sob o capitalismo neoliberal.

Uma das principais tensões emerge em relação ao cooperativismo. Assim, parte da literatura vinculada à economia solidária, especialmente os estudos de Singer (2002), enfatiza o potencial emancipatório das cooperativas, destacando a autogestão, a solidariedade e a democratização das relações de trabalho.

Entretanto, os resultados da pesquisa indicam que essa potencialidade diverge com limites estruturais importantes. Embora a cooperativa represente uma alternativa de geração de renda e um espaço de pertencimento coletivo, os jovens continuam inseridos em uma cadeia produtiva marcada pela exploração econômica e pela vulnerabilidade social. Assim, os achados revelam que a autogestão não elimina automaticamente as desigualdades produzidas pelo mercado capitalista.

Outra tensão aparece na relação entre trabalho e autonomia juvenil, os estudos abordados sobre a juventude destacam o trabalho como elemento de construção da identidade, independência e reconhecimento social. No entanto, os jovens pesquisados frequentemente associam o trabalho à necessidade de sobrevivência econômica, e não necessariamente à realização pessoal ou à construção de projetos futuros mais amplos.

Destaca-se outra divergência no estudo sobre a ideia de inclusão social pelo trabalho, embora a literatura frequentemente apresente a inserção produtiva como mecanismo de integração social, os resultados sugerem que a simples participação no trabalho não garante superação da pobreza nem acesso pleno à cidadania, perceptível na vivência dos jovens cooperados que continuam enfrentando limitações relacionadas à renda, escolarização e acesso a direitos sociais.

Em suma, a pesquisa confirma boa parte das interpretações da literatura sobre juventude, desigualdade social e precarização do trabalho. Contudo, ela também revela as contradições do cooperativismo popular e os limites das explicações centradas no empreendedorismo e na responsabilização individual. Os resultados demonstram que a cooperativa constitui simultaneamente um espaço de inclusão, resistência e sobrevivência, mas também um ambiente atravessado pelas desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira.

As análises dos resultados visam contribuir para a criação de estratégias, por parte das políticas públicas, que contribuam para a permanência dos jovens e adolescentes na escola, e associadas a isso, formulações e implementações de políticas de primeiro emprego, como também o maior índice de contratação de jovens aprendizes na região periférica. Por fim, que o poder público municipal se atente à mobilidade social do bairro, a fim de romper com barreiras estruturais e territoriais vivenciadas pelos jovens cooperados. É importante salientar que, apesar do número limitado de entrevistados, os dados refletem, pelo menos em parte, a experiência daqueles que dependem da reciclagem para a sobreviver com dignidade numa sociedade capitalista.

Com base nos resultados do estudo apresentado, propõe-se a realização de novas pesquisas que visem enriquecer o debate sobre os jovens cooperados. A primeira questão a abordar é a forma como as condições territoriais influenciam os projetos de vida, as oportunidades de trabalho e o acesso às políticas públicas pelos jovens cooperados. E, para além da análise das cooperativas, importa igualmente estudar como os jovens e adolescentes residentes no bairro da Codin acessam às políticas públicas e que obstáculos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho.

Em termos de saúde física, emocional e psicológica, que impactos são vivenciados por estes jovens trabalhadores que se encontram em cooperativas de reciclagem? A saúde desta fração da classe trabalhadora é um tema que carece de uma discussão mais aprofundada, conforme demonstrado pelos dados apresentados. Há uma necessidade emergente de estudar as causas, as experiências e as consequências do trabalho precarizado e insalubre realizado por estes trabalhadores.

A experiência de aprofundar o debate sobre os jovens cooperados das cooperativas de materiais recicláveis da Codin permitiu-me compreender, de forma mais ampla e crítica, as condições de trabalho impostas aos jovens, não só pela literatura discutida no primeiro capítulo, mas, especialmente, pelos dados subjetivos que eles apresentam durante as entrevistas. Deste modo, a discussão sobre a trajetória anterior e atual destes sujeitos, com especial enfoque nos marcadores de classe, raça e gênero, demonstrou a persistência do racismo estrutural, da reprodução social da pobreza e do patriarcado, bem como a importância do trabalho feminino na articulação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo nos moldes capitalistas.

Consequentemente, é indiscutível a relevância de analisar a inserção e trajetória de trabalho dos jovens cooperados, bem como a dos jovens pobres, negros e periféricos deste município. Os resultados evidenciam como estes indivíduos experienciam as lutas coletivas das cooperativas de materiais recicláveis deste município para preservar a sua principal, se não a maior parte, fonte de renda. Ademais, é necessário discutir as lutas e resistências desses jovens nos espaços públicos, nos meios de comunicação social e, principalmente, com os representantes do poder público municipal.

Em suma, recomenda-se que este estudo não seja considerado um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida para novas reflexões e debates acadêmicos sobre a juventude trabalhadora e as cooperativas de materiais recicláveis. O intuito consiste em contribuir para a visibilidade destes sujeitos, que historicamente se encontram marginalizados. Dessa forma, o estudo reafirma o compromisso da produção acadêmica com a compreensão crítica da realidade social e com a construção de conhecimentos necessários para subsidiar ações que visem reduzir as desigualdades sociais e ampliar a cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. **Ação Educativa**, Brasil, p. 19-35, 30 dez. 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/212>. Acesso em: 6 abr. 2026.

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Clara. Estudar e trabalhar: Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos CEBRAP**, [s. l.], v. 39, ed. 3, p. 523-542, 17 dez. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000030004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/HffJZGdxz6Z36cqbFwQ5nH/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2026.

ALVARENGA, Flávia Ribeiro de. **FORMAÇÃO SOCIOHISTÓRICA DO SUBDISTRITO DE GUARUS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES — RJ**: um processo de segregação. Orientador: Antenora Maria da Mata Siqueira. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, [S. l.], 2020.

ALMEIDA, Érica T. V. de. Conflito e resistência na periferia da cidade - a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ, 2010 -2019. In: LAGO, Luciana Corrêa do; MELLO, Irene Mello, PETRUS, Fernanda (Org.). **Da cooperação na cidade à cidade cooperativa**. 1. ed. Marília/SP: Editora Lutas anticapital, 2020.

ALMEIDA, Érica T. Vieira de, *et al.* PROTAGONISMO E ESFERA PÚBLICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: a trajetória recente dos catadores do lixão da Codin. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette; GOES, Fernanda Lira. **Catadores de Materiais Recicláveis Um encontro nacional**. [S. l.: s. n.], 2016. cap. 13, p. 293-308.

ALMEIDA, Érica T. V. de. **O protagonismo dos sujeitos periféricos em Campos dos Goytacazes**. Relatório do Estágio Pós-Doutoral (Pós-Doutorado em Sociologia Política). UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. [S. l.]: Pólen livros, 2019. 264 p.

ALMEIDA, Magali. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em pauta**, RJ, 2014.

ALMEIDA, Mayllon Galban de; ARAÚJO, Elisangela Luzia; CASTILHO, Mara Lucy. Economia Solidária: origens, fundamentos e consolidação como campo de pesquisa no Brasil. **A economia em revista**, [s. l.], v. 32, p. 43-62, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/download/76770/751375161516/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

ALVES, Giovanni. **A lumpenização das classes sociais no Brasil**. [S. l.], 16 set. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/09/16/a-lumpenizacao-das-classes-sociais-no-brasil/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

ANCAT . Francisco de Paula Lima (org.). **Atlas brasileiro de reciclagem**. 1. ed. São Paulo: [s. n.], 2022. 117 p. Disponível em: <https://atlasbrasileirodareciclagem.ancat.org.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. **IPEA**, Brasília, p. 25-32, 27 nov. 2008. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/09_juventude_e_trabalho.pdf. Acesso em: 21 maio 2026.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020. 50 p

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; Braga, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo Editorial. . Acesso em: 29 set. 2025. , 2009.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. **Ipea**, [s. l.], v. 37, p. 25-32, 2008. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/09_juventude_e_trabalho.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

AYRES, L. Thematic coding and analysis. In: **GIVEN, L. M. The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., 2008. p. 867-868.

BARCELOS, Sabrina Machado de. **Juventude, violência e território: um estudo de casos de mortes violentas de jovens a partir da cidade de Campos dos Goytacazes**. 2022. 118 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/21068/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Sabrina%20Machado%20de%20Barcelos%20-%202022%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BALTAR, Paulo. Formação, Estruturação e Crise do Mercado no Brasil. In: DEDECCA, Claudio Salvadori; PRONI, Marcelo Weishaaupt. **Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudos dirigidos**. Campinas: Instituto da Economia Unicamp, 2006. cap. 1, p. 9-27.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. **A economia dos pobres**: uma nova visão da desigualdade. [S. l.]: Zahar, 2019. 542 p. Disponível em: <https://dlivros.com/livro/economia-pobres-abhijit-banerjee>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação e perda de direitos. Cap. 1 Capitalismo Contemporâneo e Estado p. 31-76 e Cap. 2 O Brasil dos anos 1990: contrarreforma e destruição – p. 113-126, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino, (Tradução de C. Perdigão Gomes da Silva), **Ed. Vega**, Lisboa, s.d., 302 pp.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 481-486.

BRASIL. Decreto nº 11.043, de 30 de novembro de 2023. 0. Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Brasília, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/meio-ambiente-urbano-recursos-hidricos-qualidade-ambiental/plano-nacional-de-residuos-solidos>. Acesso em: 1 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Novo CAGED**. Brasília, 26 mar. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2026/marco/pagina-inicial>. Acesso em: 28 maio 2026.

Brasil. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (org.). **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?**. [S. l.], 1 jul. 2017. Disponível em: <https://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRAGA, Thaiz Silveira Braga; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **PESQUISA & DEBATE**, SP, v. 17, n. 1, p. 106-123, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/11852>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 12 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, [S. l.], 12 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2025**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2025/rais-2025>. Acesso em: 28 maio 2026.

BRANCO, Emerson Pereira; ADRIANO, Gisele; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; IWASSE, Lilian Fávaro Alegrância. Evasão escolar: desafios para permanência dos

estudantes na educação básica. **Revista Contemporânea de Educação**, [s. l.], v. 15, ed. 33, 28 ago. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v15i34.34781>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/34781>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial**. RAE 50 (1), 2010.

BRIDI, Maria Aparecida; TROPIA, Patricia Vieira; VAZQUEZ, Barbara Vallejos. Teletrabalho e saúde no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista brasileira de saúde ocupacional**. 2024;49:edcinq3. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/34122pt2024v49edcinq3>

BRITTO, Viníus; GIL, Brisa. Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022. [S. l.]: Estatísticas Sociais, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022>. Acesso em: 10 mar. 2026.

CALVETE, Cássio da Silva. A indústria 4.0 e a nova razão do mundo. In: DAL ROSSO, Sadi et al. (orgs.). **O futuro é a redução da jornada de trabalho**. Porto Alegre: CirKula, 2022. p. 49-68. Acesso em: 05/07/2025 <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2022/09/A-Reducao-da-Jornada-de-Trabalho-e-o-Futuro.pdf>

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni. Políticas de emprego, trabalho e renda. In: **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2008. cap. 4, p. 45-55. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/3b37fa94-94ac-4734-90d9-5486e365acb3>. Acesso em: 9 set. 2025.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, dez. 2002.

CODEÇO, Tatiane Soares da Cunha; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MATTOS, Valéria Pereira; SILVA, Elmo Rodrigues da. Políticas de apoio às organizações de catadores: uma revisão bibliográfica. **Revista foco**, [s. l.], v. 18, ed. 8079, p. 01-22, 2018. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8079>. Acesso em: 31 mar. 2026.

CONJUVE (org.). **Juventudes e a Pandemia: E agora?**. Brasília: [s. n.], 2020. 88 p. Disponível em: https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2022/09/JuventudesPandemia3_Relato%CC%81rioNacional_20220923.pdf. Acesso em: 1 out. 2025.

COSTA, Marcos. **1888: uma biografia da abolição da escravidão no Brasil**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2024. 250 p.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 40-52, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?lang=pt>. Acesso em; 03 mar. 2026.

DAYRELL, Juarez. A ESCOLA “FAZ” AS JUVENTUDES?: REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL. **Educação Social**, Campinas, v. 28, ed. 100, p. 1105-1128, 30 out. 2007. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

DRUCK, Graça; VIEIRA, Denise. As transformações do trabalho dos servidores públicos: reformas administrativas, digitalização e privatização do Estado. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva**. O trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023. P. 307-322.

ESTEVES, Luiz Carlos; ABROMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. VI Congresso Português de Sociologia, **Mundos sociais: saberes e práticas**, Lisboa (Portugal): Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026

EWES, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling**: uma descrição dos métodos.. Orientador: Luciana Neves Nunes. 2013. Monografia (Bacharel em Estatística) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2013.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344233204_FEDERICI_Silvia_O_ponto_zero_da_r_evolucao_trabalho_domestico_reproducao_e_luta_feminista_Traducao_Coletivo_Sycorax. Acesso em: 10 mar. 2026.

FOGUEL, Miguel Nathan; COSTA, Joana Simões de Melo. **Mudanças nos Principais Indicadores do Mercado de Trabalho Brasileiro**: uma análise com base nas PNADs de 2001 a 2013. Brasília: Ipea, 2014. 29 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/83c76445-bfcc-4afd-8863-496101aa5edd>. Acesso em: 6 out. 2025.

FUNDACENTRO; UNIVERSIDADE FEDERAL DE BAHIA (org.). **Levantamento sobre o Trabalho de Entregadores e Motoristas das autointituladas “plataformas digitais”**. 2. ed. Bahia: [s. n.], 2023. v. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2023/agosto/fundacentro-e-ufba-celebram-acordo-para-mapear-adoecimento-ocupacional/relatorio-caminhos-do-trabalho-2023-entregadores-e-motoristas-final.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Ensino & Pesquisa**, [s. l.], ed. 1, p. 19-29, 2017. DOI 10.5902/2236499422589. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W2607272658>. Acesso em: 4 maio 2026.

Fundação Itaú. **Juventudes negras e empregabilidade**. Brasil: [s. n.], 2025. 92 p.

FREITAS, Luana *et al.* **Boletim Monitora MDS**. 15. ed. [S. l.], 30 jan. 2026. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagica/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_343.pdf. Acesso em: 3 maio 2026.

GALDINO, Larissa; RIBEIRO, Victoria Lisie Claudio; FRANCO, Loren Dutra; SARAIVA, Marize de Fátima Alvarez. Inclusão social e políticas públicas na relação catadores de recicláveis e reutilizáveis e administração pública: o papel do poder público no incentivo à reciclagem e ao trabalho dos catadores de reutilizáveis. **Vianna Sapiens**, [s. l.], v. 15, n. 5, 24 dez. 2024. DOI: 10.31994/rvs.v15i2.999. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/999>. Acesso em: 7 abr. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HAESBAERT, Rogerio; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Rio de Janeiro: Geo UERJ, n.5, p. 7-19, 1999. Disponível em: [Vista do O território em tempos de globalização](#). Acesso em: 24 set. 2023.

HALL, Stuart. ***The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left***. London: Verso, 1988.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. 256 p.

HARVEY, David. ***O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo***. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2011. 224 p

HOLLAND, Marcio. A crise financeira corrigiu a taxa de câmbio no Brasil?. **Economia & Tecnologia**, [s. l.], p. 1-4, 29 maio 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27297>. Acesso em: 13 out. 2025

IANNI, Octavio. A ideia de Brasil moderno. São Paulo, Editora brasiliense.

IAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Relatório de Pesquisa: Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos**. Brasília: [s. n.], 2010. 66 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/005846e2-fde5-4d9d-a5c3-2f3de4afe1d0>. Acesso em: 15 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de Campos dos Goytacazes: 2022**. IBGE, 2023. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 10 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (Brasil). PNAD Contínua. Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, Brasil, p. 1-65, 25 out. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/448a4b1b10d3cba64647966eb2772316.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS - 2023: Uma análise das condições de vida da população brasileira. **IBGE**, Brasil, 6 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/070903d82038130a93f0374ada39f81d.pdf. Acesso em: 16 jan. 2025.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Mobilidade social no Brasil: da ascensão ao descenso sócio-ocupacional em 5 anos**. [S. l.], 7 abr. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2022/04/07/mobilidade-social-no-brasil-da-ascensao-ao-descenso-socio-ocupacional-em-5-anos>. Acesso em: 20 abr. 2026.

KREIN, José Dari. Mudanças e tendências na regulação do Trabalho. In: DEDECCA, Claudio Salvadori; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Políticas Públicas e Trabalho**: textos para estudos dirigidos. Campinas: Instituto da Economia Unicamp, 2006. cap. 1, p. 9-27.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidade**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 331 p.

LAPA, Raphael Santos. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da Covid-19:: análise dos dados da Pnad da Covid-19/IBGE. In: SILVA, Sandro Pereira; CORSEUIL, Carlos Henrique; COSTA, Joana Simões (org.). **Impactos da pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. cap. 13, p. 285-303. ISBN 978-65-5635-042-4. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/ff778e39-8c4f-4ff7-84a0-7af497c7cdfa/download>. Acesso em: 9 out. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. t I e II; 1970

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável:: uma profissão para além da sobrevivência?. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], p. 62-71, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/gWdXk8YT3TyLyGyNgrdLj7N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTTA, Astrid Maciel. Análise da produção do ciclo intergeracional da pobreza nas favelas do Rio de Janeiro. Tese (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios**: Revista da Filosofia, São Paulo, v. 27, n. 53, maio - ago. 2020.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271 p.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006.

NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA
NETRAD. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD**. Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2022.

OLIVEIRA, Renato Almeida. A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NA FILOSOFIA DO JOVEM MARX E SUAS IMPLICAÇÕES ANTROPOLÓGICAS. *Kínesis*, [s. l.], v. 2, 3, p. 72-88, 2010. Disponível em:
https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/6_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

Organização Mundial do Trabalho (OIT). **Panorama Laboral 2024**: América Latina e Caribe. Disponível em:
https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-02/PL%202024_portuguese_ResumoExecutivo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

PAGOTTO, Claudete. O trabalho em cooperativas: precarização e luta social. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 69–82, 2019. DOI: 10.23925/ls.v23i42.47434. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/47434>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PARKER, Charlie; SCOTT, Sam; GEDDES, Alistair. **Snowball Sampling**: SAGE Research Methods Foundations. Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos., UK, 2019. DOI 0.4135/. Disponível em:
<http://methods.sagepub.com/foundations/>. Acesso em: 8 set. 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social do segundo pós-guerra**: ascensão e declínio. *Serviço Social e Saúde*, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 11-19, 7 maio 2010. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/ss.v9i2.8634888>

PESSOA, Franciele da Silva. **JUVENTUDES E O MUNDO DO TRABALHO**: um debate sobre os jovens das cooperativas de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes. Orientador: Érica Terezinha Vieira de Almeida. 2023. 73 p. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, [S. l.], 2023.

PISANO, Viviane; DEMAJOROVIC, Jacques; BESEN, Gina Rizpah. Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil: perspectivas das redes de cooperativas de catadores. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 25, 2025. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/GrwgLFsQbf7dNSXB64GqVTg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2026.

POCHAMANN, Marcio. Juventudes em busca de novos caminhos no Brasil. *In*: FUNDAÇÃO PERSEU AHRAMO. **Juventude e Sociedade**: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004. p. 217-240.

PORCHAMANN, Marcio. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. **Revista Juventude**, [s. l.], 2007. Disponível em:

<https://observatoriодоensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/situac3a7c3a3o-do-jovem-no-mercado-de-trabalho-marcio-pochman.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

RAICHELIS, Raquel; CASTELO, Rodrigo. *A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas — entrevista especial com Rodrigo Castelo*. **Revista de Políticas Públicas**, v. 17, n. 2, p. 389-393, jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p389-393>. Acesso em: 10/08/2022.

RIBEIRO, Lilian Lopes; BENEVIDES, Alesandra de Araújo. A pobreza intergeracional no Brasil é transmitida por fatores sociocomportamentais?. **Revista De Economia Política**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 1-19, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3722>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/z5y6g7mfg6r6SkfdbcpFZWL/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2026.

RIO DE JANEIRO. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. **Ata de Audiência de Assentada do Processo n. 0037144.2012.8.19.0014**. Campos dos Goytacazes, RJ: 04 de junho de 2025.

RODRIGUES, Francisca (coord.). CADERNO ECONOMIA SOLIDARIA. 1. ed. São Paulo: [s. n.], 2012.

https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/arquivos/caderno-de-economia-solidaria_anteag.pdf p. Disponível em:

https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/arquivos/caderno-de-economia-solidaria_anteag.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

RIZZINI, Irene, CALDEIRA, Paula, CALDEIRA, Alessandra e BARROS, Denise. Juventude e participação cidadã. XXVII International Congress of the Latin American Studies Association: **Rethinking Inequalities**. 2010.

SANEH, Giuliano. Apertando o parafuso: a ideologia da adaptação. *In*: SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; GROPPPO, Luís Antonio. **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo**. [S. l.]: Editoria em debate, 2011. p. 251-270. Disponível em:

<https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/13-Dilemas-e-contestacoes-das-juventudes.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2026.

SANTOS, Felipe; ROSAS, Hugo. **QEDu Juventudes e Trabalho**: novos dados permitem retrato atualizado dos jovens do Brasil. [S. l.], 27 jun. 2024. Disponível em:

<https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/qedu-juventudes-e-trabalho-novos-dados-permitem-retrato-atualizado>. Acesso em: 15 out. 2025.

SOUSA, Euzébio Jorge Silveira. **Juventude, trabalho e o subdesenvolvimento**. 1. ed. Curitiba: Appris. Editora, 2022.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. **Serviço Social Revista**, Londrina, v. 16, ed. 1, 2013. DOI 10.5433/1679-4842.2013v16n1p5. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423/14620>. Acesso em: 18 fev. 2026.

SPOSITO, Marília Pontes. **Estado da Arte sobre juventude: uma introdução**. O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006), Volume 2. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm. 2009. Acesso em: 21 jun. 2026.

STROH, Paula Yone *et al.* COOPERATIVISMO, TECNOLOGIA SOCIAL E INCLUSÃO PRODUTIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira. **Catadores de Materiais Recicláveis Um encontro nacional**. [S. l.: s. n.], 2016. cap. 10, p. 247-266.

Trabalho decente e juventude no Brasil. [Brasília]: **Organização Internacional do Trabalho**, 2009. 220 p

TYGEL, Daniel. O que é Economia Solidária. [S. l.], 4 nov. 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em: 19 mar. 2026.

MARTINS, Valter; LIMA, Neusa Cavalcante. Desigualdades socioeconômicas e transformações territoriais em Campos dos Goytacazes: uma análise multidimensional a partir dos dados das famílias do cadastro único e beneficiárias do Bolsa Família. In: MARTINS, Valter. **Mapeamento e diagnóstico socioterritorial do programa Bolsa Família em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro**. [S. l.: s. n.], 2025. cap. 3, p. 61-97.

VALLIN, Isabella de Carvalho; DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves. Injustiça Ambiental e Gênero: Um Olhar Sobre as Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis. **VIII Encontro Nacional da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em ambiente e sociedade**, [s. l.], out. 2017.

VELOSO, Fernando. O impacto da pandemia no mercado de trabalho. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (org.). **Macroeconomia**. [S. l.]: FGV IBRE, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 8 out. 2025.

VIERA, Josimar Aparecido; NOSKOSKI, Luis Eduardo Carvalho; GYSI, Estéfani. Desigualdades educacionais no Brasil: uma análise em Bourdieu, Foucault e Freire. **Inter-ação**, [s. l.], p. 1064-1077, 17 dez. 2025. DOI 10.5216/ia.v50i3.82213. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/82213>. Acesso em: 3 mar. 2026.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 198 p

WILLIAMS, Eric. **Escravidão e Capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 295 p. ed. 1.

APÊNDICES:

Apêndice A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Dados de identificação

Título do Projeto: **Juventude e Mercado de Trabalho: um estudo sobre a trajetória de trabalho dos jovens cooperados de resíduos sólidos urbanos**

Pesquisador Responsável: Franciele da Silva Pessoa

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal Fluminense.

Telefones para contato do Pesquisador:

(22) 999803740

Outras formas de contato com o pesquisador:

francielesp@id.uff.br.

Nome do Participante: _____.

Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Juventude e Mercado de Trabalho: um estudo sobre a trajetória de trabalho dos jovens cooperados de resíduos sólidos de Campos dos Goytacazes/RJ. Antes de decidir se participará, é importante compreender por que o estudo está sendo realizado e no que ele resultará. Reserve um momento para ler atentamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se desejar mais detalhes. Não se sinta pressionado(a) a decidir imediatamente sobre sua participação nesta pesquisa.

O que é o projeto?

Esta pesquisa tem como objeto analisar a trajetória de trabalho de jovens cooperados atuantes na triagem e reciclagem de resíduos sólidos urbanos em cooperativas localizadas no bairro da Codin, em Campos dos Goytacazes.

A pesquisa é fundamental para compreender as condições de trabalho, estratégias de reprodução social e a interface com políticas públicas de inclusão produtiva e gestão de resíduos dos jovens cooperados.

3. Qual é o objetivo do estudo?

Este estudo visa atingir quatro objetivos principais:

- a) Caracterizar o perfil socioeconômico, educacional e racial dos jovens cooperados, situando-os no contexto da segregação socioespacial do bairro da Codin;
- b) Investigar as trajetórias de inserção e permanência no trabalho com resíduos sólidos, analisando experiências anteriores, motivações e expectativas de futuro;
- c) Analisar os sentidos atribuídos ao trabalho e as percepções sobre mobilidade social, a partir dos marcadores classe, raça e gênero;

d) Avaliar a interface entre a atuação das cooperativas e as políticas públicas de gestão de resíduos sólidos e inclusão produtiva, destacando avanços, limites e lacunas na implementação local.

4. Por que eu fui escolhido(a)?

Você foi selecionado por ser um jovem cooperado que atua nas cooperativas de resíduos sólidos da Codim e por residir no mesmo local. Esta escolha metodológica se justifica pela relevância de compreender, de forma direta, a sua experiência e as condições de trabalho enquanto um sujeito jovem inserido no contexto cooperativista.

5. Eu tenho que participar?

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada não causará danos, sua participação será voluntária, não remunerada e não resultará em nenhum gasto material ou financeiro para você.

6. O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

O(a) Sr. (Sra.) tem total liberdade de se recusar a participar da pesquisa, caso decida participar, você deverá assinar este Termo e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda pode retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações e sem nenhum problema ou prejuízo pela sua decisão.

7. O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Ao decidir participar da pesquisa como voluntário(a), o(a) Sr.(a) precisa apenas responder a algumas perguntas sobre seu perfil socioeconômico, educacional e racional e também contar sobre sua trajetória de trabalho anterior e durante a cooperativa. A pesquisa só será realizada com o consentimento dos envolvidos. Durante todo o período da pesquisa, você terá a possibilidade de esclarecer dúvidas ou pedir qualquer outro tipo de esclarecimento. Para isso, entre em contato com o pesquisador responsável, Franciele da Silva Pessoa, estudante/mestranda do Programa de pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, situado na Rua Passos da Pátria, nº 156, São Domingos, Niterói, Campus da Praia Vermelha da UFF, Instituto de Física (torre nova – 3º andar), Telefone: (21) 2629-5119, Email: cephumanasuff@gmail.com.

8. Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

O(a) Sr. (Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação, caso haja danos recorrentes durante a pesquisa, me responsabilizo pela garantia de indenização.

9. Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

De acordo com as Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. Os eventuais riscos que o/a Sr. (Sra.) poderá vir a ter em decorrência da sua participação nessa pesquisa são mínimos, tais como: possibilidade de constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados;

medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; quebra de anonimato.

Para remediar e evitar que tais riscos ocorram, serão adotadas as seguintes medidas: serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos envolvidos; os participantes não precisarão se identificar durante a entrevista, será utilizada a adoção de um pseudônimo; as informações coletadas ficarão arquivadas no acervo pessoal do pesquisador responsável em local salvo do acesso por terceiros, durante a realização da pesquisa e ao término, elas serão descartadas de forma segura e responsável; será garantido: o acesso dos participantes aos resultados individuais; a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; que pesquisador responsável está habilitado ao método de coleta dos dados utilizado, e a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, assegurando a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico.

Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme as Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

5 Quais são os possíveis benefícios de participar?

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. No entanto, esperamos que este estudo produza informações importantes sobre o trabalho dos jovens em cooperativas de resíduos sólidos urbanos e sua relação com o poder público local, especialmente no que se refere à garantia do acesso ao direito ao trabalho. Além disso, sua participação contribuirá para ampliar o conhecimento e o debate sobre os desafios e as condições de trabalho que estão dispostas aos jovens do território da Codim. Os resultados serão divulgados em publicações científicas, em revistas e congressos, e também em uma dissertação de mestrado.

6 O que acontece quando o estudo termina?

Os resultados serão divulgados em publicações científicas, em revistas e congressos, e também em uma dissertação de mestrado.

7 E se algo der errado?

O (a) Sr. (Sra.) tem total liberdade de se recusar a participar da pesquisa, caso decida participar, você deverá assinar este Termo e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda pode retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações e sem nenhum problema ou prejuízo pela sua decisão.

8 Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, ou seja, os entrevistados(as) não serão identificados, e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

9 Contato para informações adicionais

Pesquisadora Responsável: Franciele da Silva Pessoa

Telefone, e-mail e endereço postal completo: (22) 99980-3740, francielesp@id.uff.br

Rua Pinhalão, 5 - Pq. Santo Amaro – Campos dos Goytacazes /RJ

Instituição Proponente: Departamento de Serviço Social e Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, situado na Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis - Bloco E - 3º andar - Campus Universitário do Gragoatá - São Domingos - Niterói - CEP 24210-201. Telefone: (21) 2629-2752 - Email: pps.ess@id.uff.br

Dados do CEP: Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) – Campus da UFF da Praia Vermelha – Instituto de Física – 3º andar (Torre nova) Telefone: (21) 2629-5119 – Email: cephumanasuff@gmail.com

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

15.Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, se concordar, preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Eu, _____, declaro ter sido informado e concordo em ser participante, do projeto de pesquisa acima descrito.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de _____

(nome e assinatura do participante ou responsável legal)

(nome e assinatura do responsável por obter o consentimento)

Apêndice B:
Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Juventude Cooperada na Reciclagem (Codin, Campos dos Goytacazes/RJ)

A. Acolhida, Consentimento e Ética (antes da gravação)

Autorização de gravação: ☐ SIM ☐ NÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): ☐ assinado ☐ não assinado

B. Identificação e Território

Idade:	anos
Gênero (autodeclaração):	☐ Mulher ☐ Homem ☐ Pessoa não binária ☐ Outro: ☐ Prefere não responder
Cor/raça (IBGE):	☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda ☐ Amarela ☐ Indígena ☐ Prefere não responder
Estado civil:	☐ Solteira(o) ☐ Casada(o)/União estável ☐ Separada(o)/Divorciada(o) ☐ Viúva(o) ☐ Prefere não responder
Filhos/as:	☐ Não ☐ Sim — número: _____ idades: _____
Arranjo domiciliar (quem mora na casa):	☐ Unipessoal ☐ Nuclear – casal sem filhos ☐ Nuclear – casal com filhos ☐ Monoparental feminina (mãe + filhos) ☐ Monoparental masculina (pai + filhos) ☐ Extensa (nuclear + outros parentes: avós, tios, sobrinhos, irmãos adultos etc.) ☐ Composta (parentes + não parentes sob o mesmo teto) ☐ Recompuesta (filhos/as de uniões anteriores, padrasto/madrasta) ☐ Agregados não parentes (amigos, colegas de quarto, pensionistas) ☐ Acolhimento/guarda temporária (criança/adolescente/idoso) ☐ Arranjo com pessoa idosa como chefe (60+) ☐ Arranjo com pessoa com deficiência (PcD) – grau de dependência: ☐ leve ☐ moderado ☐ alta ☐ Transnacional (membro-chave reside/trabalha fora e envia remessa) Outro: _____
Bairro/Território:	Tempo de moradia: _____ anos
Escolaridade (última concluída):	☐ Fundamental incompleto ☐ Fundamental completo ☐ Médio incompleto ☐ Médio completo ☐ Técnico ☐ Superior incompleto ☐ Superior completo ☐ Outro: _____
Situação escolar atual:	☐ Não estuda ☐ Regular ☐ EJA ☐ Técnico ☐ Graduação ☐ Pós-graduação
Pessoa com deficiência:	☐ Não ☐ Sim (especificar): _____ ☐ Prefere não responder

C. Escolaridade e Trajetória Educativa

Como foi/tem sido sua experiência escolar?

Sondagem/aprofundamento: interrupções, EJA, ensino técnico, bolsas (Pé-de-Meia), discriminação, projetos de estudo.

D. Trajetória Laboral antes da Cooperativa

Que trabalhos você realizou antes da cooperativa?

Sondagem/aprofundamento: formais/informais, duração, tarefas, remuneração, registro, transporte, jornada, acidentes, aprendizagem.

Como você decidia aceitar um trabalho?

Sondagem/aprofundamento: rede de contatos, aplicativos, atravessadores.

Quais impactos de morar na Codin no acesso ao trabalho/estudo?

Sondagem/aprofundamento: estigma, tempo/custo, violência, horários de ônibus.

E. Inserção e Experiência na Cooperativa

- Como entrou na cooperativa e há quanto tempo está? (indicação, política pública, ONG, necessidade econômica)
- Descreva um dia típico de trabalho (tarefas, metas, pausas, EPI, riscos).
- Renda e previsibilidade: Quanto recebe por mês e quanto varia? (sazonalidade, preço por material, descontos, quem define valores)
- Governança: Como são decididas as coisas? (assembleias, divisão de sobras, conflitos, liderança)
- Cadeia de valor: Para quem a cooperativa vende? Há atravessadores? Já houve atraso/calote?
- A cooperativa recebe apoio do poder público/privado? (contratos com prefeitura, convênios, capacitações, equipamentos)
- Permanência/rotatividade: Já pensou em sair? O que te mantém? Alguma saída/retorno?

F. Trabalho, Cuidado e Saúde

Como você concilia o trabalho com estudos e responsabilidades de cuidado em casa?

Sondagem/aprofundamento: quem cuida de crianças/idosos, divisão por gênero, sobrecarga. O trabalho afeta sua saúde? Como?

Sondagem/aprofundamento: dores, alergias, acidentes, saúde mental, acesso a UBS, CAT.

Digitalização: Você usa celular/apps no trabalho? Para quê?

Sondagem/aprofundamento: vendas, grupos, letramento digital.

G. Proteção Social e Renda

Você ou sua família recebem algum benefício social? (PBF, BPC, Pé-de-Meia etc.)

Sondagem/aprofundamento: CadÚnico, condicionalidades, bloqueios, atualização cadastral, impacto na renda.

Alguma vez você buscou CRAS/CREAS ou precisou atualizar o CadÚnico por causa do trabalho? Como foi?

H. Juventude, Sentidos do Trabalho e Futuro

- Que sentido o trabalho na cooperativa tem para você? (reconhecimento, autonomia, estigma, projeto de vida)
- Mobilidade intergeracional: Como sua situação compara com a da sua família quando você era criança?
- Discriminação: Já sofreu racismo, sexismo, LGBTfobia ou estigma territorial no trabalho ou no trajeto?
- O que você gostaria de estar fazendo profissionalmente nos próximos 2–3 anos?
- Quais condições seriam necessárias para permanecer/ascender? (formação, creche, transporte, contrato público, preço mínimo, EPI, saúde)

I. Interface com Políticas Públicas e PNRS

- Existe contrato/convênio com a Prefeitura para coleta seletiva? Como é o pagamento (por tonelada/serviço)?
- Acesso a programas públicos: equipamentos, capacitação, crédito, editais, compras públicas. Quais barreiras?
- Relações com a Secretaria de Meio Ambiente/Limpeza Urbana e com o SUAS (CRAS/CREAS).

J. Encerramento

Tem algo importante que não perguntei e você gostaria de acrescentar?
Agradecimento e debriefing; deixar contatos da pesquisa.

K. Diário de Campo

Observações do local (galpão, equipamentos, EPI, fluxos):

Interações observadas e clima organizacional:

Eventos relevantes durante a entrevista (interrupções, emoções, etc.):

Reflexões analíticas iniciais e hipóteses: